

ALDAIR DE JESUS

**A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA. UM
ESTUDO DAS CAUSAS, DIFICULDADES DE
GESTÃO E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE NA
TURMA DE 5ª SÉRIE B DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Orientador: Marcos Antônio da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2012**

ALDAIR DE JESUS

**A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA. UM
ESTUDO DAS CAUSAS, DIFICULDADES DE
GESTÃO E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE NA
TURMA DE 5ª SÉRIE B DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Marcos Antônio da Silva
Co-orientador: Prof. Doutor Antonio Teodoro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2012

EPÍGRAFE

O objetivo geral de envolver as crianças em tomadas de decisões e estabelecimento de regras em suas salas de aula é contribuir para uma atmosfera de respeito mútuo na qual professores e alunos praticam a auto-regulação e a cooperação.

Devries e Zan (1997)

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha família que tanto me confiou seu respeito e confiança durante toda minha caminhada estudantil e como pesquisador, às minhas amigas Maria Aldeni e Marineide Macedo (companheiras do mestrado) pelo sincero carinho e acompanhamento durante todo processo de estudo, e ao professor Dr. Marcos Antônio da Silva (meu orientador), por suas sinceras palavras e orientações para a organização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu bom e grandioso Deus por ter me concedido mais uma oportunidade para viver e ter concluído este trabalho.

A meus pais, por confiarem em mim e ter me dado a oportunidade para estudar e hoje estar produzindo esta obra.

Ao meu orientador, Dr. Marcos Antônio da Silva, pelo seu modo expressivo, tranquilo de me conduzir a um verdadeiro padrão de pesquisador, por sua sinceridade e verdades na hora das orientações, o meu muito obrigado.

À coordenadora do mestrado, por sua atenção e seu apreço por mim e demais alunos da instituição, pelas vezes que nos conduziu às primeiras comunicações com os nossos bons orientadores.

Aos todos os nossos professores que conduziram suas aulas de modo tranquilo, porém com boas cobranças para nós alunos, isso nos ajudou muito.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos e amigas que durante essa jornada confiaram em mim e de certa forma me ajudaram direta ou indiretamente na torcida durante minha caminhada.

A todos, o meu muito obrigado!

RESUMO

Nesse trabalho, decidimos averiguar as causas da indisciplina escolar, os eventos e as estratégias de gestão e controle numa turma do ensino fundamental. Realizamos nosso estudo por meio de observações informais e sobre tudo através dos questionários aplicados respectivamente a alunos, professores e diretora da escola. A aplicação da pesquisa nos permitiu detectar alguns fatores de natureza escolar e familiar que são indicadores das causas de indisciplinas, como a ausência de normas regimentais que regulem o andamento da escola, aplicação de práticas docentes inadequadas na aula, e dificuldade de acompanhamento dos filhos pela família. Considerando os resultados referentes, constatamos três eventos de destaques que prejudicam o desenvolvimento das aulas: os alunos não entregam os trabalhos ou tarefas escolar; desrespeitam e até brigam com colegas e professores; e danificam o patrimônio público. Referente às estratégias de controle, os professores tentam promover conversas sobre a importância da concentração nas aulas, tentam estabelecer regras e combinados com os alunos e tentam modificar as aulas para que fiquem mais interessantes. Tendo em conta esses resultados, nos parece legítimo apresentar proposições que contemplam as necessidades educacionais e familiares dos alunos como a criação de programas de acompanhamento e assistência familiar, e a criação de normas regimentais conjuntas que priorizam o diálogo como a melhor forma para solucionar ou amenizar problemas de indisciplina na escola.

PALAVRAS CHAVES: causas da indisciplina; eventos; estratégias de gestão.

ABSTRACT

In this work, we decided to investigate the causes of school indiscipline, the events and strategies of management and control in a class of elementary school. We conducted our study through informal observations and about everything through questionnaires applied respectively to students, teachers and the school's Director. The application of research allowed us to detect some school and family factors of nature that are indicators of the causes of indiscipline, as the absence of regimental standards governing the progress of school, inadequate educational practices in the classroom, and the difficulty of monitoring of children by family. Considering the results of, we see three outline events that hampers the development of lessons: students do not deliver the work or school tasks; disregard and even fight with colleagues and teachers; and damage the public patrimony. Regarding control strategies, teachers try to promote conversations about the importance of concentration in class, try to establish rules and combined with the students and try to modify lessons to make them more interesting. In view of these results, we believe legitimate submit propositions that include educational and family needs of students as the creation of monitoring programs and family assistance, and the creation of joint bylaws that prioritize the dialogue as the best way to solve or mitigate problems of indiscipline at school.

KEYS WORDS: causes of indiscipline; events; management strategies.

LISTA DE QUADROS OU GRÁFICOS

Gráfico 1.	Divisão de alunos por idades.....	52
Gráfico 2.	Divisão por sexo dos alunos pesquisados na turma.....	53
Gráfico 3.	Divisão de professores por idades	54
Gráfico 4.	Sexo dos professores por turma	54
Gráfico 5.	Em relação ao conhecimento do aluno sobre as regras da instituição	59
Gráfico 6.	Atitude do aluno quando não concorda com uma norma da escola / Distribuição por número	60
Gráfico 7.	Em relação ao autorreconhecimento do aluno como sendo problemático, criador de casos/divisão por sexo.....	63
Gráfico 8.	Visão do discente sobre o que é um aluno que cria problemas	64
Gráfico 9.	Opinião do discente sobre quem é responsável pela indisciplina dos alunos na escola / Alunos que responderam sim	66
Gráfico 10.	Opinião do discente sobre quem é responsável pela indisciplina dos alunos na escola / alunos que responderam não	67
Gráfico 11.	Opinião do discente sobre quem é responsável pela indisciplina dos alunos na escola / Alunos que responderam às vezes	68
Gráfico 12.	Opinião do aluno sobre como acredita que o professor lida com a indisciplina de seus colegas.....	69
Gráfico 13.	Representação da atuação do aluno na escola e com os seus colegas	72
Gráfico 14.	Juízo do professor em relação ao conhecimento do aluno sobre as regras da instituição	75
Gráfico 15.	Visão do professor sobre os principais atos de indisciplina que os alunos cometem na escola.....	77
Gráfico 16.	Opinião do professor sobre como lida com a indisciplina de seus alunos.....	79
Gráfico 17.	Opinião do professor sobre quais estratégias apresentam os melhores resultados para diminuir a indisciplina	82
Gráfico 18.	Como o professor vê a participação da família no acompanhamento dos filhos na escola	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Como a direção torna público o regimento ou manuais de normas da instituição para o aluno?	87
Tabela 2.	Principais reclamações de atos de indisciplina que os alunos cometem, segundo a avaliação do diretor.....	88
Tabela 3.	Como o diretor lida com a indisciplina dos alunos	89
Tabela 4.	Opinião da diretora sobre quais das estratégias apresentam os melhores resultados para diminuir a indisciplina	91
Tabela 5.	Como o diretor incentiva a participação da família na educação dos filhos.....	92

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE QUADROS OU GRÁFICOS	7
LISTA DE TABELAS.....	8
Introdução	11
Capítulo Primeiro	17
Educação e indisciplina.....	17
1.1. Breve incursão teórico-conceitual acerca dos conceitos de violência e indisciplina	17
1.1.1. Questões disciplinares: um breve recorte histórico.	24
1.1.2. A falta de diálogo como fator de condução e manutenção da violência e da indisciplina escolar.	28
1.1.3. Conflitos de sala de aula que geram indisciplina	31
1.2. A indisciplina: seus desdobramentos legais e afetivos e sua relação com a aprendizagem	33
1.2.1. Atos infracionais e indisciplina	34
1.2.2. Indisciplina, violência e reprovação como sinal de dificuldades enfrentadas pelos professores.....	36
Capítulo Segundo.....	39
A problemática investigativa da indisciplina	39
2.1. O conjunto de problemas que desencadeou a investigação e as dificuldades e estratégias de controle da indisciplina.....	39
2.1.1. O papel do educador e sua importância na construção cidadã da identidade do educando por meio da colocação de limites.....	41
2.1.2. Indisciplina versus poder e autoridade docente e discente.....	43
2.2. Os objetivos da investigação	45
2.3. Questões que nortearam a pesquisa.....	46

2.4. Hipóteses de trabalho	47
Capítulo Terceiro	48
Método.....	48
3.1. Método, Técnica e instrumento de dados	48
3.2. Caracterização do estudo	49
3.3. Determinação do universo.....	50
3.3.1. Seleção da amostra	50
3.3.1.1. Apresentação da diretora.	52
3.3.1.2. Apresentação dos alunos pelo indicador de idade e sexo.	52
3.3.1.3. Apresentação dos professores pelo indicador de idade e sexo.....	54
3.4. Material e Procedimento	55
Capítulo Quarto	57
Apresentação dos dados e análise dos resultados.....	57
4.1. Apresentação do capítulo pelos indicadores relativos às condições da representação dos participantes frente aos eixos norteadores.....	57
4.2. Representação do aluno	58
4.2.1. Fatores/variáveis facilitadoras da indisciplina.	58
4.2.2 Estratégias de gestão e controle da indisciplina.	69
4.2.3 Dificuldades de gestão e controle da indisciplina na aula.	72
4.3. Representação dos professores.....	75
4.3.1 Fatores/variáveis facilitadoras da indisciplina na aula.	75
4.3.2. Dificuldades de gestão e controle da indisciplina na aula.	77
4.3.3. Estratégias de gestão e controle da indisciplina.	79
4.4. Representação do diretor	87
4.4.1. Fatores/variáveis facilitadoras da indisciplina na aula.	87
4.4.2. Dificuldades de gestão e controle da indisciplina na aula.	88
4.4.3. Estratégias de gestão e controle da indisciplina.	89
Considerações finais.....	94
Referências Bibliográficas	100
Apêndices	I

Introdução

Os comportamentos indisciplinados de alunos não ocorrem casualmente nas escolas, nem tampouco se apresentam como problemas particulares no cotidiano das instituições de ensino. Tais comportamentos representam um dos maiores obstáculos pedagógicos da atualidade. Porém, claro está que nem todos os educadores conseguem interpretar e/ou administrar o problema da indisciplina de modo isolado, particular ou em conjunto. Muitos não sabem ao certo se compreendem ou punem pelos atos, se encaminham a orientadores e coordenadores educacionais para ajudar os indisciplinados ou se os ignoram. Desse modo, por se tratar de um tema bastante recorrente no âmbito escolar, recorreremos às mais diversas literaturas especializadas que abordam o tema, de acordo com a linguagem de diversos teóricos da área educacional que o estudam em todo o mundo, para melhor tentar compreender esse fenômeno que, embora corriqueiro, traz consigo inúmeros transtornos para a escola e seus agentes. Com efeito, esse é um elemento que inclusive concorre para justificar nosso estudo.

Diante do exposto é mister reconhecer que o relacionamento diário entre professor e aluno vem, ao longo da história, sofrendo diversas mudanças. Sendo assim, compreendemos que a flexibilidade nas decisões, as influências negativas oriundas de diversos setores da sociedade e o pouco limite imposto por alguns pais e muitas escolas têm gerado distúrbios disciplinares em diversos alunos em todo o mundo e, particularmente, na escola onde se deu a nossa investigação. Em face desse quadro comportamental classificado como indisciplina, muitos professores ficam sem saber como agir e outros tentam desvendar os motivos que levam o aluno à indisciplina em sala de aula, assim como buscam as estratégias adequadas para amenizá-la, de modo que todo o corpo discente e docente tenha direito a uma convivência saudável, pacífica e respeitosa.

Nessa perspectiva, percebemos que ao professor é atribuída a responsabilidade de manter a classe em ordem e os alunos “disciplinados e motivados” a aprender. Entretanto, para que isso aconteça, a investigação demonstrou ser necessário estabelecer parâmetros

mínimos de autoridade. Sem embargo, a pesquisa também demonstrou que falar de autoridade no ambiente escolar significa antes de tudo estabelecer um ambiente de trocas relacionais mais harmoniosas entre professores e alunos, principalmente, por serem os agentes que estão diretamente em sala de aula. Ademais, a investigação mostrou que é preciso compreender a autoridade como um processo natural adquirido por determinados agentes (professores e/ou alunos que demonstram capacidade de liderança, *verbi gratia*) desde o primeiro dia de aula; ainda, por sua vez, a pesquisa mostrou que ter (ou dispor de) autoridade é bastante diferente de ser autoritário. Nessas condições, ameaçar alunos, castigá-los ou conceder-lhes, em nível de admoestação, um simples “não faça isso, não faça aquilo” constituem atitudes sem fundamentos. Importante é esclarecer o porquê das proibições e liberações, para que o aluno se apossa da noção de limite a partir da percepção da escala de direitos e deveres a que todos nós (professores e alunos) estamos sujeitos e para que o aluno reconheça as consequências oriundas das violações destes direitos e deveres.

Do mesmo modo, a investigação mostrou que valorizar a fala do aluno e respeitar suas necessidades constituem pontos essenciais (alicerces fundamentais) para se construir um ambiente de acordos a partir do qual a indisciplina ceda lugar à disciplina pactuada, isto é, que a indisciplina deixe de ser um obstáculo ao bom andamento das atividades pedagógicas. Porém, a pesquisa nos chamou a atenção para o fato de ser necessária uma reflexão sobre a práxis dos professores, principalmente, daqueles que possuem sob sua responsabilidade alunos indisciplinados. Dito de outra forma, a pesquisa nos levou a pensar a situação do professor, cabendo indagar: por que, sendo esse profissional dotado, em algum caso, de um conjunto de características que o habilita a amenizar esse problema da indisciplina, seus alunos permanecem indisciplinados?

Nesse sentido, ao considerarmos as dificuldades disciplinares vivenciadas na escola no contexto atual e a grande escassez de produções relacionadas a esse tema em Sergipe, pretendemos com o presente trabalho mostrar que a “indisciplina” em sala de aula representa um grande problema pedagógico que tem levado alunos a baixos rendimentos de aprendizagem, provocando também dificuldades de convivência em sala de aula. Toda essa problemática tem preocupado professores, diretores, orientadores escolares, pais e os próprios alunos, visto que, todos estão envolvidos nessa configuração comportada pela indisciplina escolar.

No contexto dessa introdução cabe destacar que o presente trabalho, resultado de uma investigação sobre a problemática da indisciplina na escola Municipal Vice-governador Benedito Figueiredo, foi levado a cabo com o fim de apresentar de forma propositiva, os resultados da pesquisa para pais, professores, alunos e demais agentes envolvidos no processo pedagógico. Para tanto, para desenvolvermos nosso trabalho, desenvolvemos três objetivos que uma vez atingidos, nos ajudaram a compreender melhor os fatores e as motivações (intrínsecas e extrínsecas) que intervêm na instauração de processos indisciplinares na escola. Tais objetivos foram: *identificar os fatores que contribuem para a manutenção da indisciplina em sala de aula; investigar os eventos que os professores confrontam em decorrência das causas da indisciplina; e identificar as estratégias de gestão aplicadas pelos professores para o controle da indisciplina nas aulas.*

Esses objetivos tenderam a dar suporte à análise das consequências que, em nível de pesquisa exploratória, pudemos perceber no contexto e que se constituíram base para a formulação do problema da pesquisa, o qual se apresenta mediante três questões de base, nos termos seguintes: 1) que fatores contribuem para a manutenção da indisciplina em sala de aula? 2) Quais os eventos que os professores confrontam em consequência das causas? e 3) Que métodos ou técnicas de gestão estão sendo aplicados pelos professores para o controle da indisciplina em sala de aula?

Procuraremos responder essas questões com base nas apreciações que alunos, professores e a diretora têm a partir dos questionários.

Essa problemática foi responsável por delimitar o âmbito da busca de respostas para solucionar os problemas encontrados. Como consequência dessa necessidade, formulamos as seguintes hipóteses de trabalho:

- A indisciplina escolar tem suas principais causas originadas pela ausência de regras e normas regimentais que regulamentariam o desenvolvimento da escola e pela aplicação de práticas docentes não cabíveis em determinados casos na sala de aula.
- Como eventos confrontados pelos professores em decorrência das causas da indisciplina, os alunos não entregam os trabalhos ou tarefas escolar, desrespeitam e até brigam com colegas e professores e danificam o patrimônio público.

- Como estratégias de gestão dos casos de indisciplina, os professores tentam promover conversas sobre a importância da concentração nas aulas, tentam estabelecer regras e combinados com os alunos e tentam modificar as aulas para que fiquem mais interessantes.

Com efeito, o presente estudo limitou-se a realizar uma pesquisa de campo que investigou a indisciplina escolar na Escola Municipal Vice-governador Benedito Figueiredo, em razão de essa escola, particularmente, sofrer constantemente com diversos casos de comportamentos indisciplinados que a atingem negativamente.

O planejamento da pesquisa, por sua vez, exigiu de nós uma atenção especial no que respeita ao emprego de estratégias metodológicas que mais nos aproximasse da realidade estudada, bem como a aplicação de um método investigativo que propiciasse o alcance de melhores resultados. Nesse sentido, procuramos levar a cabo uma investigação de caráter quali-quantitativo, desenvolvida no âmbito de um estudo de caso, assim buscamos analisar os motivos pelos quais estavam acontecendo tanto comportamentos indisciplinados na escola em análise. A opção pela utilização dessas ferramentas decorreu em muito do que pode ser apurado na pesquisa de caráter exploratório que realizamos com antecedência. Ao final, esses instrumentos metodológicos, apoiados pela aplicação de um roteiro de entrevista, possibilitou-nos maior familiaridade com o problema da indisciplina que se verificava na escola no período estudado, com vistas a torná-lo mais explícito e propor alternativas de soluções para o mesmo.

Na lógica em que o assunto se apresenta aqui discutido, propomos sua exposição em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma razoável discussão em relação ao conceito de indisciplina e sua distinção do conceito de violência. No mesmo capítulo, ainda apresentamos um breve recorte histórico relacionando os comportamentos indisciplinados dos alunos de hoje com os de décadas passadas. Discutimos as dificuldades para o diálogo e os conflitos em sala de aula como uma possível causa de violência e de indisciplina, ao mesmo tempo em que procuramos apresentar rapidamente os desdobramentos legais e afetivos e sua relação com a aprendizagem, assim como as diferenças entre atos infracionais e indisciplina e toda sua relação com a reprovação.

No segundo capítulo deste trabalho, apresentamos o conjunto de problemas que desencadeou a investigação na qual discutimos a valorização da fala e a colocação de limites como meio de inibir ou amenizar a indisciplina. Discutimos, ainda, o papel do professor na construção da identidade do aluno a partir da reflexão do uso do seu poder e autoridade além da imposição de limites, ao tempo em que apresentamos as reações adversas dos alunos quanto à aceitação ou não do que lhes é imposto.

Ainda no segundo capítulo, apresentamos os objetivos que pretendíamos atingir, as questões que nortearam nossa pesquisa e as hipóteses levantadas como possíveis respostas às questões que nos impulsionaram a pesquisar sobre o tema.

No terceiro capítulo discutimos o processo de desenvolvimento da pesquisa a partir da determinação do método, isto é: a técnica e os instrumentos de coleta de dados aplicados no trabalho, a definição do universo e dos participantes, bem como todo material e processo de desenvolvimento da pesquisa que nos subsidiaram para chegarmos à escrita final do texto dissertativo.

O quarto capítulo desta dissertação, abrange todo o processo de apresentação e análise dos resultados de modo detalhado nas condições que nos foram apresentados. Neste capítulo, tivemos a preocupação de discutir cada resultado de acordo com a ordem de aplicação do questionário em que consecutivamente apresentamos as informações dos alunos, professores e diretores, a partir dos três eixos que nortearam a investigação.

Por fim, nas considerações finais deste trabalho apresentamos nossas conclusões do que compreendemos sobre a indisciplina como um todo e sua relação no contexto escolar, suas influências sobre professores, família, sociedade e vice-versa. Ainda nesta etapa conclusiva, discutimos a responsabilidade da escola, da família e da sociedade sobre o processo de estímulos a atos indisciplinados de alunos na escola e na sociedade, por meio de atitudes preconceituosas e excludentes às quais essas três instâncias citadas submetem a criança/aluno. Neste mesmo capítulo, apresentamos também propostas de interações entre escola/família/sociedade, assim como de políticas públicas que venham atingir o problema na tentativa de reduzir e amenizar os índices relativos à problemática estudada.

Em suma, acreditamos que os resultados obtidos com a realização da investigação, dando margens à produção desta dissertação, por certo, servirão como um apoio bibliográfico para apoiar outras iniciativas de pesquisadores, igualmente interessados no processo de estudo do tema em destaque. Esperamos, ainda, que os resultados desse estudo possam auxiliar os educadores, família e profissionais nas discussões e desenvolvimento de ações familiares e pedagógicas, que possam auxiliar alunos com comportamentos diferenciados, julgados negativos pela instituição escolar, a superarem suas dificuldades de socialização e a desenvolverem um autorreconhecimento comportamental em várias situações de sua vida, podendo contribuir para a amenização ou eliminação de grande parte da violência escolar e indisciplina.

Capítulo Primeiro

Educação e indisciplina

1.1. Breve incursão teórico-conceitual acerca dos conceitos de violência e indisciplina

Preliminarmente, torna-se necessário analisar brevemente diferentes conceitos e noções, trabalhados em distintos autores, sobre a questão da indisciplina (e com ela a violência) para melhor estabelecer, de maneira singular, o objeto que a análise deste trabalho propõe.

Num primeiro momento, cabe observar que, segundo o Dicionário Aurélio, disciplina é o “regime de ordem imposta ou livremente consentida, que convém ao funcionamento regular de uma organização, a observância de preceitos ou normas, submissão a um regulamento” e, que, ainda de acordo com o mesmo dicionário, indisciplina é o “procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião” (AURÉLIO, 2006, p. 322 e 497).

Em outro âmbito dessa análise, vale ressaltar que o conceito de violência é usado nos mais diferentes contextos, conseqüentemente, com os mais diferentes significados, inclusive, em função das diferentes linhas ideológicas e teóricas de pensamentos que permeiam também a escola. Nesse sentido, é válido discutir primeiramente o conceito de violência e a seguir o de indisciplina que parecem estar muito próximos.

A duplicidade de aspectos, intensidade e lesividade encontram-se explícita na conceituação oferecida por Amoretti (1992): “violência pode ser definida como o ato de violentar, determinar, como físico, moral ou psicológico através de força ou da coesão, expressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro” (p. 44). Conforme lembra esse autor, o fato encerra em si um sujeito ou sujeitos violentadores, uma pessoa ou pessoas que sofrem a ação violenta e um ato ou ação violentadora. Pode-se, ainda, analisar no fenômeno

violento a intensidade, as características da ação violenta, bem como suas causas e efeitos, todos estes como possíveis origens do comportamento indisciplinado dos alunos na escola.

Michaud (1989, p. 39) propõe uma variante do conceito que se mostra bastante ampla quando afirma: “Há violência quando numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua intensidade física, moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas, culturais”. Esse é um fenômeno do qual a escola não está isenta.

Com efeito, a ação será mais violenta ou menos violenta em função da intensidade da sua força, bem como da natureza dos danos por ele causado. Os danos, por sua vez, são das mais diferentes ordens e referem-se a todos os domínios, tais como o material, físico (corporal), psíquico, moral, cultural, religioso, entre outros.

Um aspecto importante da contribuição de Arendt (2000a) para a reflexão sobre a violência é sua delimitação conceitual a um campo no qual, geralmente, muitas implicações e confusões de ordem teórica se dão. A autora assim constata: “Penso ser um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia sobre violência não distinga entre palavras-chave tais como poder, vigor, força, autoridade, e por fim, violência – as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes” (p. 36).

Não obstante, segundo Maldonado, há que se levar em conta que

A agressividade é necessária para lutar pelos próprios direitos, indignar-se com as injustiças e ter persistência para batalhar por metas de vida. No entanto, o impulso agressivo, quando não canalizado facilmente se transforma em ódio e violência e torna-se, portanto, destrutivo. (1997, p.5).

Com efeito, nas últimas décadas, cresceu o índice de estresse e de violência no mundo e, particularmente, da indisciplina na escola. Cabe observar que o potencial de amor entre os homens se encolhe com a falta de solidariedade e com a atrofia de sensibilidade em relação ao sofrimento dos outros.

Para Maldonado, “A violência é o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas. É violência também o uso abusivo ou injusto do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimentos, sofrimentos, tortura e morte” (1997, p. 9).

Nesse contexto, é possível distinguir alguns dos tipos de violência: estrutural e sistêmica, física, psicológica, negligência, verbal, cultural, tomadas como suas formas principais.

A violência *estrutural* caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômicas ou politicamente dominantes, que se utilizam de leis e instituições para manter sua situação privilegiada como se isso fosse um direito natural; refere-se às condições adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população; esse tipo de violência se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda (salário mínimo que não cobre as necessidades básicas), exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas (mendigando, roubando, trabalhando indevidamente, prostituindo-se e, em muitos casos, fora da escola), falta de condições mínimas para a vida digna (moradia, alimento, saneamento básico, etc.), falta de assistência em saúde e, principalmente, em educação.

A violência *física*, por sua vez, é o uso da força ou atos de omissão praticados pelos pais ou responsáveis, com o objetivo claro ou não de ferir, deixando ou não marcas evidentes. São comuns murros e tapas, agressões com diversos objetos e queimaduras causados por objetos ou líquidos quentes. Já a violência *psicológica* é seguida de rejeição, discriminação, desrespeito às diferenças sociais e sexuais, além de punições exageradas. A violência *verbal* é seguida de palavras de baixo calão que fere o moral, a dignidade humana e a cultural; é a busca de bases científicas para legitimar práticas preconceituosas.

Claro está que o conceito de violência verbal no ambiente escolar, em especial, abrange normalmente insultos, agressões físicas ou psicológicas, injúrias, xingamentos e ameaças por parte de sujeitos integrantes (educandos) da organização escolar, incluindo, em alguns casos, ameaças contra alguém que está trabalhando (professores e funcionários), podendo ainda dar-se entre os próprios colegas de trabalho.

Em polo oposto, considera Lopes (2006) que a não violência, situação preferida por todos, pode ser definida como a ação e o dever pela justiça, respeitando a vida e a

integridade física dos sujeitos que, em última análise, tão somente lutam pela plenitude de suas vidas. Não é uma ideologia, é antes de tudo, uma doutrina ético-política que tem como fim a busca da verdade, e que está sempre intercambiando com a sociedade formas de resolver os conflitos, usando sempre os princípios da reversibilidade e de facilidade por não ter acesso à verdade absoluta.

Com efeito, a não violência baseia-se na investigação e na ação, e seus conhecimentos possuem uma lógica diferente, cujos princípios têm de ser aplicados basicamente no concreto, no cotidiano, na política, na sociedade, na escola, etc. Ela busca, de fato, desenvolver alternativa à violência, originando o desenvolvimento de uma autossustentabilidade participativa, equitativa em valores e tecnologias conscientizadoras e ecologicamente sustentável.

No âmbito dessa discussão, cabe notar que a violência, *grosso modo*, é conceituada como a ruptura da configuração solidária das relações humanas. Com a complexidade dos estudos que se deram ao longo das últimas décadas, percebeu-se que a violência não está restrita somente àquela provocada pela guerra, ou seja, a violência direta. A violência cultural que está vinculada aos discursos impregnados de ideologias violentam a dignidade humana e a natureza. Apesar de ser considerada a mais sutil, gera tanto a violência direta quanto a estrutural. Por outra parte, a ausência da violência direta, cultural e estrutural, gera a harmonia e a paz por todos desejada.

Um dado relevante, conforme os estudos de Martinez (2005), é o surgimento em várias partes do mundo de instituições com a finalidade de combater a violência e estudar meios pacíficos para fazer as pazes. Para ele:

El objetivo educativo del cuerpo doctrinal de esta última parte del ejercicio nos hace completar la noción de responsabilidad sobre nuestras acciones, sobre las consecuencias de nuestros actos de habla e todavía un paso más importante: nos permite reconstruir la noción de solidaridad básica u originaria en las relaciones sobre nuestras interacciones humanas y la de

violencia como una ruptura de la intersubjetividad, desde las reflexiones sobre nuestras interacciones cotidianas en el mundo de la vida. (p. 73)¹.

No âmbito desta discussão, Arendt (2000), no texto *Sobre a violência*, ao tratar da relação poder e violência, deixa bastante claro que nem sempre a falta de poder gera a violência. Segundo sua concepção, em alguns casos aquele que detém o poder utiliza-o como meio de controle dos subordinados de forma violenta. Nesses termos, em acordo com enfoque dado pela psicologia institucional, compreendemos a questão da violência nos sistemas públicos (estenda-se *mutatis mutandis* o mesmo raciocínio como aplicável ao sistema público de ensino) como atos indisciplinares resultantes de uma enorme burocratização nesses tipos de sistemas. Desse modo, colocando a questão em outros termos, a autora afirma ainda que quanto maior for a burocratização, maior também será a atração para a violência.

Por sua parte, Aquino (1996) descreve a indisciplina como reações de sujeitos submetidos arbitrariamente ao sistema de ensino, através de suas normas criadas e impostas de modo individualizado para sujeitos que ainda não se encontram preparados para a vivência coletiva fundada em normas funcionais e proibições exigidas por modelos de escolas idealizadas por professores, diretores e demais funcionários. Isso nos autoriza afirmar que esses tipos de unidades escolares idealizadas não foram planejadas para alunos com distúrbios comportamentais, por exemplo. Daí, decorrem as dificuldades em administrar algumas situações negativas comportamentais no entorno escolar.

Associando-nos às ideias de Aquino (1996) e Arendt (2000), portanto, somos levados a inferir que a indisciplina pode ser considerada uma reação à burocratização e ao autoritarismo das normas concretizadas na práxis escolar.

¹Tradução do original: O objetivo educativo do corpo doutrinal desta última parte do exercício nos faz completar a noção de responsabilidade sobre nossas ações, sobre as consequências de nossos atos de fala e ainda um passo mais importante: nos permite reconstruir a noção de solidariedade básica ou originária nas relações sobre nossas interações humanas e a de violência como ruptura da intersubjetividade, desde as reflexões sobre nossas interações cotidianas no mundo da vida.

Não obstante, numa linha de análise demasiado interessante, Guimarães (1996, p. 79) afirma que:

A indisciplina se define como elemento ambíguo: por um lado pode se configurar em relações de ódio e raiva na medida em que sua ação funciona como ‘forma de interromper o controle homogeneizador da escola’; por outro, os atos indisciplinados, ao provocar essa dualidade, garantem a expressão das formas heterogêneas, que asseguram a coesão dos alunos, pois passam a partilhar de emoções que fundam o sentimento da vida coletiva.

Nesse contexto, pode-se relacionar o conceito de indisciplina apresentado por Guimarães com o conceito de instituição, formulado por Guirado (1987, p. 72), que se expõe nos seguintes termos: “instituição não é um lugar no espaço ou na organização em particular, mas um conjunto de práticas ou de relações sociais concretas, onde não se trabalha o espaço físico, mas as relações de uma determinada prática institucional”. Assim considerada, a escola então pode ser vista como essa instituição que regula relações sociais dadas que se convertem em práxis institucional.

Não obstante às reflexões propostas por Guimarães (1996) e Guirado (1987) serem conclusivas, é necessário destacarmos o pensamento de Casamayor (1995) ao colocar que uma escola, de qualquer âmbito ou nível, inicia-se como soma de grupos criados artificialmente, ou seja, as turmas/grupos são compostas não pelas afinidades entre as pessoas ou por semelhantes relações de pensamentos – o que poderíamos chamar de composição natural – mas, sim, por organizações grupais relacionadas às idades ou, de modo subentendido, de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo entendido pelos organizadores.

Explicitando, o autor ressalta que esses grupos são formados inicialmente para uma convivência de em média 10 anos (o tempo de início e convivência de uma 2ª série a 8ª série do Ensino Fundamental) e o tempo de estudos de alunos universitários, que comportariam esses dez anos em média. Não obstante, ao sair da universidade, o estudante logo se depara em uma escola com uma sala de aula, na função de professor e se dá conta de que não viveu 10 anos de estudos acompanhados com o mesmo grupo/turma inicial. Isso nos leva a entender que estes mesmos alunos e outros mais passaram por iguais momentos conflituosos durante seus períodos de estudos em grupos criados artificialmente.

Desse modo, de acordo com a reflexão desse autor, se na família a qual estamos ligados por laços afetivos e indissolúveis, não nos damos bem com todos, isto é, se nos enfrentamos a conflitos, o que ocorreria em uma escola, não poderia ser diferente. Segundo as palavras de Casamayor: “Assim, *conflito não é, necessariamente, sinônimo de indisciplina*. Um conflito é produzido cada vez que há um choque de interesses (meus interesses contra os de um colega, de um aluno, da direção, etc.)” (1995, p. 43; grifo nosso).

Esses conflitos entre pessoas civilizadas podem dar lugar a um crescimento mútuo, uma vez que os sujeitos dos confrontos poderão ceder, reconhecendo que nem sempre tem toda razão. Dessa forma, Casamayor (1995) afirma entender por indisciplina os comportamentos disruptivos graves que supõem uma disfunção da escola. Com efeito, esse autor entende que o comportamento indisciplinado é uma tentativa de submeter o outro a atender as suas próprias vontades sem se preocupar com os interesses dos demais que compõem a sua comunidade. Ademais, retrata a indisciplina como resultante de comportamentos que vão contra as regras estabelecidas por uma instituição, família, jogos, etc.

Levando em consideração esses e outros conceitos sobre o que se entende de indisciplina, Funes (1995) esclarece que as sociedades modernas dispõem de comportamentos que tempos atrás eram difíceis de serem detectados; o descontrole comportamental psicológico das pessoas foi afetado e a falta de respeito passa a surgir na família, na sociedade, gerando um caos também na convivência escolar. Portanto, Funes (1995) assevera que a indisciplina escolar é uma forma de inconformismo, em que educadores e alunos, obrigados a conviver diariamente, descarregam mutuamente suas agressividades como sinônimos de insatisfações geradas pelos preconceitos sociais e dificuldades de estrutura social, econômica e familiar e por qualquer outro tipo de pressões advindas do meio no qual convivem.

Com base no exposto, todos esses pensamentos sobre a indisciplina nos levam a uma reflexão sobre nossa prática cotidiana, o que nos instiga a indagar-nos: como estamos conduzindo nossos alunos? O que estamos fazendo para contornarmos as situações de indisciplina e quando ocorrem? Essas, com efeito, são perguntas as quais muitos de nós educadores ainda sentimos dificuldades em responder. Isso prova que a maioria dos

professores ainda não está preparada para assumir mecanismos suficientemente eficazes para lidar com as mais diversas situações decorrentes da indisciplina em sala de aula, resultando daí um grande conflito interno e externo até aos próprios educadores, conforme já relacionado por Funes (1995) e descrito anteriormente.

1.1.1. Questões disciplinares: um breve recorte histórico.

De acordo com Taille (In, AQUINO 1996), na tentativa de compreender melhor a indisciplina marcada pela desobediência das crianças de hoje, diversos autores iniciaram uma reflexão acerca de comportamentos de crianças de séculos anteriores, o que os fez constatar que nos séculos passados elas eram mais obedientes aos pais, idosos e aos seus professores. Isso os levou a estudarem os motivos que levavam essas crianças a se comportarem dessa forma e citaram: o superego², o sentimento do sagrado³, a heteronomia⁴, os hábitos cultivados⁵ os valores educados⁶.

De certa forma, hoje o que mais preocupa os pais, professores e estudiosos é exatamente saber o porquê de elas não os obedecerem tanto hoje como faziam no passado. Essa preocupação leva-os para um só ponto de vista, o qual definimos como “limites” ou “falta de limites”, em que pais e professores pouco os impõem, as escolas pouco os ensinam e a sociedade não os exigem, conforme defende Taille (1996). Em conformidade com o pensamento desse autor, entretanto, não se pode afirmar ao certo se as crianças do passado obedeciam tanto assim e se são tão desobedientes hoje. Porém, nos direciona a pensar ser certo que a dificuldade da educação coletiva proporcionada por pais, escola e sociedade tem

² Consciência moral do que é certo e errado segundo estudos psicanalíticos

³ Consciência do que é certo segundo os preceitos religiosos ensinados na família

⁴ O conceito de heteronomia é um conceito bastante discutido na literatura científica e política. Genericamente podemos afirmar que seu emprego implica na afirmação de que as leis que recebemos de fora (ao contrário da autonomia) impõem a sujeição do indivíduo à coletividade. Cf. Gramsci, 1973.

⁵ Comportamentos dos pais refletidos nos dos filhos.

⁶ Respeito, responsabilidade, fraternidade; etc.

fragilizado as forças de professores e estudiosos que intentam combater a problemática, tornando cada vez mais dificultoso disciplinar crianças, jovens e adultos dessa nova geração. Nesse contexto, não obstante a defesa de suas ideias, o autor corrobora o pensamento de Kant, para quem, “a disciplina é condição necessária para arrancar o homem de sua condição natural selvagem” (*apud* TAILLE, 1996, p. 10). Dessa forma, fica claro que a disciplina se constitui num processo de formação e preparação do homem para o convívio social, redimindo-o de sua condição de animal, por meio de ensino de bons modos, e educando o homem para a humanização.

De certo modo, ainda no mesmo discurso, Taille (1996) assegura que Kant, nos termos em que coloca o problema, se preocuparia com o futuro da humanidade, assim como diversos outros autores como Alain e Durkheim que são lembrados por Taille como defensores de uma educação disciplinar sob características de ensino que podem ser classificadas como meramente tradicionais, ao contrário do que pensa e defende outros autores, como Piaget que aposta numa “autodisciplina” inspirada pela busca pessoal do equilíbrio e do autogoverno, da qual nasceria uma disciplina estável formulada por opiniões livres. Segundo Piaget, tais opiniões se consolidam como promotoras da autonomia da criança na tomada de decisões para casos que o mundo lhe ofereça.

Essas e outras ideias têm grande influência na educação moderna, pois levam os educadores a refletirem a relação de suas teorias e práticas no cotidiano escolar na tentativa de uma boa condução do ensino com qualidade, na produção de alunos humanizados, disciplinados, capazes de conviver e muito bem se relacionarem na sociedade, porém, deve-se tomar bastante cuidado para não ser promovido o incentivo a uma falsa autonomia e falso autogoverno que restringem o educando a disciplinar-se somente para aquilo que a escola os impõe que façam, conforme é discutido ainda por Taille quando afirma que há escolas que permanecem com suas organizações antigas e diz-se assegurar o uso dessas ideias inovadoras em sua sede, contradizendo-se na relação dessas ideias com suas práticas organizacionais.

Não obstante a essas colocações, outro fator evidente que vem acontecendo no âmbito familiar e escolar é a incapacidade das pessoas de enfrentarem a realidade esperando que a sociedade lhe ofereça tudo o quanto desejar. Essas e outras características são bem discutidas a partir do pensamento de Rousseau (SILVA, 2004, pp. 181-184) quando trata da

relação da “propositura de um novo ordenamento social, civil que está no contrato social e a defesa intransigente da individualidade do homem frente a todo e qualquer contexto social civilizado” (SILVA, 2004, p. 181). Nessa mesma lógica de pensamento, Rousseau refere-se ao homem natural e ao homem social, apresentando suas diferenças de pensamentos, comportamentos e virtudes e os males que refletem as ações deste último, decorrente de um individualismo marcado pela proposição das exigências sociais que lhes são impostas. Assim sendo, podemos entender, do mesmo modo que Rousseau, que o homem natural (entendamo-lo em todo o seu processo – desde o nascimento até uma vida natural adulta) é totalmente diferente do homem social, pois o primeiro apresenta como características a “liberdade individual” e a “igualdade” no trato das relações com outras pessoas, enquanto o segundo é marcado pelo “individualismo e desigualdades” entre seus semelhantes.

No âmbito que nos é apresentado por Silva (2004) sobre a concepção de criança na perspectiva rousseauiana, no trato das necessidades sociais artificiais e o modo pelo qual os adultos organizam escolas e sociedade em si, Rousseau em uma de suas obras – Emílio – rebate todos os comportamentos e pensamentos pedagógicos que remetem como ponto de partida os interesses do adulto ou da sociedade como princípio para a educação, por entender que tais interesses não devam condizer com os interesses das crianças e dos jovens. Esse pensamento rousseauiano foi reforçado por Eby quando afirma que Rousseau “No lugar das ideias e opiniões do adulto, colocou as necessidades e atividade da criança e o curso natural de [seu] desenvolvimento” (SILVA, 2004, p.182).

Nessa lógica de pensamento, entende-se que toda organização - escola, família e sociedade - devem conduzir a criança à “construção de uma nova sociedade” na qual prevaleça a bondade e felicidade natural da criança como reflexo do equilíbrio do curso natural de seu desenvolvimento em prol de uma sociedade mais justa e disciplinada.

Ainda no mesmo âmbito desta discussão, é muito importante enfatizar os pensamentos de alguns autores como Maria Augusta Rossini (2002) e outros, os quais em suas obras abordam que determinados atos de rebeldias e indisciplina da criança é o reflexo de suas angústias e frustrações, frutos de uma educação familiar mal estruturada, em que os pais tentam educar suas crianças muitas vezes sem nunca dizerem “não” como forma de compensá-los por sua ausência, pois grande parte dos pais precisa trabalhar e muitos ficam

ausentes o tempo inteiro e quando estão próximos aos filhos, não procuram dá-lhes uma educação realmente pautada nas limitações e nos diálogos, comprometendo a educação de seus filhos.

Nessa lógica de pensamento, apresenta-se outra situação conflitante: o meio utilizado para introjetar a ideologia familiar ou escolar na criança sem levar em consideração as opiniões do receptor, ao contrário do que afirma Freire (1998, p. 79)

Pois é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não podendo reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, sem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Desse modo, não podemos considerar o aluno como um mero receptor de informações. Devemos, sim, levar em conta a sua capacidade de pensar e de tomada de decisões, o que de certa forma poderá torná-lo um ser pensante, disciplinado e justo perante a sociedade que, em diversas ocasiões, os maltrata e exclui. Isso nos reporta, mais uma vez, a refletirmos sobre nossa prática, levando em consideração nossos objetivos de controle da indisciplina, com bases nas novas teorias já apresentadas por diversos autores até o momento, teorias essas que nos conduzem às tentativas de inovações metodológicas, no intuito de excluir do processo educacional quaisquer práticas excludentes, discriminatórias e preconceituosas que deformam a personalidade dos educandos e que os conduzem à indisciplina na escola.

1.1.2. A falta de diálogo como fator de condução e manutenção da violência e da indisciplina escolar.

Inicialmente, segundo se assume na literatura científica, entende-se que a criança devolve para o mundo aquilo que ela recebe do mundo. Se o que tem recebido é agressividade, então, o que tem para dar é agressividade. E tal procedimento reverbera na escola.

Destarte, as histórias de vida de crianças com dramas que têm sua origem em processos conflituosos como pais que as espancam e que brigam entre si; que convivem em meio ao alcoolismo, fome, batidas policiais, dentre outras situações de conflitos; e que são submetidas a contextos de violência tendem a manifestar comportamentos violentos no universo das escolas.

Dito de outro modo, em face de tantas dificuldades, muitas vezes, a criança chega a um estado limite de resistência emocional e, quando não suporta mais, tenta exteriorizar seus sofrimentos em forma de violência ou indisciplina, ou simplesmente interiorizar e conviver com o sofrimento interno. E, quando isso acontece nem sempre encontra o respeito por suas dificuldades e o apoio necessário na escola. Ao contrário, dessa criança é exigido ainda mais, pois é repreendida ou punida por seu comportamento.

Diante do exposto, na tentativa de amenizar o problema, queremos crer que seja necessário deixarmos que a criança expresse, por suas próprias palavras, *verbo ad verbum*, a violência que a faz sofrer. Nesse sentido, ouvi-la e tentar compreendê-la para que não venha expressar-se através de atos violentos e indisciplinados, é o mínimo que se pode esperar de gestores, professores e de outros profissionais que atuam na escola.

Nesse contexto, portanto, é interessante ressaltar que nem sempre a violência que está na base da conduta do aluno tem origem na escola, pois sabemos que a família, enquanto uma das principais fontes estruturais da educação das crianças, também se coloca como uma das bases responsáveis pela geração de violência que acaba por se instalar na escola. É na família, com efeito, onde se inicia todo um processo educacional da criança mediante a

transmissão dos valores culturais arraigados nela e que são conferidos aos filhos durante todo seu processo de desenvolvimento, do nascimento à adolescência e até a vida adulta.

Com isso, não queremos desconsiderar a responsabilidade da escola ou muito menos abstrair suas influências negativas na educação da criança, até mesmo porque alguns focos de violências são bastante perceptíveis nas instituições escolares, a exemplo dos rótulos, os preconceitos em relação à criança pobre, a indiferença dos adultos frente aos seus problemas, a desvalorização de suas experiências sociais e culturais e a não confiança em seu potencial, dentre outros.

Mediante o processo que se dá nesse contexto, cabe observar que, para Freire (1997), a escola precisa em seus projetos promover a formação da cidadania, tratando seus alunos com dignidade, com respeito à divergência, valorizando o que cada um sabe fazer de bom, tornando-se inovada para que os alunos gostem dela; e, ainda, garantir espaço para a construção de conhecimentos científicos significativos, que contribuam para uma análise crítica da realidade. Porém, é fácil perceber os desajustamentos existentes entre o que os alunos pretendem e o que a escola pode oferecer-lhes. Muitas vezes, o que se pretende que os alunos aprendam está longe dos seus interesses e mesmo da sua capacidade de aprendizagem (FREITAS, 1995). Aqui entram em jogo os planos curriculares, tão repletos de opções que é impossível satisfazer todas as pretensões e motivações dos alunos.

Com efeito, normalmente, atrás da desmotivação do aluno que se encontra na escola vem o desinteresse e o aborrecimento. Embora essas duas características não possam ser consideradas as principais condutoras a indisciplina desses alunos, percebe-se que as duas podem ser suficientes para promover tumultos e trazer prejuízos para a escola, principalmente quando esta não dispõe de conhecimentos de meios eficazes para controles dos indisciplinados ou se demonstra fragilizada por medo de reação dependendo da gravidade das situações geradas por esses alunos.

Nessas condições, claro está que é preciso uma maior integração família, escola, aluno, para juntos tentarem amenizar indisciplinas de alunos. Mas, para isso, é necessário que a escola busque a melhor maneira de orientar não somente os alunos, mas também esses pais, por meio de alternativas de interação e orientações familiares como palestras que abordem comportamentos de condutas de toda família, seminários e eventos que integralizem a família

ao convívio escolar e social e encaminhamentos a instâncias sociais e psicológicas se for o caso. Nesses termos, mais uma vez reafirmamos que a família constitui a base educacional dos filhos e que a escola é o complemento deste processo educacional.

Todavia, em diversas ocasiões a dificuldade de diálogo entre escola e família pode tornar os pais um instrumento gerador de indisciplina nos filhos em âmbito escolar e familiar. E isso, conforme afirma Cançado (1996), pode ser percebido quando a escola expressa suas angústias (dificuldades com alunos) de modo muito errado para pais saturados, esgotados por um trabalho estafante, que recebem salários mínimos que não dão para o sustento da família, que passam necessidades de alimentos em casa, que tomam ônibus lotados, vivem distante dos trabalhos, se refugiam no alcoolismo, que tem outros problemas em casa, entre outros. Nessa situação uma reclamação que a escola faça sobre o filho, torna-se para muitos desses pais o ponto limite para o desmoronamento de sua estrutura física e psíquica que está fragilizada. É claro que, certamente, todo reflexo desse desmoronamento será derramado sobre esposa e filhos, podendo causar mais danos na vida desse último (filhos) levando esses filhos a refletir na escola a sua indisciplina.

Finalmente, diante dessa configuração, ainda defende Cançado (1996) que “a escola e os educadores cumprem o seu papel quando compreendem o drama das condições de vida da população brasileira e, a partir dessa compreensão, reconhecem a necessidade de auxiliá-los”. O que significa dizer que, junto às famílias, as escolas possuem um papel educativo muito importante: o de ajudar na educação dos filhos, contribuindo para uma melhoria na vida familiar dos envolvidos que, por sua vez, retribuirão como forma de agradecimento em investimentos e acompanhamento dos filhos na escola, proporcionando a ordem da escola e um desenvolvimento tranquilo de suas atividades educacionais, tornando o ambiente menos violento e com menos alunos indisciplinados.

1.1.3. Conflitos de sala de aula que geram indisciplina

Conforme assinala Debarbieux (2002, p. 66), Dubert caracteriza a violência na escola como um “clima de indisciplina que é paradoxalmente mais tangível que os atos que o geram” e com os quais, por sua vez, os participantes da escola convivem e pelos quais são afetados. Mediante esse discurso, não podemos apresentar um problema sem a preocupação de estudar suas causas ou seus contribuidores.

Diante dessa lógica de discussão, conforme retrata Fernández (2004), num processo de discussão e desentendimentos gerado na escola entre alunos – alunos, alunos e professores, não estão envolvidos apenas os que desenvolvem a violência, seja ela física ou verbal, mas também aqueles (professores, direção e coordenação escolar) que de certo modo contribuem com os atos omitindo-se ou não punindo os envolvidos por todo e qualquer tipo de violência ou indisciplina cometida contra pessoas dentro da escola.

Com efeito, esses conflitos ou desentendimentos entre alunos, alunos e professores e até entre pais e professores, filhos e pais, são inevitáveis e em alguns casos até é desejável que se manifestem. É certo que devam ser resolvidos sem necessitar da utilização de agressividades verbais ou até de violência física conforme afirma Coll e outros (2004). Sem embargo, esses dois tipos de agressividade estão presentes dentro e fora do ambiente escolar.

Nesse contexto, de acordo com Coll e outros (2004), é importante ter em conta o fenômeno da violência gratuita que ocorre entre duas ou mais pessoas, as quais desempenham papéis diferentes: a de agressor e a de vítima. Geralmente, esse tipo de violência, conforme palavras do autor (p.124), reproduz “uma forma de relação em que o agressor se comporta como dominador” e sente prazer em sacrificar suas vítimas com insultos, ameaças, mentiras de mau gosto ou violência física. Em muitos casos, para o agressor não se encontram outras motivações além do prazer de “dominar, de chamar a atenção”. No ambiente escolar, esse tipo de agressor é classificado como “o brigão”, aquele que sempre quer demonstrar o seu papel de dominador.

Na mesma constância, as agressões verbais, em muitos casos, geram-se das tentativas de solucionar conflitos por meio do diálogo. Apesar disso, esses conflitos se tornam ainda maiores e complicados de serem resolvidos, dependendo da forma como se queira solucionar ou da perda de equilíbrio emocional dos participantes, gerando uma verdadeira perversão educativa, em que aprender a recorrer à violência para chegar à solução de conflitos se tornaria para os agressores o meio mais fácil de resolvê-los, acabando por complicar ainda mais a situação. Essa incapacidade para resolver conflitos é fruto de uma educação moral, social e psicológica degradada que se reflete na família, nas classes escolares e grupos de professores, conforme Coll e outros (2004).

Em decorrência desses comportamentos agressivos e violentos em sala de aula, surge a preocupação de professores, pais, diretores, coordenadores escolares e até de alguns alunos em tentar buscar alternativas que amenizem o problema. Nesses casos, é importante ressaltar que algumas pesquisas europeias tratam o problema da violência escolar como pontos oscilantes entre aspectos psicológicos individuais (problemas comportamentais) e sociológico (desemprego, exclusão social, fome, entre outros) que acabam por si afetando a estrutura emocional e psíquica dos participantes, conforme assinala Blaya (2002). Esse autor ainda enfatiza o aspecto psicológico como um dos mais afetados devido à produção de comportamentos indesejados.

Mediante o processo decorrido como tentativa de resolver conflitos e promover a disciplina na sala de aula, Ana Carita e Graça Fernandes (1995) apresentam sugestões para reflexão: o castigo, que pode levar o aluno a tornar o comportamento discente o desejado pelo professor e que poderá não mais manifestar no aluno o comportamento anterior indesejado, mas que também poderá refletir em consequências negativas como o aumento da revolta, redução da autoestima e o sentimento de rejeição; o estímulo com recompensas para comportamentos positivos que ajudam a diminuir comportamentos e atitudes negativas e incentiva a construção de condutas necessárias para uma boa aprendizagem; e o reconhecimento por parte do professor de suas práticas e influências positivas e negativas em sala de aula que podem ajudar com exemplos o aluno a controlar seus comportamentos e conflitos e promover comportamentos agradáveis e desejáveis.

Essas alternativas, não obstante, precisam ser refletidas em suas necessidades de aplicações e, quando aplicadas, avaliados os seus resultados. A partir daí, observa-se a influência e o papel do professor na formação da conduta do aluno e sua relação com o que se pode chamar de teoria e prática na tentativa de melhorias de comportamentos na formação de discentes. Para a educação isso pode ser considerado um grande avanço no campo das teorias de buscas por sucessos educacionais.

1.2. A indisciplina: seus desdobramentos legais e afetivos e sua relação com a aprendizagem

Não se pode falar de indisciplina escolar dissociada de uma reflexão sobre o tratamento que é dado à questão pela legislação brasileira, seja sobre a violência, seja sobre a indisciplina. Esse conteúdo, tratado pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB – lei 9394/96 não dispõe de modo claro o que se esperava que expressasse sobre o assunto.

Não obstante, essa legislação determina ao estado e à família algumas obrigações que podem ser entendida como um dos passos para o sucesso do aluno em sua formação como cidadão quase perfeito. Em seu art. 205, *verbi gratia*, a Constituição Federal dispõe que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Por sua parte, em seu art. 2º a LDB dispõe que “a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esses dispositivos legais, com efeito, não isentam a sociedade de sua contribuição social escolar para a formação desse cidadão amigo, fraterno, ético, crítico e consciente que é vislumbrado nos termos “seu preparo para o exercício da cidadania”.

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu art. 1º “[...] dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. O ECA, por sua vez, incube-se de tratar claramente dos direitos assistidos aos menores até os 18 anos de idade e provoca entre a maioria dos educadores brasileiros uma imensa confusão acerca da localização dos deveres destes alunos em sua expressão de lei. Tal situação leva muitos educadores a pensarem que a criação desta lei e a implementação do Conselho Tutelar serviram apenas para os debilitarem em relação à indisciplina de seus alunos, deixando-os impossibilitados de tomarem algumas medidas disciplinares que neutralizem os abusos insistentes de indisciplina no ambiente escolar.

Sabe-se que o art. 5º da Constituição Federal trata da garantia dos direitos iguais a todos os cidadãos. Desse modo podemos ressaltar que o ECA é apenas um dispositivo de reafirmação dos direitos da criança e adolescente como um ser social em desenvolvimento conforme art. 6º e que, além dos direitos, também tratam de medidas socioeducativas que serão aplicadas aos que infringirem as leis brasileiras.

1.2.1. Atos infracionais e indisciplina

Nota-se uma grande confusão de conceitos no que se refere a ato infracional e a ato disciplinar. Pensando nisto, essa discussão proporciona um simples esclarecimento sobre os dois conceitos, a partir da análise do que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e do que se refere à autonomia das escolas em poder formular sua própria lei (regimentos escolares) e artigos específicos de combates à indisciplina escolar.

Nessa lógica de esclarecimentos, de acordo com o Art. 103 do ECA, “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.” Desse modo, qualquer infração do código penal cometida pela criança ou adolescente é considerada um ato infracional ao contrário do que se pensa e analisa do ato disciplinar que, em muitos casos,

não poderão ser enquadrados como atos infracionais, por não atingir o mesmo teor ou proporção dos casos incutidos no Código Penal Brasileiro, sendo caracterizado apenas como um desvio de conduta disciplinar.

A lei nº 8.069/90 não trata apenas dos dispositivos de proteção ao menor, como também das medidas socioeducativas a serem aplicadas aos menores infratores, conforme relaciona em seus artigos 112, 113, 114 combinados com os art. 99, 100 e 101.

De acordo com leis específicas de cada município ou estado brasileiro, ficam as escolas submetidas às exigências e autorizações de seus respectivos órgãos, às liberações e autorizações para construírem em seus regimentos as regras e normas necessárias para a manutenção da ordem de funcionamento da escola e combate à indisciplina escolar. Vale ressaltar que tal documento deve ser construído de forma democrática, com clareza e apresentado aos discentes para que se tornem conscientes de suas limitações, punições e disciplinem seus atos.

Porém, é necessário na elaboração desse documento, o cuidado de não infringir as leis estabelecidas pela Constituição Federal e o ECA em relação ao respeito à pessoa e o não constrangimento do indisciplinado (art.232-lei 8.069/90), para que não venha a escola perder direitos, além da problemática sofrida pelo mau uso escolar das possíveis normas, bem intencionadas ou não, ao que se é entendido pelos alunos como conceito de aplicação da disciplina, conforme afirma Taille (1996):

Se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações. (p.10).

Nessa lógica do pensamento apresentado por Taille (1996), entendemos que é de extrema obrigação a participação desses alunos (ou seus representantes) na construção dessas normas de condutas elaboradas e fixadas pelas escolas em seus regimentos internos, com o intuito de além de promover a democratização em sua construção, proporcionar a clareza das

informações pertinentes ao acompanhamento do desenvolvimento de condutas dos alunos por meio da aplicação dessas normas, evitando assim possíveis revoltas e resistências do aluno pelo desconhecimento ou não aceitações de tais normas.

1.2.2. Indisciplina, violência e reprovação como sinal de dificuldades enfrentadas pelos professores

Os índices de reprovação no Brasil mantiveram taxas próximas a 50% há décadas, conforme Cunha (1980). Quanto à evasão, teria girado em torno de 30%. Diante desses índices, diversos educadores realizaram pesquisas buscando analisar as causas da reprovação e da evasão com o fito de propor alternativas. Tais pesquisas enriqueceram a literatura nacional nos anos 70 e 80, sendo seus resultados bastante conhecidos. Algumas ideias básicas e unânimes merecem destaque.

- A reprovação em massa ocorre apenas nas escolas públicas, atingindo as crianças de precárias condições socioeconômicas, conforme análise de Cunha (1980). Esses fatores podem ser classificados como um tipo de preconceito gerado, visto que em muitos casos, os mesmos professores que atuam em escolas públicas são os que atuam também nas particulares. Porém, não se dispõem de mecanismos didáticos que promovam tanto em redes particulares como na privada uma semelhança de ensino, ao contrário, ensina de acordo com o que se exigem as condições econômicas e sociais dos envolvidos, o que direciona o ensino para uma desvalorização do aluno, da educação pública com um aumento dos índices de reprovação e evasão desses alunos.
- Esse preconceito gerado em relação à capacidade de aprendizagem desses alunos, resultante de sua deficiência no uso da linguagem culta, seus mais variados hábitos e comportamentos sociais, seu modo simples de vestir-se e alimentar-se, enfim, as suas condições de vida são interpretadas por muitos professores como obstáculos à aprendizagem. Essa possível relação considerada como fatores proporcionantes a

dificuldades de aprendizagem e preconceitos contra a pobreza, de acordo com Barreto e outros (1979), é sinônimo do uso inadequado da autonomia escolar em relação ao uso das estratégias de superação das diferenças trazidas pelas crianças para o ambiente escolar. Por outro lado, o mesmo autor e outros refletem sobre a possibilidade de reversão desta situação, a partir de um repensar da reorganização curricular, técnica e pedagógica que vise trabalhar as diferenças e valorizar pessoas e suas experiências.

- Durante o período de sua formação, professores discutem um processo de ensino-aprendizagem voltado para crianças que possuem outro padrão de vida: bem alimentadas, com linguagens iguais as dos professores, pais que ajudam em casa, etc. Porém, ao assumir a docência nas escolas públicas, esses professores deparam-se com uma realidade bem diferente daquela que aprendeu nos cursos. As crianças reais que ali estão desafiam suas didáticas e seus métodos de ensino. Contudo, é necessário esclarecer que, com base nessas questões, Brandão, Baeta e Rocha (1983) apresentam uma relação de competência e experiência, afirmando que os professores que estudam até possuem conhecimento, porém sua dificuldade é colocar em prática o que se deve ensinar em relação a cada turma ou aluno envolvido no processo escolar. Assim, esta relação da formação do conhecimento do professor e nível em que se deve ensinar e não o faz torna-se uma prática contraditória entre si muito distante da realidade das crianças de hoje, resultando no fracasso escolar.
- Inicia-se aí um confronto entre a escola e a criança. O que nos leva a perceber que no âmbito dessa discussão, a escola acredita sempre estar certa, classifica a criança como errada e nada faz para modificar suas ações. Reproduz o mesmo modelo de ensino e, em consequência, o mesmo resultado: os altos índices de reprovação e evasão, conforme discutem Cunha (1980) e Barreto e outros (1979).

Toda essa discussão nos reporta ao entendimento de que o simples ato de reprovar alunos, sem levar em consideração os aspectos interiores e exteriores que influenciam em sua aprendizagem é sinônimo de injustiça. E isso é sentido pelo aluno como uma violência ao seu modo de ser e seu direito de estudar e ser feliz.

Com base nessas reflexões podemos concluir que a escola muitas vezes torna-se injusta pelos seus atos institucionais e que deve, de modo urgente, rever suas

responsabilidades e repensar currículos e projetos didático-pedagógicos que visem a melhoria do ensino e a extinção de qualquer tipo de violência, discriminação e preconceitos direcionadores à reprovação de alunos. Desse modo, estaria contribuindo para a melhoria da aprendizagem, a valorização do cidadão e sua formação de personalidade, com alunos bons, reflexivos e capazes de aprender a valorizar pessoas e a conviver como cidadãos. Aí, sim, a escola verdadeiramente estaria cumprindo seu papel dentro da sociedade.

Capítulo Segundo

A problemática investigativa da indisciplina

2.1. O conjunto de problemas que desencadeou a investigação e as dificuldades e estratégias de controle da indisciplina.

O relacionamento diário entre professor e aluno vem ao longo da história passando por diversas mudanças. A flexibilidade nas decisões, as influências negativas sociais e o pouco limite imposto têm gerado distúrbios disciplinares em diversos alunos em todo o mundo. Diante desse quadro comportamental classificado como indisciplina, o professor fica sem saber como agir. Isso motiva-nos indagar sobre quais as estratégias adequadas para amenizar a indisciplina na escola, de modo que todos os envolvidos, discentes e docentes, tenham direito a uma convivência saudável e respeitosa e, ainda, sobre quais fatores motivam e provocam a indisciplina em sala de aula.

Percebemos que ao professor é colocada, como característica principal, a responsabilidade de manter a classe em ordem e os alunos disciplinados e motivados a aprender. Não obstante, falar de indisciplina sem pensar em autoridade torna-se difícil. Não devemos esquecer que a autoridade é conseguida naturalmente desde o primeiro dia de aula e que ter autoridade é muito diferente de ser autoritário. Ameaças, castigos ou um simples “não faça isso, não faça aquilo” são atitudes sem fundamentos. Importante é esclarecer o porquê das proibições e liberações. O aluno precisa ter consciência da noção de limite e isso só é possível quando ele percebe a escala de direitos e deveres que todos nós temos.

A valorização da fala do aluno e o respeito às suas necessidades educativas e suas decisões também são fundamentais para a construção de acordos e tomadas de decisões para que a indisciplina deixe de ser um obstáculo ao processo de ensino aprendizagem, conforme destacam Devries e Zan (1997):

O objetivo geral de envolver as crianças em tomadas de decisões e estabelecimento de regras em suas salas de aula é contribuir para uma atmosfera de respeito mútuo na qual professores e alunos praticam a auto-regulação e a cooperação. (p. 130).

Com efeito, aqui nos cabe refletir se os professores que possuem alunos indisciplinados estão incluídos nesse conjunto de características amenizadoras desse problema; e, se estão, por que seus discentes permanecem indisciplinados.

Nesta expectativa, quando considerarmos as dificuldades vivenciadas pelos professores da turma em questão, pretendemos mostrar que a “indisciplina” em sala de aula tem se colocado como um grande obstáculo a esses professores afetando todo o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos. Esse processo dificultoso se expressa nos baixos rendimentos em termos de aprendizagem dos alunos e se traduzem em provocações de grandes dificuldades de convivência em sala de aula.

Essa situação não preocupa somente professores, mas também diretores, orientadores escolares, pais e os próprios alunos, já que todos são parte dessa desconfiguração de valores éticos e sociais comportados pela indisciplina escolar.

Desse modo, também considerando as fragilidades afetivas das relações de aprendizagem que afetam professores e alunos em sala de aula, os resultados obtidos neste estudo servirão como apoio operacional, embasado em amplo estudo bibliográfico, que poderá apoiar outras pessoas, igualmente interessadas no processo de estudo e controle da indisciplina, a pensar formas de intervenção para manter sob controle o fenômeno na escola. Dito de outra forma, o que esperamos é que os resultados deste trabalho possam concorrer para auxiliar os educadores, a família e os profissionais nas discussões e desenvolvimento de ações familiares e pedagógicas que possam ajudar na avaliação e reavaliação de processos indisciplinados que envolvam alunos com comportamentos diferenciados, julgados negativos pela instituição escolar, ajudando-os também a superar as dificuldades de socialização e a desenvolver um autorreconhecimento comportamental de seus alunos e de si próprios em várias situações da vida. Em suma, esperamos poder contribuir para a amenização ou eliminação de grande parte do problema que tem inquietado educadores, pais, alunos e toda sociedade educacional.

2.1.1. O papel do educador e sua importância na construção cidadã da identidade do educando por meio da colocação de limites.

Frequentemente em nossas salas de aulas, encontramos-nos com alunos à espera de regras ou normas para que possam transgredi-la. Na tentativa de se aparecerem (“marcar presença”) em meio à sociedade ou sala de aula, esses jovens alunos buscam alternativas que chamem a atenção dos adultos, especificamente, dos professores. A desobediência a regras e normas da escola e da sala é um dos meios mais comuns utilizados por eles para que possam chamar a atenção e fazer-se notar como indivíduo. Tal atividade torna-se comum para eles, transformando-se em um meio de busca de identidade. A colocação de limites, nesses casos, torna-se meio eficiente e eficaz na formação da personalidade/identidade do educando, podendo levá-lo a um equilíbrio emocional que possa concorrer para evitar agressividades e desrespeitos no ambiente educacional, social e familiar.

Ao observar alguns alunos em sala de aula, são perceptíveis as formas de agressões utilizadas por eles na tentativa de se fazerem notar como pessoas. Essas agressividades perpassam do seio da sala de aula, expandindo por toda a escola. Os insultos a colegas, agressões físicas e desobediências a normas é o resumo das transgressões cometidas pelo aluno que também, como traz Mielnik (1982), acontece em relação ao professor como meio de representação do descontentamento do aluno pelas formas de ensino e convivências e até mesmo pela imposição das normas e limites apresentados por esses professores.

Mediante o exposto, vale ressaltar que o professor tem um papel muito importante no sentido de possibilitar ao aluno o respeito, a atenção e obediência às regras escolares. Por isso, mediante o papel que representa, é necessário uma apresentação aberta e democrática daquilo que se pretende que estes alunos compreendam. Esse ato de desempenhar suas funções de forma aberta e democrática para manter a ordem e a disciplina em sala de aula, propondo respeito às regras e normas do grupo ou da escola e buscando também a compreensão das manifestações do aluno, com o intuito de entendê-los, transmite para os educandos e também para educadores a plena confiança mútua e serve como meio de

incentivo ao desenvolvimento do equilíbrio necessário ao educando, o que será necessário para a formação de sua identidade.

Não se pode negar que o professor, para muitos alunos, é visto como um porto seguro no qual o aluno irá depositar suas fraquezas como busca de ajuda para seus problemas. Contudo, o professor deve fazer jus a esta confiança, respeitando o aluno, suas necessidades e limitações, e saber o momento certo para lhe solicitar ou colocar os limites através das normas escolares e regras de convivência, estimulando a participação, organização e aprendizado da turma, reduzindo, assim, e desviando os atos de indisciplina.

Estrela (1992) chama a atenção dos educadores para a ideia de que os alunos mais indisciplinados são os que exigem dos professores que mantenham a sala em ordem. Isso é prova de que esse aluno precisa de ajuda e que o professor é a peça fundamental para o auxílio dele. Esse tipo de descontrole interno (vontade imensa de ser notado) deve também ser analisado e estudado, visto que os conflitos externos, em muitos casos, não existiriam se não acontecessem primeiro internamente. Essa situação nos induz a refletir que, mais que cobrar ou castigar, é importante dar atenção ao aluno “bagunceiro”, transgressor, indisciplinado e atribuir-lhe tarefas de confiança de modo que este perceba que está sendo visto, observado e valorizado no meio em que está inserido. Tais atitudes levarão esse aluno a mudanças de comportamentos indisciplinados para disciplinados, tornando-o confiante e realizado.

Assim procedendo, o professor também estaria desempenhando um papel que transcende sua missão de transmissor de conhecimentos e coloca-se como aquele que apresenta diretrizes necessárias à boa formação do aluno, tornando significativa a sua estada e permanência nos bancos escolares. Essa influência positiva da atuação dos professores no processo de formação do aluno é muito bem colocada por Outeral (1994) quando afirma que,

Os professores também são pessoas importantes para os adolescentes se identificarem e, nesse sentido, têm uma participação essencial no processo. A maioria das pessoas adultas é capaz de lembrar de professores importantes, com os quais se identificou, da mesma forma que daqueles com os quais buscou ser completamente diferente. (p.72).

2.1.2. Indisciplina *versus* poder e autoridade docente e discente

Preliminarmente, é preciso que tenhamos claro que a escola é um espaço de relação de poder entre alunos e professores. Porém, a diferença entre essas relações de poder pode suceder em indisciplina a partir do mau uso da autoridade docente e discente no que compete a ambos em relação ao poder que a cada um é atribuído, conforme diz Afonso (1991).

Desse modo, para um maior entendimento, o mesmo autor deixa claro que ao professor são atribuídas autoridade e autonomia para no desenvolvimento de suas atividades em sala de aulas, criando seus próprios métodos e técnicas didáticas educativas; porém, estes devem estar submetidos aos planos e projetos de educação defendidos pela escola. Enquanto ao aluno é “atribuído” ou imposto reconhecer como naturais a capacidade e o poder de persuasão do professor para a imposição de suas ideias e vontades próprias.

Não obstante, esse poder se mostra muito reduzido, o que favorece, em alguns casos e em algumas salas de aula, que alguns alunos consigam atingir seus objetivos, provocando conflitos dentro da sala e no entorno da escola. Procedendo dessa forma, é claro que acabam reduzindo a autoridade do professor e ferindo sua autonomia no que diz respeito à capacidade de produzir seus próprios métodos de ensino, de acordo com o que assegura Afonso (1991).

Porém, não se pode ocultar que algumas atitudes conflituosas ou indisciplinadas ocorrem como “resposta socialmente organizada” ao docente pelo uso de práticas didáticas corriqueiras, “desinteressantes e maçadoras” que afetam o andamento das aulas, conforme palavras de Domingues (1995, Pág. 85). E ainda sustenta o mesmo autor que essas situações geradoras de conflitos e desordens no ambiente escolar devem ser contornadas pelo professor que é o principal responsável pela busca de soluções. Isso nos induz compreender que o professor deve manter um padrão de desenvolvimento pedagógico direcionado à

aprendizagem do educando, a partir de situações estimulantes a participação, levando em consideração suas opiniões e seus questionamentos.

Nessa mesma perspectiva, Domingues (1995) ainda esclarece que o professor somente será respeitado e reconhecido por seus alunos, quando utilizar seu poder e autoridade docente para com os envolvidos, estimulando-os a uma relação de ordem e obediência, sustentada pela imposição das regras e normas a serem obedecidas e que, em muitos casos ocorrerá, sem rejeições e críticas. Caso contrário, ocorrendo resistência desses alunos, aconteceriam aí outros possíveis conflitos. Assim, poder e autoridade compõem partes essenciais na construção da didática educacional, devendo ser bem utilizadas para evitar conflitos, indisciplinas e qualquer outro tipo de problema.

Por outro lado, cabe lembrar que, de acordo com Dottrens (1974), o professor deve tomar bastante cuidado para não confundir sua autoridade com autoritarismo e, dentro de suas práticas, não constranger os alunos com proibições severas, mas usar de sua autoridade na conquista do respeito e admiração por executar boas práticas educativas e lições de vida a partir de seus exemplos de comportamentos e atitudes diárias. Ainda sustenta o autor que é necessário valorizar as experiências vivenciadas e atitudes positivas do aluno, de modo a conduzi-lo a uma reflexão sobre o valor que este tem perante a escola e a sociedade, o que implica dizer que o aluno reconhecerá o seu papel como cidadão a ponto de mudar quaisquer práticas negativas que ainda venham ter e exercer sua participação como bom aluno.

2.2. Os objetivos da investigação

Com a execução da pesquisa buscamos investigar o conjunto de problemas acerca da indisciplina passíveis de serem verificados, em virtude da forma velada como é praticada na Escola Municipal Vice-governador Benedito Figueiredo.

Essa investigação nos possibilita apresentar para pais, professores, alunos e demais envolvidos no problema, um panorama completo baseado na pesquisa realizada com o propósito de construir estratégias e meios eficazes para melhor administrar o problema da indisciplina. Isso nos levou a constituição de três objetivos os quais procuramos atingi-los até a finalização da pesquisa. Esses objetivos foram formulados na forma que segue:

- identificar os fatores que contribuem para a manutenção da indisciplina em sala de aula;
- investigar os eventos que os professores confrontam em decorrência das causas da indisciplina; e,
- identificar as estratégias de gestão aplicadas pelos professores para o controle da indisciplina nas aulas.

Esses objetivos foram pensados a partir de questionamentos que nortearam o nosso trabalho durante o período da pesquisa exploratória realizada na turma citada, sendo essas questões bases consolidadas para descobertas de respostas às perguntas que nos inquietavam.

2.3. Questões que nortearam a pesquisa

Acreditamos que uma pesquisa não pode ser realizada ou construída de modo aleatório. Para sua construção, é necessário um ponto de partida que seja para o pesquisador um ponto de curiosidade sobre o seu objeto de estudo. Cabe observar que os questionamentos surgidos sobre o tema indisciplina, no contexto desta investigação, formalizam, por assim dizer, as relações possíveis entre as variáveis consideradas nos limites desse trabalho. Tais inquietações, queremos crer, mostram-se relacionadas e descritas entre si, mediante as questões abaixo indicadas, a saber:

- que fatores contribuem para a manutenção da indisciplina em sala de aula do ponto de vista dos professores?
- quais os eventos que os professores confrontam em consequência das causas da indisciplina, na perspectiva dos alunos, professores e diretora ?
- que métodos ou técnicas de gestão estão sendo aplicados pelos professores para o controle da indisciplina em sala de aula de acordo com o ponto de vista dos alunos, professores e diretora?

Essas questões, com efeito, fundamentaram o nosso ponto de curiosidade e consideramo-las de extrema valia e representatividade, porquanto se revelam em acordo com a distribuição dos questionamentos aplicados ao corpo docente, discente e diretivo, de acordo com sua relação com a problemática e os objetivos desta investigação.

Para tentar responder às questões norteadoras da nossa pesquisa, formulamos três hipóteses de trabalho que pensamos poder servir como norte aos nossos questionamentos. Todavia, essas possíveis respostas aos questionamentos somente puderam ser (ou não) consolidadas após o resultado da pesquisa empírica realizada, conforme podemos perceber na discussão dos resultados e conclusão deste trabalho. De todo modo, cabe aqui apresentarmos as deduções hipotéticas que nos ajudaram a focar nossa pesquisa.

2.4. Hipóteses de trabalho

Notadamente, vale ressaltar que uma hipótese é uma afirmação provisória, isto é, constituída como uma suposta resposta à(s) pergunta(s) ou questionamento(s) levantado(s) como ponto de curiosidade sobre o objeto de estudo. Com efeito, nossas hipóteses se encontram expressas na mesma ordem de apresentação dos questionamentos que nortearam a pesquisa realizada:

- A indisciplina escolar tem suas principais causas originadas pela ausência de regras e normas regimentais que regulamentariam o desenvolvimento da escola e pela aplicação de práticas docentes não cabíveis em determinados casos na sala de aula.
- Como eventos confrontados pelos professores em decorrência das causas da indisciplina, os alunos não entregam os trabalhos ou tarefas escolar, desrespeitam e até brigam com colegas e professores e danificam o patrimônio público.
- Como estratégias de gestão dos casos de indisciplina, os professores tentam promover conversas sobre a importância da concentração nas aulas, tentam estabelecer regras e combinados com os alunos e tentam modificar as aulas para que fiquem mais interessantes.

Capítulo Terceiro

Método

3.1. Caracterização do estudo

Segundo Richardson (1999. p. 22), método é o caminho ou maneira percorrida para chegar a determinado fim ou objetivo, enquanto metodologia refere-se a procedimentos e regras classificadas como método científico.

Diversos autores como Dencker (1998), Roesh (1996) e Richardson (1999), classificam os métodos de pesquisas em dois grupos: métodos qualitativos e métodos quantitativos. Ainda, conforme esses autores, o método quantitativo caracteriza-se pela priorização em quantificar os resultados dos dados da pesquisa, tanto nas modalidades de coletas, quanto no tratamento das informações. Já o método qualitativo não emprega instrumentos estatísticos tendo como base o processo de análise de um problema, sem nenhuma pretensão de numerar ou até mesmo de medir unidades ou categorias homogêneas.

Para Richardson (1999), a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador de maneira a justificar sua opção de forma mais adequada, coloca-se também como complemento ao método qualitativo utilizado em pesquisa social (ROESH 1996). A estas considerações, tenha-se claro que nossa investigação se fará pautar pela aplicação do estudo de caso (RICHARDSON, 1999; ROESH, 1996).

Com efeito, esse trabalho pode ser classificado como “quanti-qualitativo” (MINAYO, 1994; 1996), porquanto, embora apresente informações quantitativas selecionadas como a abordagem de dados estatísticos e a classificação estatística de resultados, trabalha concomitantemente a leitura qualitativa das informações adquiridas nos processos de coleta de dados, procurando, assim, identificar percepções e ideias que melhor fundamentem a

formulação de instrumentos operacionais de controle dos processos de indisciplina verificados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vice-Governador Benedito Figueiredo.

3.2. Instrumento de recolha e tratamento das informações

Com vistas a resolver nossos objetivos, aplicamos três questionários destinados respectivamente a alunos, professores e direção escolar, com enfoque nos objetivos, questionamentos e hipóteses construídos para execução da pesquisa, além da base de observação informal realizadas durante o período de sua aplicação.

Os questionários foram desenvolvidos com enfoque na organização pedagógica comportamental da escola frente à indisciplina dos alunos, observando a forma de organização regimental em relação às normas e regras estabelecidas para a organização da disciplina do alunado e do bom funcionamento das aulas.

Considerando os resultados obtidos com a pesquisa realizada, por certo, serviram-nos de referências, apoio e incentivo à construção do nosso trabalho para elucidação científica dos conceitos que determinam a problemática. A linha em que nos apoiamos encontra-se amadurecida e fundamentada na revisão literária que compõe o assunto estudado.

Desse modo, o estudo teve por finalidade investigar os fatores que motivam a indisciplina em sala de aula e as estratégias de ensino utilizadas pelos professores para o controle dos problemas entre alunos da escola referida, contribuindo para a amenização ou solução dos possíveis problemas a serem identificados. Caracteriza-se como uma pesquisa que tem por objetivo permitir um aprofundamento maior sobre o tema a partir de uma investigação exploratória e analítica com abordagem qualiquantitativa.

Por se tratar de uma pesquisa de campo e bibliográfica, sua natureza exige uma análise qualitativa dos dados acrescidos da investigação dos depoimentos e relatos para que se possam proporcionar resultados significativos. Para a generalização dos dados o estudo prioriza a amostragem, estendendo o levantamento e sondagens em campo que permitam

entendimento das relações internas e externas considerando as suas especificidades metodológicas e operacionais.

3.3. Determinação do universo

O universo desse trabalho, no marco da pesquisa exploratória, abrangeu uma turma de 5ª série B composta por 36 alunos do ensino fundamental, considerados indisciplinados pela escola Municipal Vice-governador Benedito Figueiredo, no período de agosto a outubro de 2010.

3.3.1. Participantes da pesquisa

Sem embargo, com vistas à realização dessa investigação, o trabalho de pesquisa teve a participação de:

- 24 alunos considerados os mais frequentadores, dentre os 36 que compõe a turma citada,
- 08 professores que trabalham da turma,
- 01 diretor.

Nestas condições, a determinação do universo e a seleção da amostra aconteceram baseadas de acordo com os seguintes critérios:

Quanto à definição da turma da escola (do *locus*):

1. turma da escola onde se registrou o maior número de casos de violência e indisciplina, apurados em conformidade com pesquisa exploratória anteriormente realizada;

2. turma que se encontre em uma escola localizada em área de conflito (drogas e violência);
3. turma de uma escola urbana (fácil acesso);
4. turma de ensino fundamental maior; e
5. turma de escola da rede municipal de educação.

Quanto à definição dos alunos:

1. alunos considerados pela escola (professores e corpo diretivo) como indisciplinados;
2. alunos com tempo de estudo na escola superior a 06 anos; e
3. alunos com idades entre 12 e 18 anos (esse critério nos possibilitou construir uma população com 19 indivíduos do sexo masculino e 17 do sexo feminino – embora somente 24 alunos presentes foram entrevistados, conforme as representações dos indicativos de idades e sexos expostos nos gráficos que seguem.

Quanto à definição dos professores:

1. professores que atuaram na turma qualificada como “complicada” (com suas respectivas idades e sexos expressos nas primeiras representações gráficas) e,
2. professores com tempo de magistério na escola superior a 4 anos.

Quanto à definição do diretor:

- o gestor que se encontrava no exercício do cargo durante a realização da investigação.

Ainda nos cabe uma apresentação distributiva dos participantes em relação à suas definições de idade e sexo, para uma melhor compreensão do público entrevistado que nos serviram durante a coleta dos dados da pesquisa.

3.3.1.1. Apresentação da diretora.

Por sua vez, o gestor escolar possuía no período da pesquisa, 34 anos de idade e assume suas funções no recinto escolar há um ano e quatro meses, sendo que a mesma presta serviços para a rede municipal há um período de 8 anos entre a função de professora e diretora escolar.

3.3.1.2. Apresentação dos alunos pelo indicador de idade e sexo.

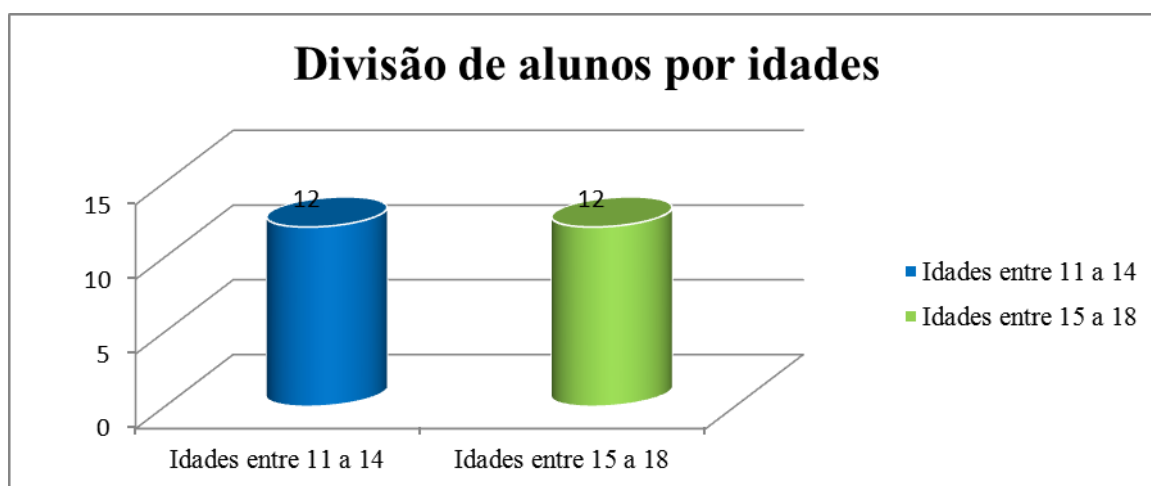


Gráfico 1. Fonte elaborada pelo autor

O demonstrativo acima apresenta a distribuição de alunos de acordo com a faixa etária estudada na turma. A distribuição foi feita em colunas de acordo com o intervalo de 4 em 4 anos, iniciando pela idade menor de 11 a 14 anos e idades maiores de 15 a 18 anos. Onde se percebe um quantitativo de 12 alunos com faixa etária de 11 a 14 anos, representado pela coluna azul e 12 alunos com faixa etária entre 15 e 18 anos, representado pela coluna verde. Vale ressaltar que o quantitativo apresentado dispõe nesse gráfico apenas uma distribuição geral por idade dos pesquisados, incluindo, de modo não separatório, homens e mulheres. A representação por sexo e sua distribuição é descrita no gráfico que segue, a partir

do qual podemos ter uma visão geral da distribuição por sexo dos alunos envolvidos na pesquisa.



Gráfico 2. Fonte elaborada pelo autor

De acordo com a ordem representada no gráfico, pudemos constatar que 71% dos pesquisados são do sexo masculino e 29% do sexo feminino, o que é representado por um quantitativo de 17 meninos e 07 meninas, respectivamente, resultando em um total de 24 questionários aplicados. A soma dessa representação equivale a 66,6% (sessenta e seis vírgula seis por cento) da quantidade total de alunos que compõem a turma. Esse valor numérico, como amostra, nos dá subsídio o suficiente para atingirmos o objetivo desse trabalho, visto que trabalhamos com $\frac{2}{3}$ (dois terços) da população de 36 alunos da turma.

3.3.1.3. Apresentação dos professores pelo indicador de idade e sexo.

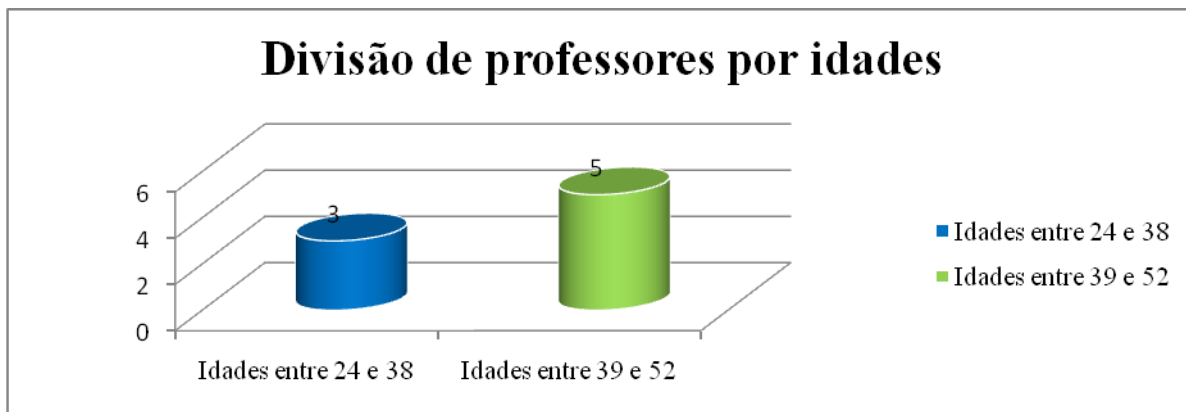


Gráfico 3. Fonte elaborada pelo autor

O descritivo acima apresenta a distribuição de professores da turma de acordo com a faixa etária. A distribuição foi feita em colunas de acordo com o intervalo de 14 em 14 anos, iniciando pela idade menor de 24 a 38 anos e idades maiores de 39 a 52 anos.

A partir da representação dos dados, percebe-se um quantitativo de 03 professores com faixa etária de 24 a 38 anos, representado pela coluna azul e 05 professores com faixa etária entre 39 e 52 anos, representados pela coluna verde. Ressaltamos que o quantitativo apresentado dispõe apenas de uma distribuição geral por idade dos pesquisados, incluindo de modo não separatório homens e mulheres. A representação da distribuição por sexo é descrita no gráfico que segue, no qual podemos ter uma visão ampla desta distribuição que envolve os professores pesquisados.



Gráfico 4. Fonte: elaborada pelo autor

De acordo com a ordem representada no gráfico, pudemos constatar que 12% dos pesquisados são do sexo masculino e 88% do sexo feminino, o que respectivamente é representado por um quantitativo de 01 professor e 07 professoras, resultando em um total de 08 aplicações de questionários. A soma dessa representação equivale a 100% (cem por cento) da quantidade total de professores que lecionam na turma estudada. Esse valor numérico nos dá subsídio o suficiente para atingirmos o objetivo desse trabalho, visto que trabalhamos com a população total de professores da turma.

3.4. Material e Procedimento

O desenvolvimento da pesquisa, deu-se com a aplicação dos roteiros dos questionários, prévias observações (de modo aleatório) de condutas de alunos, professores e da diretora e das relações verificadas como existentes entre esses sujeitos da pesquisa. Essas observações foram realizadas com o intuito de valorizar os aspectos “naturais” de desenvolvimento comportamental dos envolvidos sem que pudessem sequer perceber nossas intenções.

No primeiro momento, tivemos um primeiro contato com a coordenadora da escola que nos encaminhou à diretora do estabelecimento de ensino. Esse primeiro contato foi o ponto de partida de nossas investigações. Pudemos, a partir daí, ir observando as relações de convivência entre equipe diretiva e os encaminhamentos de alunos que eram feitos naquele momento à direção, bem como a relação direção – professor.

No decorrer ainda da apresentação da pesquisa à diretora, a escola recebeu a visita de um pai que buscava o entendimento do fato de sua enteada ter sido agredida ainda naquele dia pela manhã durante a saída da escola. No diálogo com a diretora, foram discutidos os motivos e apresentados como solução para a inibição de outros momentos de agressividades a chamada, no dia seguinte, das duas garotas à diretoria e a advertência pelo ato sob pena de os pais e da escola terem de puni-las, privando-as de alguma forma de lazer em casa e na escola.

Durante nossa saída da escola, oferecemos carona a uma professora da referida turma. Neste contato, pudemos ligeiramente sondar o perfil de conduta da turma pesquisada e logo após descrevermos-lhe nossas intenções de pesquisa.

Os resultados dessas observações e das prévias sondagens puderam ser comprovados após a aplicação dos questionários, cuja apresentação e análise de dados serão feitas no próximo tópico. Nesses questionários priorizamos um total de sete (07) eixos de perguntas para os alunos, cinco (05) para os professores e cinco (05) para a diretora da escola. Cada eixo está composto com a média de 6 a 8 alternativas com respostas fechadas em sim/não/às vezes e sempre/frequentemente/raramente/nunca.

No intervalo de aplicações das entrevistas que se deu em 60 dias, pudemos entrevistar de modo informal uma funcionária da escola e também mãe de um dos alunos da unidade escolar que não cumpria com seu papel de aluno. Esse aluno estava envolvido com drogas e possuía distúrbios comportamentais. A referida mãe, por sua vez, informou-nos já tê-lo encaminhado ao conselho tutelar do município, que o conduziu ao psicólogo, usando até como estratégia de solução de problemas a troca de escola. Informou que nenhum resultado até então foi apresentado.

Capítulo Quarto

Apresentação dos dados e análise dos resultados

4.1. Apresentação do capítulo pelos indicadores relativos às condições da representação dos participantes frente aos eixos norteadores.

Num primeiro momento, subsidiada por meio de gráficos e tabelas, apresentamos os resultados relativos às respostas dos alunos como resultados ao roteiro dos questionários que lhes foram aplicados. Isso nos permitirá compreender as causas da indisciplina, os eventos, além de nos proporcionar subsídios para a compreensão das estratégias de gestão e controle da indisciplina.

No segundo momento dessa discussão, obedecendo aos mesmos eixos norteadores, serão apresentados os resultados relativos às respostas dos professores ao questionário, os quais analisaremos e procuraremos comparar estas respostas, expressando assim suas relações com as perguntas, propositalmente semelhantes às aplicadas também aos alunos e diretora.

No terceiro momento dessa discussão, por sua vez, serão analisadas as respostas dadas pela diretora escolar de modo que estas venham nos dar suporte necessário a uma comparação com as respostas dadas por alunos e professores anteriormente.

Desse modo, serão observados os pontos comuns e divergentes entre o pensar e o desenvolvimento dos envolvidos em torno da indisciplina escolar. Isso nos permitirá compreender a participação de cada um num sentido mais amplo para o estímulo ou combate do problema.

4.2. Representação do aluno sobre a indisciplina na aula

4.2.1. Fatores/variáveis facilitadoras da indisciplina.

Toda instituição precisa de regras ou regimentos que possam demarcar o seu funcionamento. E cada unidade escolar tem livre direito para produzir o seu. É claro que submetido às leis federais que regem a educação – LDB, Constituição Federal e Regimentos gerais das secretarias ou departamentos educacionais. Porém, cabe-nos relatar que diversas instituições de ensino ainda não dispõem desse tipo de documento normativo e outros estão em fase de construção, o que, de certa forma, desequilibra o desenvolvimento da escola, visto que não se possuem regras ou normas regulamentadas em documentos que proporcionem uma melhor promoção e respeito ao desenvolvimento do ensino e de todo funcionamento institucional.

Essa situação vem trazendo para os gestores, professores e alunos grandes preocupações decorrentes da desordem por parte de alunos, os julgados indisciplinados⁷, por não possuírem nenhum mecanismo legal que os possam frear quando em atitudes desordenadas na escola. Em virtude disso, segundo a diretora da escola, o regimento interno escolar está em fase de construção, porém só deverá estar pronto para o ano seguinte. A mesma relata que para algumas turmas foram entregues no início do ano uma espécie de cartilha contendo algumas regras institucionais que visam conter ordens para comportamentos e formas de convivência do aluno no espaço escolar. Tais informações serão apresentadas e discutidas a partir da tabulação dos gráficos que seguem.

⁷ Obedecendo aos critérios estabelecidos no gráfico 15 e tabela 2 deste trabalho

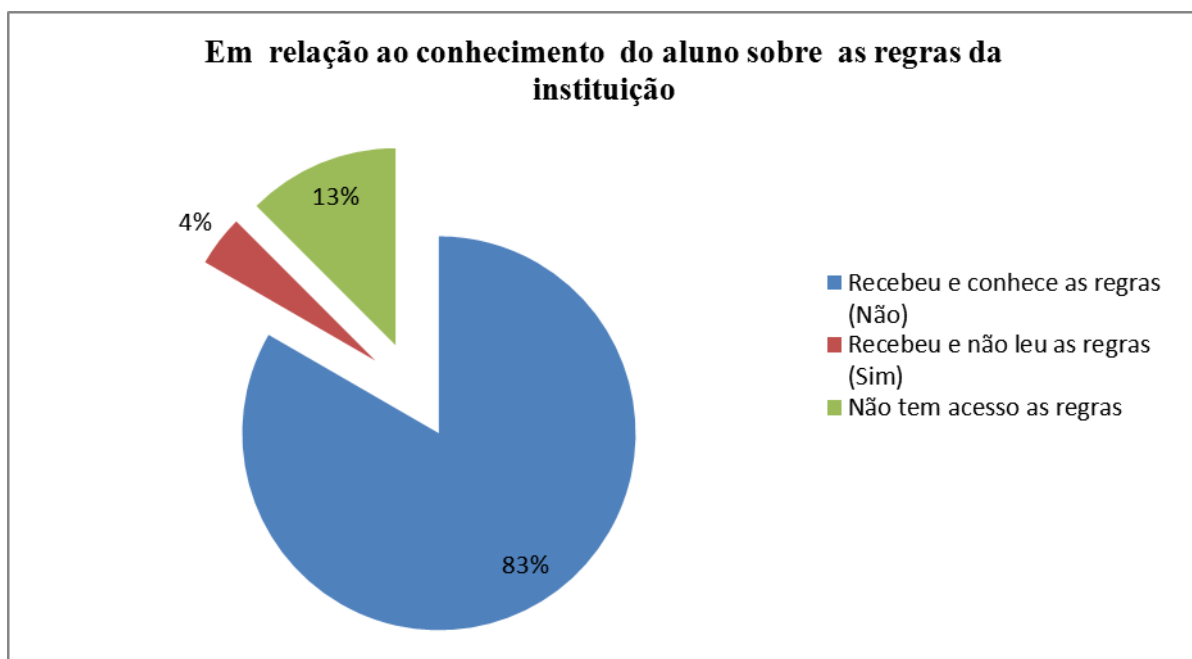


Gráfico 5. Fonte: elaborada pelo autor

Discutindo minuciosamente as questões apresentadas no questionário e as respostas dadas pelos alunos, é mister apresentar uma breve discussão sobre a avaliação feita pelos discentes em relação ao (não)conhecimento, à (des)obediência e ao (não)cumprimento de normas apresentadas que possam limitá-los a comportamentos idealizados e desejados pela escola.

Em conformidade com o que se apresenta no gráfico, tratamos aqui das relações normativas regimentais oficiais criadas ou não pela escola e distribuídas ou não para os alunos. Nesse sentido, podemos perceber que 83% dos pesquisados não receberam e não conheceram qualquer tipo de regras ou normas oficiais de condutas, o que já pode ser considerado um fator numérico bastante significativo de desconhecimento de regulamentos normativos. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que essa ausência de normas oficiais da escola pode se tornar um condicionante à ausência de limites, que é um dos motivos para o alto índice de indisciplina na turma pesquisada. Ainda do total geral dos pesquisados, 4% afirmam ter recebido e não ter lido as regras institucionais, o que nos direciona para um número muito pequeno de recebedores, ampliando ainda mais o percentual dos não conhecedores.

Ainda em conformidade com a pergunta elaborada sobre o conhecimento das regras apresentadas aos alunos pela instituição, 13% dos pesquisados afirmam não ter acesso

às regras oficiais. Isso agrava ainda mais a situação, pois, de acordo com as respostas dos alunos, os resultados os direcionam a um percentual geral de 100% dos pesquisados que não são conhecedores de regras ou normas institucionais oficializadas, o que para a instituição em pesquisa pode ser considerado um caos essa situação.

Ao tratarmos as normas e regras regimentais escolares como oficiais ou oficializadas – que são elaboradas, documentadas e distribuídas entre as partes -, queremos distingui-las dos combinados de convivência em sala de aula, elaborados em comum acordo entre alunos e professores e, também, diferenciá-las das regras ditas por diretores, coordenadores escolares e professores apenas de modo verbal, sem registro por escrito. Nessa perspectiva, devido análise conclusiva de que 100% (cem por cento) dos entrevistados não são conhecedores das regras oficiais da escola, mas levando em consideração as regras verbais, logo direcionamos a segunda alternativa do questionário ao uso das regras verbais que lhes são conferidas, o que nos conduziu aos resultados obtidos e apresentados no gráfico abaixo.

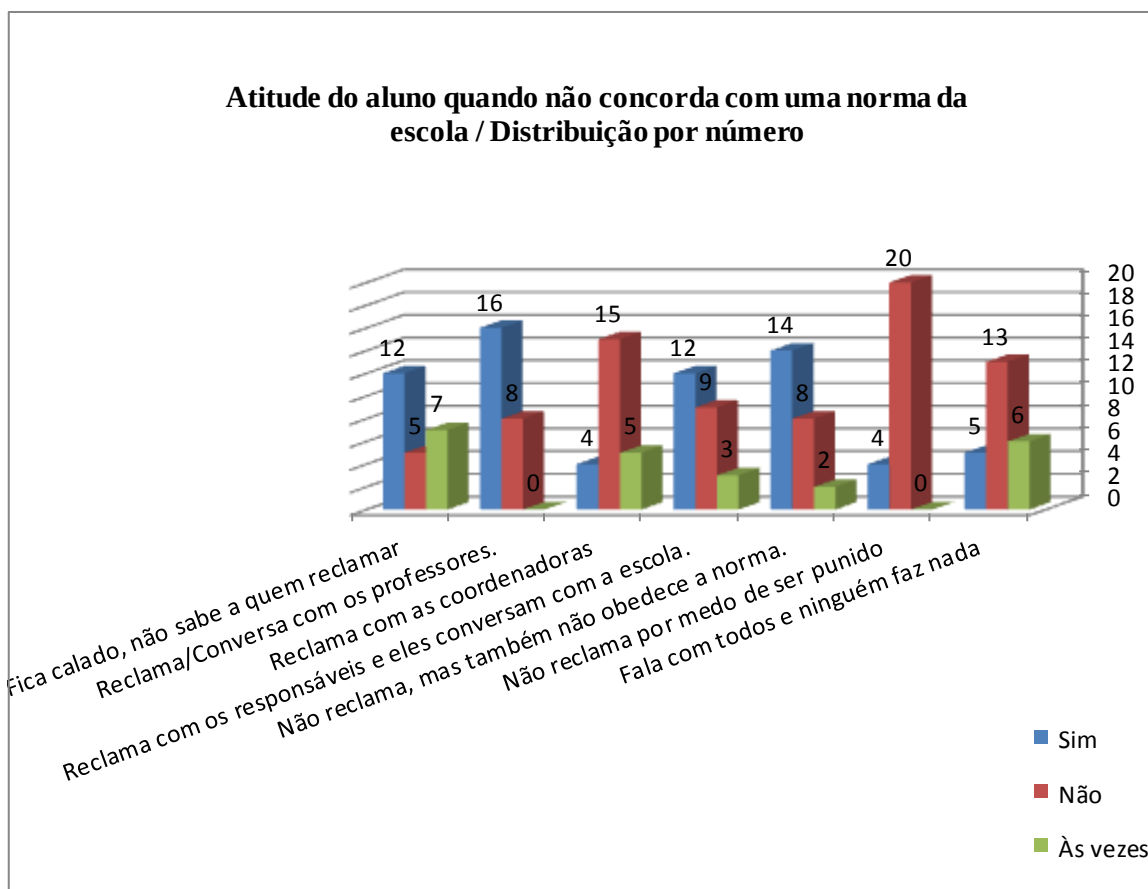


Gráfico 6.

Fonte: elaborada pelo autor

Em decorrência da discordância dessas normas por parte de alguns alunos constatamos que de uma população de 24 (vinte e quatro) pesquisados, 12 alunos responderam que ficam calados e não sabem a quem reclamar, 5 responderam não ficarem calados, portanto reclamam a alguém da escola e 7 alunos responderam que às vezes ficam calados e não sabem a quem reclamar. Se juntarmos o quantitativo dos 12 que ficam calados e não sabem a quem reclamar aos 7 que responderam que às vezes ficam calados e não reclamam, teremos um total de 19 alunos que nunca reclamam diretamente ao se sentirem ofendidos ou incomodados com as normas que lhes são colocadas. Na ordem de pesquisa ao mesmo grupo de alunos foi apresentada em questionário a alternativa se reclama ou conversa com os professores sobre a não aceitação das normas colocadas. Dos alunos entrevistados, 16 alunos responderam que sim, 8 alunos responderam que não e nenhum respondeu às vezes. Só não se sabe ao certo o modo expressivo utilizado por esses alunos quando se direcionam aos professores para solicitarem cobranças, se de modo bem tranquilo ou violento. Mas uma coisa é certa: pelo menos aos professores alguns expressam suas angústias, o que podemos considerar uma base para libertação do homem, por meio do diálogo, da expressão dos pensamentos conforme defendido por Freire em Pedagogia da autonomia.

Nesse mesmo nível de discussão, 4 alunos declaram reclamar com as coordenadoras, o que é um quantitativo bastante baixo para um nível de diálogo entre 24 alunos, 15 não reclamam e 5 responderam às vezes reclamarem. A soma dessas duas últimas respostas resulta em 20 alunos do total de pesquisados que não demonstram possuir ou intentar disponibilidades para um bom diálogo com a coordenação, o que afeta a convivência entre as partes, visto que a base para o entendimento entre o ser humano ainda é o diálogo, e o mesmo pouco está acontecendo. Partindo desse contexto, numa tentativa de investigar o propósito de sanar problemas de descontentamento dos alunos relativos à aplicação de regras ou normas da escola e o intuito de promover o diálogo, neste mesmo bloco de pesquisa, conforme descrito no gráfico exposto, procuramos apresentar outra alternativa que visasse investigar o uso do diálogo de modo intermediário. Nesse sentido, pudemos perceber que 12 desses alunos preferem reclamar com os responsáveis⁸ e estes conversam com a escola; 9

⁸ Consideramos os responsáveis, não os que criam, mas aqueles que traduzem para os alunos as normas ou regras da escola, não sendo estas documentadas, mas expressas apenas de modo verbal.

preferem não reclamar; e 3 às vezes preferem reclamar com os responsáveis para que os responsáveis informem à escola.

No mesmo âmbito dessa discussão, apresentamos um fator muito interessante detectado nas informações prestadas pelos pesquisados: a sinceridade em afirmar que não reclama, mas também não obedece à norma, sendo esses um total de 14 alunos dos 24 pesquisados. Desse mesmo quantitativo geral, um total de 8 alunos responderam não, o que nos leva a compreensão de que reclamam sobre as normas, porém em nosso entendimento, permanecem neutros quanto à desobediência delas, enquanto 2 alunos afirmam que algumas vezes não reclamam e outras não as obedecem. Juntando esses 2 que às vezes não reclamam e não as obedecem com os 14 que disseram não reclamar nem obedecer, temos um total de 16 alunos afirmando que por diversas vezes não obedecem às normas escolar, sendo esse fator muito preocupante para professores, pais, diretora, coordenadora e outros alunos.

Um outro fator que nos chama a atenção é o fato de 4 alunos não reclamarem das normas por medo de serem punidos, enquanto 20 reclamam sem medo de punição. Nesse ponto, levamos em consideração que esses corajosos são justamente os que já relacionamos nos itens 2 e 3 do gráfico em discussão, os que reclamam aos professores e à coordenadora. Do quantitativo em debate, ninguém respondeu às vezes.

No decurso desse mesmo bloco de questionamentos, o último item do gráfico representa o ponto de insatisfação do educando em relação à pouca ação dos responsáveis pela alteração ou eliminação de normas insatisfatórias aos alunos. Nessa mesma análise, 5 dos 24 educandos afirmam falar com todos e ninguém faz nada para resolver suas insatisfações, enquanto 13 afirmam não falar a ninguém, o que nos faz concluir que se ninguém reclama aos criadores e apresentadores das normas, então estes não precisam se preocupar com as mudanças delas. Ainda do total de pesquisados, 6 dos alunos afirmam às vezes falar com todos da escola e ninguém faz nada para resolver o problema. Isso nos faz concluir que se juntarmos os 5 que falam e os 6 que em alguns momentos falam com alguém sobre o problema, teremos um total de 11 alunos que falam a alguém sobre suas insatisfações, porém suas angústias não são solucionadas.

De acordo com toda essa discussão retratada no contexto, chegamos à conclusão de que nem sempre as normas aplicadas em uma situação de risco podem conter os envolvidos, principalmente, quando essas normas são elaboradas e aplicadas de modo vertical, perpassando do poder administrativo escolar ao professor para depois chegar até o

aluno. Por esse motivo, buscamos identificar se o aluno é mesmo o indisciplinado em questão ou se apenas estão sendo violentados por um sistema opressor, impositor e incoerente no tocante à criação e aplicação de normas.

Com vistas ao aluno problemático, criador de casos, elaboramos e apresentamos aqui um gráfico o qual se resumirá às respostas dos alunos, dando-nos subsídios e bases para discussão do assunto em questão. Em relação ao sistema de ensino opressor ou não, detectaremos a partir das discussões relativas às apresentações das respostas dadas pelos professores e diretora nos questionários aplicados.

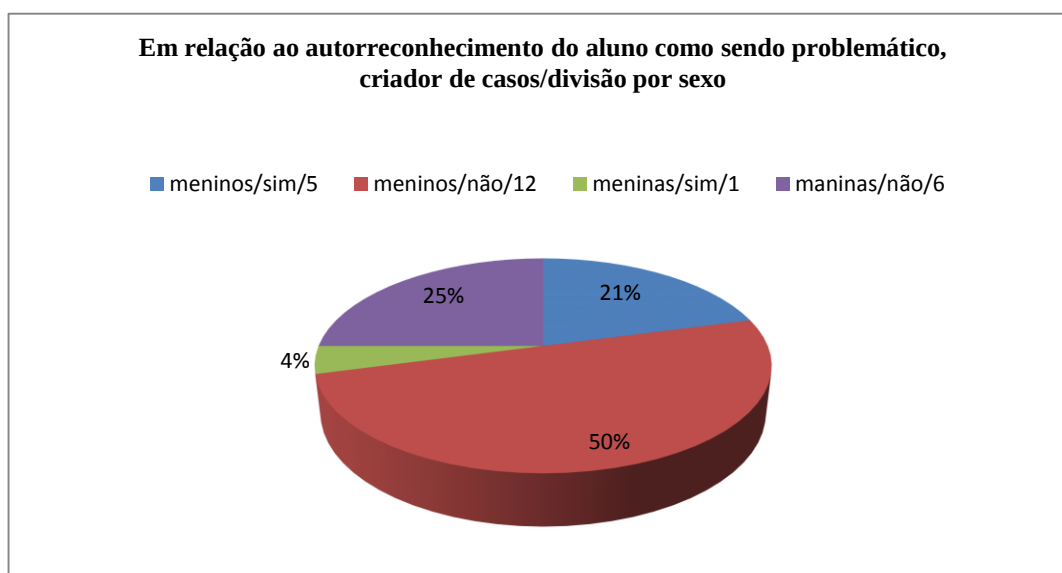


Gráfico 7. Fonte: elaborada pelo autor

A partir de uma visão muito profunda, ousamos propor ao aluno o uso da auto avaliação. Com muito cuidado procuramos detectar se o mesmo considera-se problemático, criador de casos ou não. A partir desse estudo tabulamos as informações de acordo com o sexo dos educandos e obtivemos as seguintes informações: dos 24 alunos pesquisados, entre os 17 do sexo masculino, 5 responderam sim, o que corresponde a 21% do total de alunos pesquisados e 12 responderam não, o que corresponde a 50%. Do número de 07 meninas, 01 respondeu sim, equivalente a 4% e 06 não, equivalente a 25%. Desse modo, juntando meninos e meninas que disseram sim, obtivemos um percentual de 25% dos entrevistados que se consideram problemáticos, criadores de casos e 75% que não se consideram assim. Porém,

levando em consideração que em uma auto avaliação nem todos estão preparados para apresentar suas respostas de modo fiel, criamos uma série de questionamentos que nos ajudarão a desvendar a veracidade das informações contidas no gráfico em questão, com o propósito de descobrir se são ou não criadores de problemas. Para tanto, confrontaremos as informações desse gráfico com as contidas no gráfico que segue.

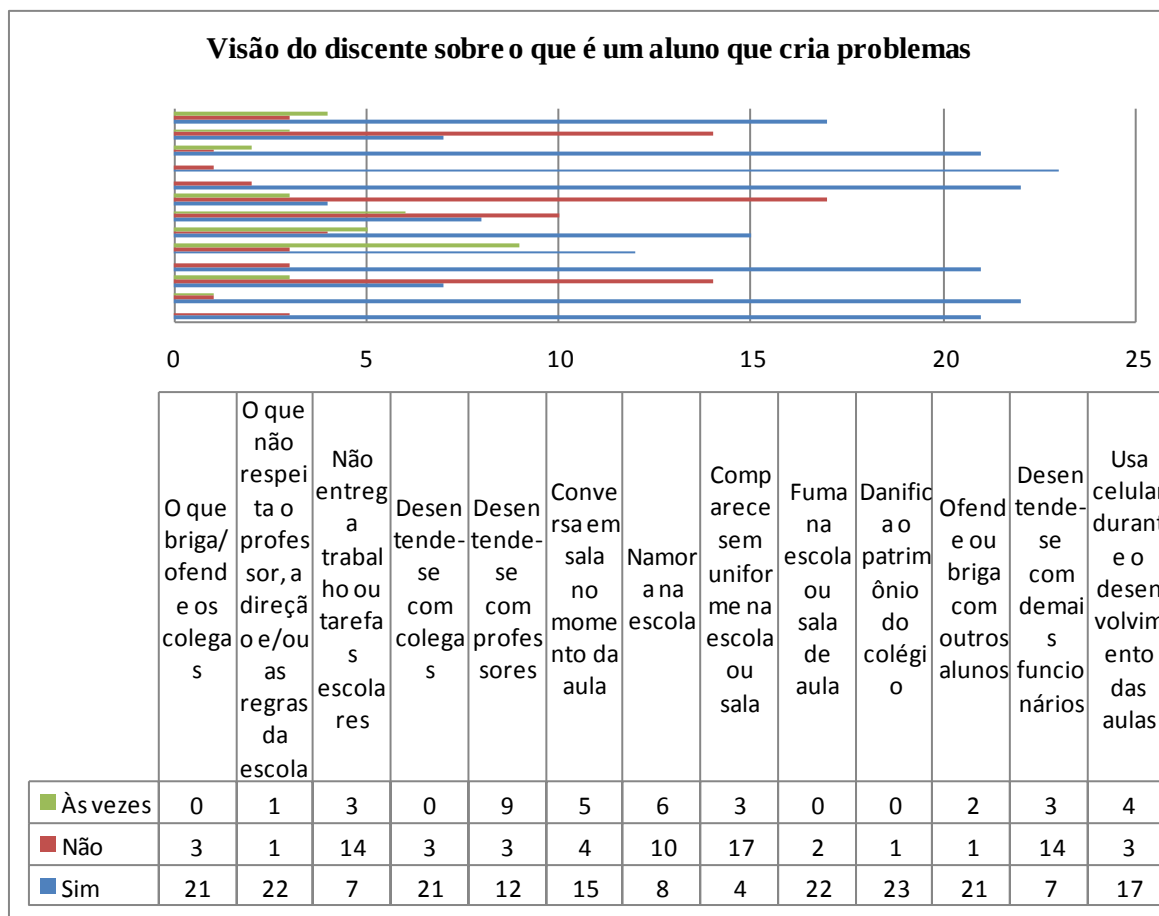


Gráfico 8. Fonte: elaborada pelo autor

Levando em consideração que as respostas dos alunos estão ligadas ao que observam um dos outros e que, quando retratam sua visão sobre o que é um aluno que cria problemas, possivelmente falam do que vêem e fazem no ambiente escolar, consideramos 8 alternativas entre as apresentadas no gráfico, como sendo as principais dentro da consideração feita pelos alunos, as quais nos possibilitaram os seguintes resultados: 21 alunos afirmam que criadores de problemas são os que brigam/ofendem os colegas de classe; 22 acreditam ser os

que não respeitam o professor, a direção e as regras da escola; 12 afirmam que são os que se desentendem com professores; 15 alunos informaram que são os que conversam em sala no momento da aula; 22, os que fumam na escola ou sala de aula; 23, os que danificam o patrimônio do colégio; 21, os que ofendem ou brigam com outros alunos da escola; e 17 os que usam celular durante o desenvolvimento das aulas.

Nessa mesma perspectiva, apresentamos o quantitativo de alunos que consideraram alguns pontos muito importantes dentro da educação como não sendo suas violações, alternativas que julguem o aluno como criador de casos ou problemático. Dentro desse contexto podemos retratar que 14 alunos acreditam que não entregar trabalhos ou tarefas escolares sejam motivos para suscitarem problemas ou que sejam os geradores; 10 alunos responderam que namorar na escola não é motivo para serem julgados problemáticos; 17 não consideram que comparecer sem uniforme escolar na escola seja motivo para serem julgados criadores de casos; e 14 alunos responderam que se desentenderem com os demais funcionários não é motivo para os considerarem criadores de problemas. Mediante essas alternativas e visões dos alunos, podemos perceber que a média dos alunos que descreveu os quantitativos de geradores de casos gira em torno dos 21 alunos, dentre os 24 pesquisados, o que nos reporta à conclusão de que certamente falam um dos outros. Enquanto a média dos que desconsideraram pontos importantes como não sendo motivos para serem considerados criadores de casos gira em torno de 14 alunos. Isso prova sua desobediência e violação de modo indisciplinar a pontos relevantes no âmbito da educação. Esses e outros fatores são pontos cruciais ao debate em questão, visto que temos os problemáticos; porém resta-nos saber quem são os responsáveis por toda essa indisciplina, já que sabemos que outros fatores externos, além dos internos, podem levar esses alunos a agirem ou reagirem de tal modo. No âmbito dessa discussão, no decorrer dos debates e apresentações de todas as informações colhidas, perceberemos que fatores são esses e suas representações na vida cotidiana do aluno.

Dentro dessa expectativa, discutiremos a opinião do discente sobre quem é responsável pela indisciplina dos alunos na escola. Assim explicitaremos alguns resultados com base nas respostas dadas por esses alunos, conforme exposto nos gráficos que seguem.



Gráfico 9. Fonte: elaborada pelo autor

No âmbito dessa discussão, 2% dos alunos disseram que apenas os professores são responsáveis pela indisciplina do aluno na escola; o mesmo percentual afirma serem os funcionários da escola os responsáveis por sua indisciplina; 31% afirmam que professores, diretores, auxiliares de disciplina e orientadores é quem são responsáveis por esse fator em questão; 37% informaram que apenas os alunos são responsáveis por sua própria indisciplina; 6% disseram que os pais são os responsáveis pela indisciplina dos filhos/alunos; e 22% afirmam ser a sociedade a responsável por esse fator. Ao certo podemos perceber que a maioria dos entrevistados citaram como responsáveis pela indisciplina do aluno, a si próprios – 37% e o conjunto da organização educacional formada por professores, diretores, auxiliares de disciplina e orientadores – 31%, somando um total de 68%. Considerando os dois percentuais maiores apresentados no gráfico em debate, entendemos que 68% dos motivos da indisciplina se concentram dentro da própria escola, o que torna a situação ainda mais grave, visto que certamente, os que querem combater a situação devem, até de modo inconsciente, estar contribuindo para sua alastração.

Do mesmo modo, as afirmações prestadas para que se chegasse a este resultado também podem ser percebidas no gráfico a seguir, mediante a comprovação dos percentuais de alunos que responderam “não” à representatividade dos considerados não contribuidores para a indisciplina dos alunos.

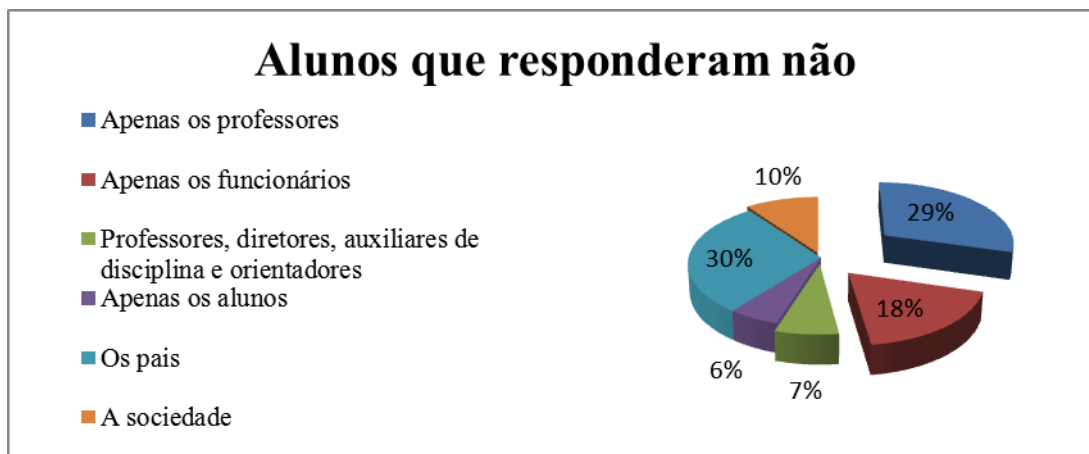


Gráfico 10. Fonte: elaborada pelo autor

Ao observarmos a representatividade no gráfico, notamos que 29% dos alunos não consideram apenas os professores como seus agentes contribuintes à indisciplina; também apresenta um percentual de 18% para os funcionários como não estimulantes dessa indisciplina; e apresenta 7% para o conjunto que compõe a organização educacional escolar: professores, diretores, auxiliares de disciplina e orientadores como não motivadores ao objeto estudado. Para si próprios apresentam um percentual de 6% como não sendo eles os responsáveis por sua indisciplina; aos pais 30% foi o percentual de alunos que não os culpam por tal fim; e 10% dos alunos responderam que a sociedade não tem culpa da indisciplina dos educandos. Diante do exposto, se analisarmos o dito no gráfico anterior e fizermos uma relação do percentual dado a si próprios e ao grupo que compõem a organização escolar, perceberemos que apenas a minoria respondeu que estes não são culpados por sua indisciplina, apresentando, respectivamente, um percentual de 6% e 7%, o que confirma a análise discutida no gráfico anterior e faz-nos concluir que, se no gráfico passado os valores são, respectivamente, para o grupo educacional 31% e para os alunos 37% dos votos como culpados, certamente a minoria os isentaria da culpa, conforme notamos no gráfico em questão.

Não obstante aos resultados obtidos, ainda no decorrer desta explanação, queremos frisar a percepção dos alunos em relação aos que às vezes contribuem, outras vezes não contribuem com motivação à indisciplina do aluno, conforme descrito no gráfico que segue.

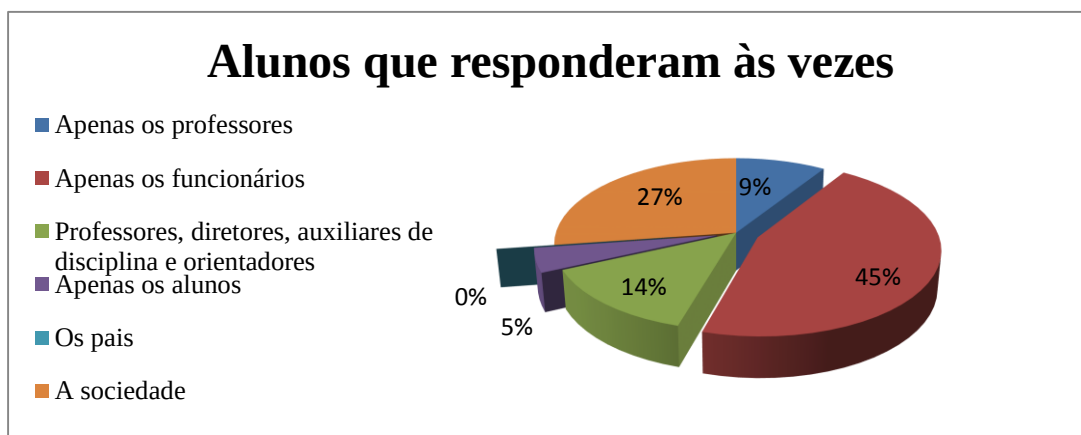


Gráfico 11. Fonte: elaborada pelo autor

De acordo com a representação gráfica, 9% dos pesquisados apontaram os professores como aqueles que às vezes os induzem a tornarem-se indisciplinados; 45% dos pesquisados responderam que os funcionários às vezes contribuem para a indisciplina do aluno, o que nos faz compreender os índices baixos que lhes deram nos dois gráficos anteriores; 14% responderam que o grupo organizacional de sua educação escolar às vezes contribui com o problema e 5% responderam que às vezes são eles próprios que se auto motivam à indisciplina; ninguém culpou os pais e 27% julgaram a sociedade às vezes ser a responsável por sua indisciplina.

Mediante todo esse emaranhado comportado pela indisciplina, ao detectar que o problema existe, procuramos identificar mecanismos estratégicos utilizados pelos professores para o controle ou combate do problema. Nossa preocupação foi ouvir alunos, professores e diretora sobre o assunto em questão. Para isso, realizamos um quadro de pesquisa o qual foi tabulado e apresentado em forma de gráfico, de modo que priorizamos analisar a opinião dos alunos sobre as estratégias utilizadas pelos professores, conforme se apresenta no gráfico seguinte, para podermos confrontar com as informações prestadas pelos professores e diretora em outros gráficos.

4.2.2 Estratégias de gestão e controle da indisciplina.

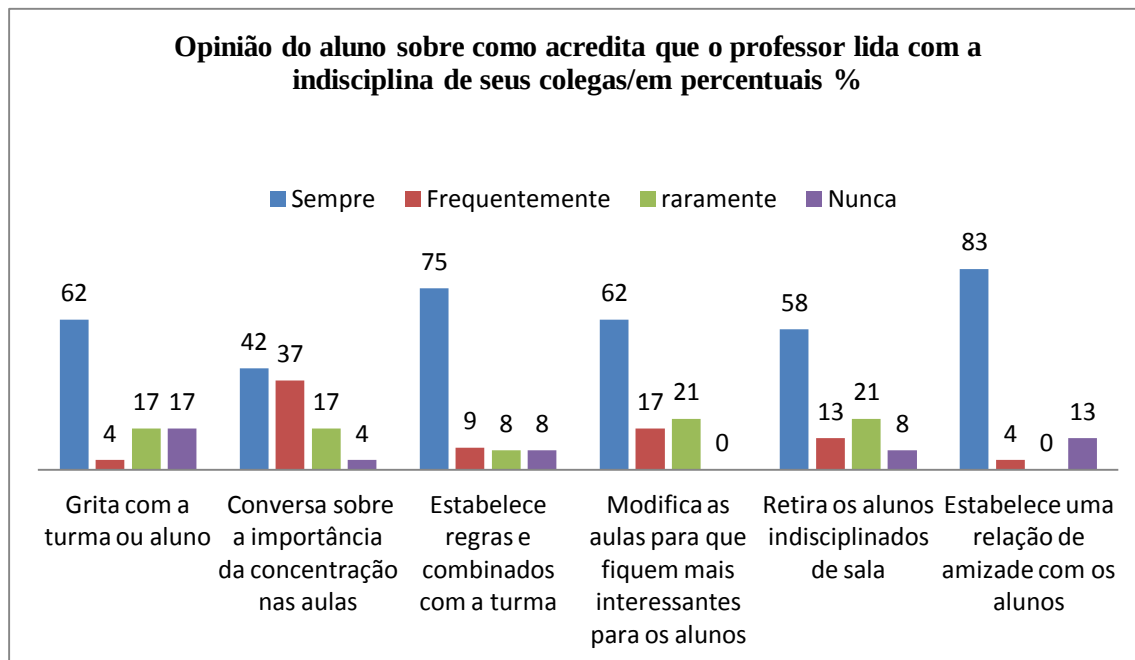


Gráfico 12. Fonte: elaborada pelo autor

Com base nesta representação, pode-se perceber que 62% dos alunos afirmam que os professores sempre gritam com o aluno; 4% afirmam que eles frequentemente gritam; 17% afirmam que raramente gritam com o aluno; e 17% dizem que os professores nunca gritam com os alunos. Desses percentuais, podemos destacar os 62% do corpo discente que afirmam que os professores sempre gritam com os alunos, tornando esse percentual um valor muito significativo no âmbito das estratégias de controle da indisciplina do escolar. Podemos afirmar, então, que essa estratégia não é a mais apropriada para controlar a indisciplina, a qual em muitos casos se configura do mesmo modo pelos alunos. Em decorrência disso, pode-se dizer que, ocorrendo desse modo, subentende-se que se tenta controlar a indisciplina com atos indisciplinados, o que nos leva a compreender que essa não é a melhor estratégia utilizada pelos professores para o combate do problema. Ainda com base nessa discussão, queremos destacar que apenas 17% dos 24 alunos responderam que os professores nunca gritam com seus colegas, o que demonstra ser um percentual bastante baixo na representatividade das estratégias de controle da indisciplina utilizadas por seus educadores.

No âmbito dessa discussão, queremos aqui apresentar um ponto bastante positivo dentro do que podemos chamar de estratégias de controle da indisciplina do aluno; podemos dizer que, além dos gritos utilizados pelos professores, o que julgamos como método não apropriado, podemos destacar uma ótima estratégia de intervenção que visa à reflexão e propõe mudanças de ações dos educandos. A representação desse item nos chama a atenção para os percentuais de opiniões dos discentes apresentados sobre o método, o qual nos concede um percentual máximo de 42% dos alunos que afirmam que os professores sempre conversam sobre a importância da concentração nas aulas. Podemos combinar esse percentual com os 37% que afirmam que os professores agem com frequência sobre o ponto desse item. Mediante o exposto, juntando os dois percentuais, obtemos um valor percentual de 79% de professores que orientam bem os seus alunos sobre a importância de se concentrarem nas aulas, representando um bom número para essa estratégia de controle. Ainda apresentamos o percentual de 17% e 4%, respectivamente, dos alunos que afirmam que os professores raramente cumprem e nunca cumprirem o item, conforme traz o gráfico em discussão.

Para o item 3 do gráfico em questão, 75% dos alunos informaram que os seus educadores sempre estabelecem regras e combinados com a turma; 09% responderam que eles frequentemente estabelecem as regras e os combinados; 08% informaram que raramente estabelecem; e o mesmo percentual (08%) dizem que nunca estabelecem. Mediante o quadro dessa representação, um fator bastante interessante chama a atenção. Dentre os valores apresentados no gráfico, o maior valor (75%) demonstra a significância do mecanismo estratégico utilizado pelo professor para controlar a indisciplina, e isto nos faz concluir que o corpo docente da turma em questão busca estratégias de melhoramento comportamental no corpo discente, de modo aberto, democrático, visando o controle da indisciplina por meio de combinados com a turma, o que representa um grande avanço para o campo educacional.

Dentro dessa expectativa de avanços educacionais, com base na opinião do aluno, de como vêem a participação dos professores no controle da indisciplina de seus colegas, 62% dos opinantes informaram que os professores sempre modificam as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos; 17% afirmam que os educadores frequentemente fazem isto; 21% afirmam que eles raramente cumprem o item; e nenhum aluno respondeu que o professor nunca cumpre. Nessa mesma expectativa, o percentual de 62% apresentado foi o mais significativo, pois prova a técnica de mudança de estratégias que é muito utilizada por professores no âmbito educacional. Partindo de uma linguagem pedagógica podemos chamar

isto de mudança de metodologia ou plano de aula flexível. Nesse enfoque, essas atitudes utilizadas na educação são muito louváveis, visto que são muito bem pensadas em prol de um melhor desenvolvimento do aluno (em todos os campos) e que oferece ao professor um futuro mais tranquilo ao ver que seu papel foi cumprido e seu objetivo atingido. Nos mesmos termos, ainda dispomos dos 17% que afirmam que os professores frequentemente tomam essa atitude de mudança de prática em busca da melhora comportamental, o que nos induz dizer que, se somados os 62% com os 17% do gráfico, teremos um percentual bem maior de votos para os professores que tomam essa atitude (79%), o que faz crescer ainda mais as expectativas de controle e redução da indisciplina em sala de aula.

Não obstante as alternativas que citamos, um ponto muito preocupante é o fato da retirada de alunos indisciplinados de sala de aula, conforme é expresso no gráfico em debate. Nesse contexto, notamos que 58% dos alunos acusam os professores de retirarem de sala seus colegas indisciplinados e 13% afirmam que os professores fazem isso com frequência. Desse modo, se somarmos os dois valores teremos um percentual de 71% do total de votos para os professores que em diversos momentos expulsam alunos de sala quando indisciplinados. Esse dado não representa para nós uma contradição a tudo que até o momento foi exposto, pelo fato de as atitudes positivas representarem um percentual muito maior que todas as negativas apresentadas. Porém, não devemos desconsiderá-las, e sim discuti-las no âmbito em que se desenvolve. Ainda nesse contexto, 21% dos pesquisados responderam que seus professores raramente fazem isso e 08 % dizem que eles nunca fazem, somando um total de 29% entre os que não costumam ter ou cultivar tal prática, a qual podemos considerar como excludente e discriminatória para o meio educacional.

Com enfoque, mediante todas as alternativas discutidas no gráfico até o momento, esta última dispõe do reconhecimento do laço afetivo entre o professor e aluno, onde procuramos discutir o estabelecimento da relação de amizade proposta pelo professor para com o aluno, a partir do ponto de vista do educando sobre o assunto em questão. Nesses termos, esse item apresenta o maior percentual entre todas as alternativas apresentadas até o momento no gráfico em debate: 83% dos votos dos alunos demonstram que seus professores sempre estabelecem uma relação de amizade com seus educandos; 04% afirmam que fazem isto com frequência, nenhum respondeu que os educadores raramente tomam essa atitude; e 13% dos entrevistados apresentaram seus professores como os que nunca estabelecem relações de amizade com a turma. Essa discussão deixa claro que para o item em debate,

pouco existe meio termo, visto que 96% dos entrevistados se concentram entre os que afirmam que os professores sempre cumprem e os que nunca cumprem o item em questão, o que para nós representa uma demonstração de firmeza nas representações das opiniões dos entrevistados.

Decerto que não podemos solicitar dos entrevistados que avaliem apenas o modo como o professor lida com a indisciplina de seus colegas. Necessário também se faz solicitar que os mesmos avaliem sua própria atuação em sala de aula e com seus colegas, o que está sendo representado e discutido a partir do gráfico abaixo.

4.2.3 Dificuldades de gestão e controle da indisciplina na aula.

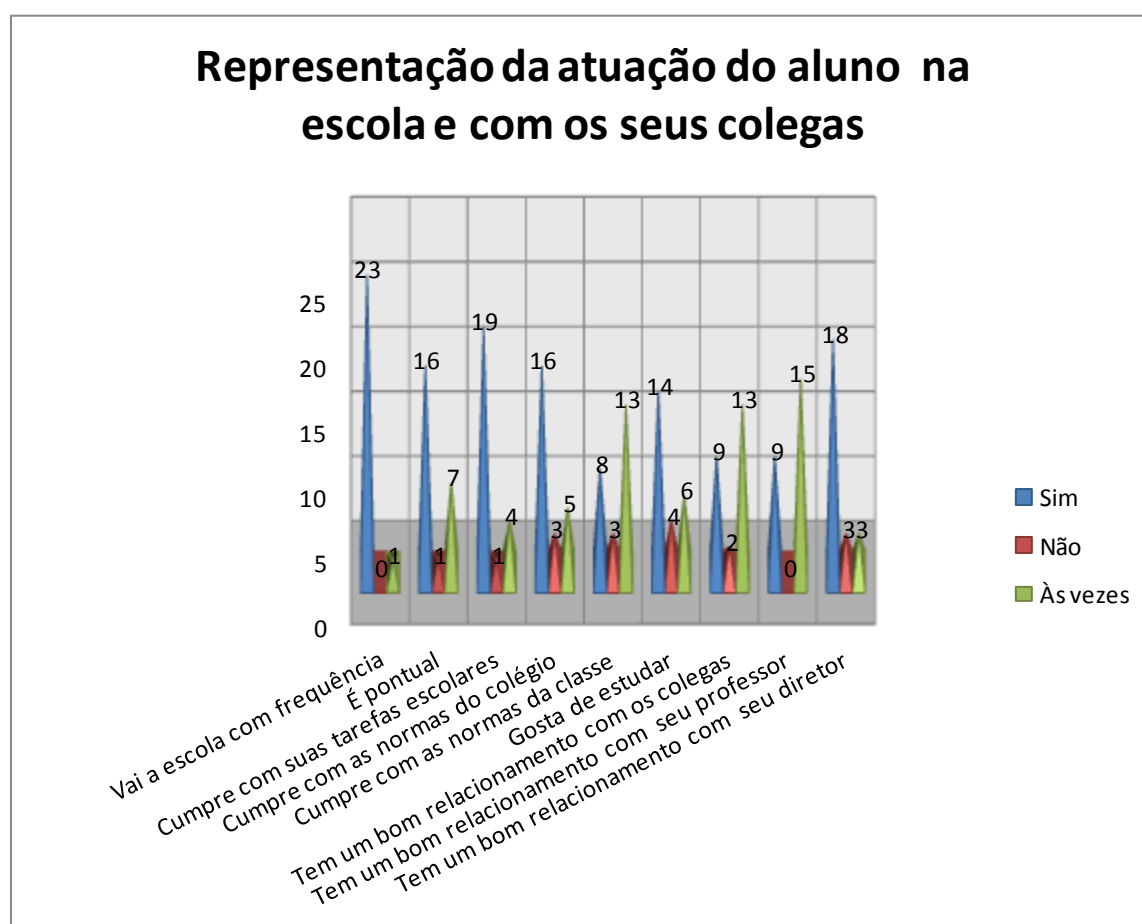


Gráfico 13. Fonte: elaborada pelo autor

Em conformidade com as representações do citado gráfico, dos 24 entrevistados, 23 afirmam ir à escola com frequência e 01 às vezes vai. Desse mesmo quantitativo, 16 alunos são pontuais, 01 não é pontual e 07 às vezes o são. Esta significação representa uma média significativa entre os frequentadores e pontuais. Porém, este mesmo ponto nos instigou a indagar se estes somente frequentam ou se também cumprem o seu papel e as tarefas colocadas pela escola, o que nos induziu a elaborarmos algumas alternativas que procurassem investigar a participação dos entrevistados no desenvolvimento das atividades escolares e o cumprimento das normas do colégio e da sala de aula.

Ainda no decorrer desse contexto, procuramos identificar o grau de relacionamento dos educandos com seus colegas, professores e diretora, como também investigamos se os entrevistados estudam porque gostam ou não.

Mediante o exposto, para o item referente ao cumprimento das atividades escolar, 19 alunos afirmam cumpri-las, 01 não cumpre e 04 às vezes cumprem, sendo a primeira porção de grande valor para o desenvolvimento educacional. Em relação ao cumprimento das normas do colégio, 16 alunos afirmam cumpri-las, 03 dizem que não e 05, às vezes. Quanto às normas da classe, 08 dizem cumpri-las, 03 afirmam que não e 13, às vezes cumprem. Somando o primeiro e o último quantitativo dos que cumprem com a norma do colégio, obteremos um valor de 21 alunos que ainda cumprem com essas normas. A mesma regra sendo atribuída para os que cumprem a norma da escola, teremos o valor também de 21 entre os 24 entrevistados que ainda cumprem com esse item. Tudo isso se dá em decorrência da aceitação ou não do ensino pelos entrevistados, os quais expressam opiniões sobre o assunto conforme as informações gráficas em questão, no qual dos 24 entrevistados, 14 gostam de estudar, 04 não gostam e 06 às vezes gostam. Essa primeira distribuição representa para nós um percentual de mais de 50% dos entrevistados que admiram o ensino, somado ao quantitativo dos que às vezes gostam, obteremos aí quase que um percentual de 90% entre os que gostam e os que às vezes gostam de estudar.

Não obstante aos resultados discutidos, ainda no decorrer desta explanação, queremos destacar a opinião do aluno em relação ao bom ou mau relacionamento que tem com seus colegas, no qual apresentamos 09 alunos que afirmaram manter esse bom relacionamento, 02 não mantêm e 13 afirmam que às vezes mantêm. Decerto que um bom relacionamento entre as pessoas é o primeiro passo para o exercício da cidadania; porém, o educador deve saber muito bem administrar os maus relacionamentos entre seus educandos,

de modo a conduzi-los de maus relacionamentos para bons. Mas isso só será possível se os educadores se dispuserem a fazer demonstrações com seus próprios exemplos e priorizarem o diálogo como forma de promover a reflexão. Não muito distante dessa relação de relacionamentos entre alunos, no tocante ao relacionamento com o professor, 09 alunos afirmam manter um bom relacionamento com seus educadores, 15 afirmam às vezes manter boa relação e nenhum aluno afirmou que tinha mau relacionamento com o professor. Um fator interessante é o relacionamento conduzido entre aluno e diretora. Sua representação se configura em 18 bons relacionamentos, 03 não se relacionam bem e 03 às vezes se relacionam. Esse fato chama a atenção pelo fato de esses alunos se relacionarem melhor com quem está fora da sala de aula, com a diretora, do que com aqueles que dividem o mesmo espaço e muitas vezes as mesmas ideias, ou seja, seus professores e colegas de classes. Isso comprova que algo vai além da normalidade dentro da sala de aula e entre os envolvidos com a classe, o que nos estimulou a investigar as causas com base a partir das respostas dadas pelos professores nos gráficos que seguem.

4.3. Representação dos professores sobre a indisciplina na aula

4.3.1 Fatores/variáveis facilitadoras da indisciplina na aula.

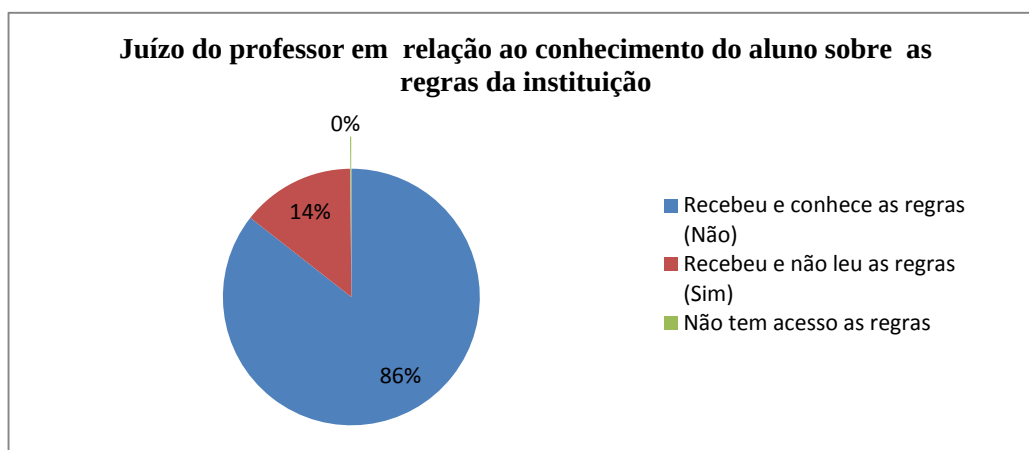


Gráfico 14. Fonte: elaborada pelo autor

Numa análise minuciosa das questões apresentadas no questionário e das respostas dadas pelos professores, é de extrema importância uma breve discussão sobre a avaliação feita por estes em relação ao (não)conhecimento, (des)obediência e (não)cumprimento de normas preparadas pela escola com intuito de limitar os alunos a comportamentos positivos e desejados por toda a instituição de ensino.

De acordo com o que se apresenta no gráfico, segundo o juízo dos professores, podemos perceber que 86% dos alunos pesquisados não receberam e não conhecem qualquer tipo de regras ou normas oficiais de condutas, um valor considerado bem próximo ao percentual de 83% de alunos que também fizeram tal afirmação quando pesquisados e com representação já discutida anteriormente⁹. Esse é um percentual preocupante tanto para nós pesquisadores como para professores, direção escolar, pais e os próprios alunos, já que nesse contexto indica o não conhecimento das regras ou normas como um fator extremamente estimulante a ausência de limites e geradores da indisciplina, conforme já defendemos no item

⁹ Observar discussão sobre o conhecimento de regras e normas escolares apresentadas no gráfico 5

1 do questionário aplicado aos alunos e discutidos no início desta análise. Ainda do total de professores pesquisados, 14% afirmam que o aluno recebeu, porém não fez a leitura e análise das regras, o que demonstra um aumento no percentual dos não conhecedores, até porque no item 3 do gráfico em questão a afirmação é que, de certa forma, ninguém tem acesso às regras escolares, o que leva a situação a uma amplitude da gravidade, pois de acordo com as respostas dadas pelos professores, 100% dos alunos em questão não são conhecedores de regras ou normas institucionais oficializadas¹⁰, direcionando a instituição e todo o seu desenvolvimento ao caos configurado pela situação geradora de indisciplina.

Nessa perspectiva, com o objetivo de estudar as estratégias de trabalho focalizadas pelos professores no controle da indisciplina, levando em consideração não somente a ausência de regras, mas também quaisquer outros fatores condicionantes a indisciplina do aluno, buscamos conhecer os principais atos indisciplinares cometidos por esses alunos em todo o ambiente escolar. Para tanto, desenvolvemos um quadro de questões que será apresentado e discutido conforme representação que segue.

¹⁰ Ver normas institucionalizadas, a partir da discussão do gráfico 5

4.3.2. Dificuldades de gestão e controle da indisciplina na aula.

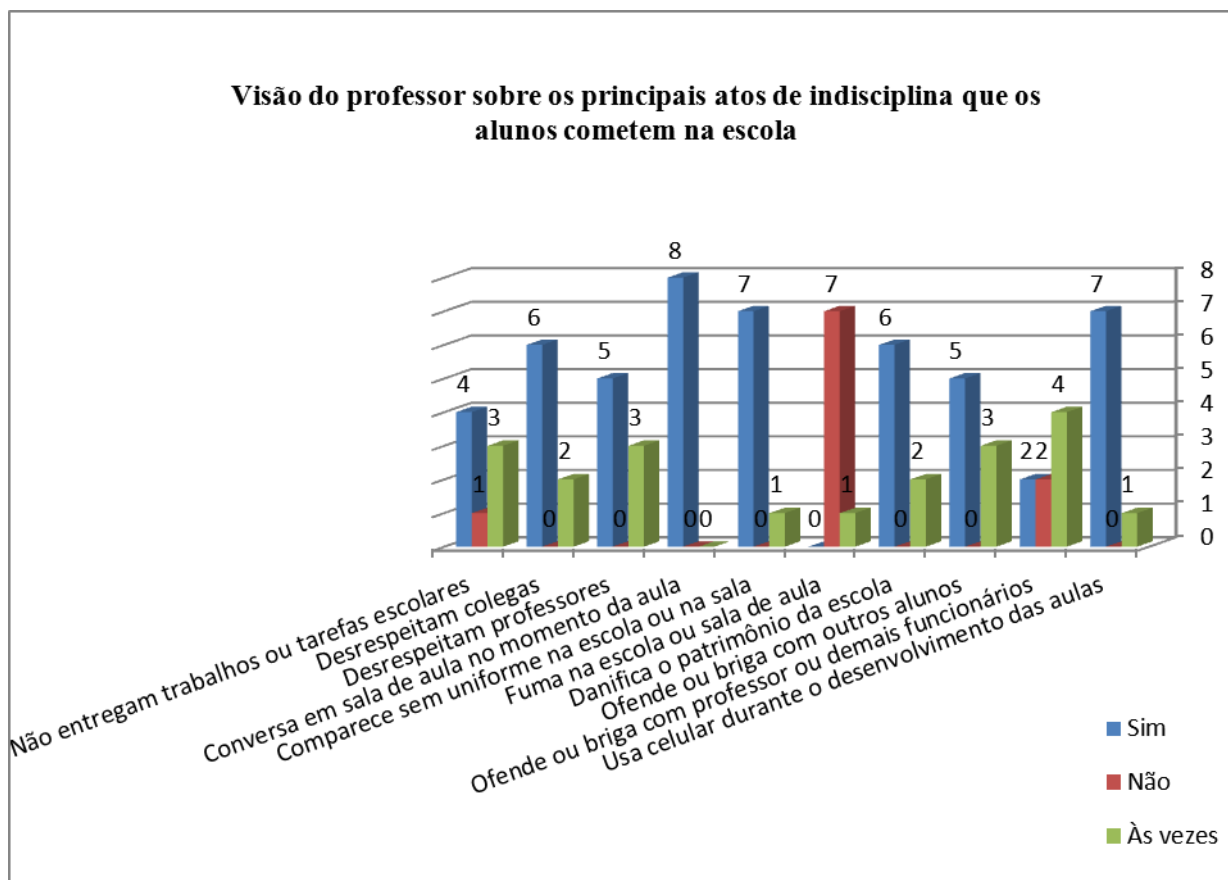


Gráfico 15. Fonte: elaborada pelo autor

Considerando essas questões como critérios aceitos e discutidos pelos professores pesquisados e pela direção escolar como sendo atos cometidos frequentemente ou esporadicamente por alunos, apresentamos a análise que parte da visão do professor sobre os atos indisciplinados dos alunos em questão, análise esta que nos proporcionou um amplo conhecimento dos pontos cruciais que envolvem os discentes no desenvolvimento da indisciplina. Dentro dessa consideração, levamos em conta os índices que mais nos chamam atenção, visto que estes apresentam um grau maior dentro da gravidade do problema de acordo com enfoque numérico que se apresenta no gráfico. Porém, isso não quer dizer que desconsideramos as alternativas de índices menores de preocupações e que durante nossa análise não venhamos discuti-las, pois sabemos que o problema menor de hoje poderá se tornar maior no futuro.

Por isso, levando em consideração as respostas dos professores, iniciaremos uma discussão a partir do ponto de maior índice apresentado por eles como sinônimo de indisciplina. Nesse contexto, obedecendo ao grau de consideração de fatores induzentes a indisciplina, 8 professores consideraram a conversa paralela durante a aula como um ato indisciplinado dos alunos, totalizando 100% dos pesquisados com essa resposta; 7 dos 8 professores pesquisados afirmam que os alunos que comparecem sem uniforme na escola são indisciplinados e 1 afirma que às vezes são; 6 professores consideram como principais atos de indisciplina a depredação do patrimônio escolar, enquanto 2 afirmam às vezes ser; 7 professores julgam o uso dos celulares durante a aula como ato indisciplinado do aluno, enquanto 1 professor julga às vezes ser indisciplina; 6 dos 8 professores pesquisados consideram alunos que desrespeitam colegas como indisciplinados e 2 julgam às vezes serem indisciplinados por esse motivo.

Nesta mesma linha de raciocínio, 5 professores consideram um ato de indisciplina o desrespeito ao professor enquanto 3 às vezes consideram esse tipo de desrespeito como indisciplina; aos que ofendem ou brigam com outros alunos da escola, 5 entre os pesquisados consideram esse ato como indisciplina e 3 julgam às vezes ser.

No mesmo âmbito de discussão, 2 pesquisados consideram a ofensa e briga com professores e demais funcionários da escola como indisciplina, 2 não consideram e 4 dizem que às vezes isso é indisciplina.

Em relação à entrega de trabalhos ou tarefas escolares, 4 afirmam que os alunos cometem esse ato, 1 diz que não e 3 às vezes; sobre o uso do fumo dentro da sala de aula, 7 professores afirmam que o aluno não pratica essa ação e 1 diz que às vezes isso acontece.

Dentro dessa expectativa, discutiremos a opinião do docente sobre como lida com a indisciplina dos alunos na escola e explicitaremos alguns resultados com base nas respostas dadas por estes docentes, conforme exposto no gráfico a seguir.

4.3.3. Estratégias de gestão e controle da indisciplina.

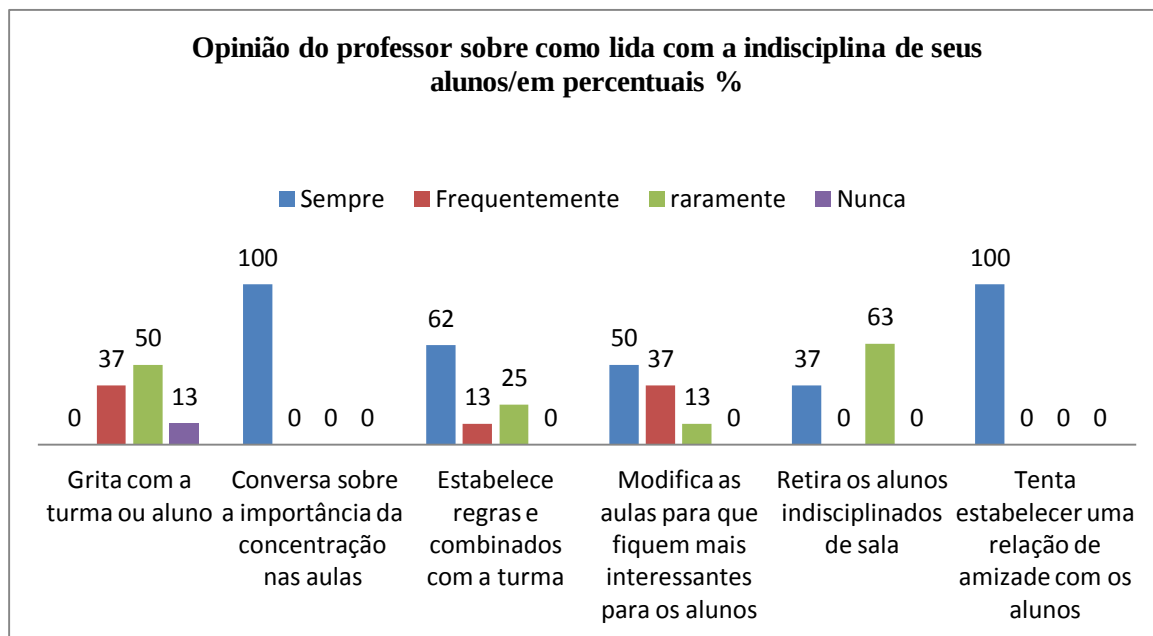


Gráfico 16. Fonte: elaborada pelo autor

Sabemos que o bom professor, decerto, irá buscar a melhor alternativa para tentar solucionar problemas de conduta de seus alunos ou quaisquer outras dificuldades de aprendizagem ou de comportamento no ambiente escolar. Do mesmo modo, sabemos que não há nenhuma receita pronta para isso, nem tampouco se sabe se suas estratégias darão certo. Porém, vale o esforço pela busca da melhor tentativa, aquela que melhor se adeque à realidade dos envolvidos e que apresentem bons resultados. Em decorrência disso, preparamos uma seleção de alternativas que consideramos comum no dia a dia da sala de aula para tentar apurar seu uso e frequência nesse ambiente.

Com base nas alternativas criadas e de acordo com a representação das respostas dadas pelos professores, pudemos perceber que nenhum dos professores afirma sempre utilizar o grito como meio de controle da indisciplina de seus alunos, porém não negaram a sua existência quando afirmam que frequentemente utilizam essa estratégia, somando um total de 37% dos pesquisados para esta legenda. Nessa mesma linha de discussão, 50% afirmam

raramente gritar com seus alunos para tentar inibir as atitudes indisciplinadas deles, 13% não praticam essa ação. Com base nesses percentuais, percebemos um quantitativo maior para os que praticam do que para os que não praticam essa ação, o que importa dizer que tal estratégia fundamenta a expressão da resposta do aluno sobre o referido item quando afirmam que há um número grande de professores que praticam essa ação. Tal fato pode ser constatado a partir da leitura do gráfico 12 deste trabalho, referente à opinião dos alunos sobre as estratégias utilizadas pelos professores para controle da indisciplina.

Em decorrência disso, pode se dizer que a compreensão desse fato só nos leva a entender que alguns educadores tentam combater a indisciplina de um modo pouco apropriado em relação ao que entendemos sobre a pedagogia, podendo esses atos também serem subentendidos como indisciplina dos praticantes, embora haja um percentual de 13% dos professores que não têm essa prática, um valor percentual pouco significativo dentro da representatividade das estratégias utilizadas por esses professores.

Ainda no decurso da discussão, apresentamos o segundo ponto do debate, o qual podemos destacar como um dos pontos cruciais para o desenvolvimento de uma boa educação escolar: a priorização do diálogo como o meio mais eficaz para solucionar problemas, o que está bem estabelecido nos resultados obtidos na pesquisa que executamos, pois 100% dos professores pesquisados afirmam priorizar a conversa sobre a importância da concentração nas aulas como uma estratégia de controle da indisciplina do aluno. Não obstante a essa alternativa, estabelecer regras e combinados com a turma também é uma estratégia presente nas atividades dos professores, onde podemos destacar o maior percentual dos que sempre praticam essa ação, 62% dos pesquisados, demonstrando esse percentual ser um valor significativo dentre o número pesquisado. Isso nos faz entender que já podemos observar um avanço no campo do desenvolvimento educacional relativo às estratégias de combate à indisciplina escolar utilizadas pelos professores da turma pesquisada. Vale ressaltar que outros percentuais também foram definidos sobre o âmbito dessa discussão no qual se apresenta 13% dos pesquisados que frequentemente executam essa ação, 25% que raramente cometem o ato e nenhum professor afirmou nunca ter feito isso. Essa é a prova que, de certo modo, de um jeito ou de outro esse ato está acontecendo, sendo isto considerado por nós um avanço para o desenvolvimento educacional.

Não obstante as alternativas que citamos, um ponto muito interessante, representado pela coluna 4 do gráfico, é a modificação das aulas para que se tornem mais

atrativas para os alunos, em que os percentuais se apresentam em forma de escada numa distribuição do maior para o menor percentual. Nessa distribuição, percebemos um valor máximo de 50% dos pesquisados que cumprem essa ação, 37% que frequentemente têm essa atitude, 13% raramente fazem e nenhum dos professores informou que não produz esse ato. Mediante o exposto, podemos analisar a reunião dos que produzem esse ato, os 50%, mais 37% e 13% como um ponto certo para a flexibilização do currículo, decerto que não há opositores entre os pesquisados sobre a execução dessa atitude induzente ao controle da indisciplina. Isso significa que se a maioria dos professores toma tal iniciativa, certamente obterá um controle maior sobre seus alunos e sobre os atos destes, o que importa dizer que, possivelmente, com aulas mais atrativas, interessantes, o aluno tanto aprenderá suas lições, quanto desempenhará bons comportamentos.

Não obstante as alternativas discutidas até o momento, retratamos um ponto muito preocupante que afeta o desenvolvimento comportamental e de aprendizagem do aluno: o fato da retirada de alunos indisciplinados da sala de aula e sua condução a diretoria escolar conforme expressa o gráfico em debate. Nesse contexto, notamos que 37% dos pesquisados afirmam sempre tomar essa atitude para tentar combater a indisciplina e 63% afirmam raramente fazer isto. Essa apresentação nos induz à analisarmos esses valores somados um ao outro, o que nos faz concluir que seus resultados assegurarão o que traz os alunos referentes a essa questão quando afirma no gráfico 10 que 58% dos alunos acusam os professores de retirarem de sala de aula seus colegas indisciplinados e 13% afirmam que os professores fazem isto com frequência. Tais atitudes certamente conduzem os alunos a revoltas e a permanências ou aumento de maus comportamentos dentro e também fora da sala de aula, generalizando o problema e ampliando o grau de dificuldades de resoluções de conflitos e indisciplinas do aluno que é alvo, em poucos casos, do uso abusivo, excludente e discriminatório para o meio social e educacional, conforme já falamos anteriormente.

Com enfoque, nas alternativas subjugadas por nós como as que melhor apresentam bons resultados, esta última dispõe do reconhecimento do laço afetivo entre o professor e aluno, a partir da qual procuramos discutir o estabelecimento da relação de amizade proposta entre as partes, do ponto de vista do professor sobre o que pensa a respeito do assunto. Nessa perspectiva, esse tópico apresenta o segundo mais alto índice desse bloco de perguntas exposto no gráfico em questão, apresentando um percentual também de 100% dos entrevistados que sempre tentam estabelecer uma relação de amizade com os alunos. Esse

é um fato muito significativo entre as alternativas de controle da indisciplina escolar, o que gera êxito e rendimentos com base na troca de confiança entre as partes e a relação do respeito pelas amizades.

Mediante as estratégias de controle da indisciplina utilizadas pelos professores pesquisados, discutiremos, segundo sua visão, as que apresentam os melhores resultados para diminuir a indisciplina, de acordo com o que se apresenta no gráfico seguinte.

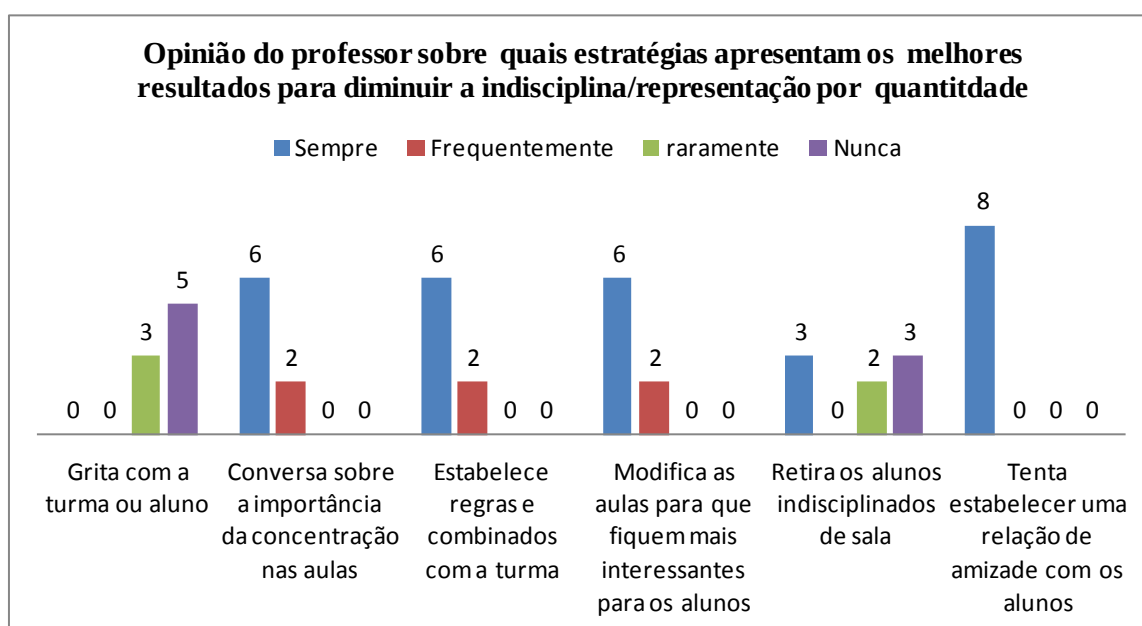


Gráfico 17. Fonte: elaborada pelo autor

Com base nas alternativas criadas e anteriormente discutidas sobre o grau de atitudes tomadas por cada professor pesquisado para o controle da indisciplina, apresentamos o resultado da análise realizada por esses mesmos profissionais sobre quais das estratégias utilizadas por eles dão certo ou não, de acordo com sua visão. Nesse contexto, vale lembrar que o valor apreciado de respostas equivale a um quantitativo geral de 8 pesquisados respondendo às mesmas perguntas e que estes valores serão discutidos em termos quantitativos conforme apresentado no gráfico em discussão.

Desse modo, iniciaremos essa discussão contrapondo suas análises às atitudes cometidas por eles de acordo com a representação do gráfico anterior. Nesse contexto,

apresentando as respostas do item 1 deste gráfico representado pelo ato de gritar com o aluno, percebemos que, embora o professor assuma essa postura, ele não acredita que essa estratégia sempre dê certo conforme vemos no gráfico em questão, no qual expomos o voto de 5 professores afirmando que esse ato nunca será a melhor alternativa e 3 professores colocando que dessa forma raramente se obterá resultados. Um ponto curioso é como esses profissionais acreditam que essa atitude não dá certo e, no entanto, ainda assumem essa postura. Cabe uma reflexão da relação daquilo que se acredita com aquilo que se pratica. Não obstante a esses resultados, conversar sobre a importância da concentração nas aulas, conquistou uma boa posição entre as estratégias, recebendo 6 votos entre os 8 pesquisados, como sendo uma alternativa que sempre dá certo, enquanto 2 pessoas afirmam que frequentemente isso apresenta bons resultados, provando a relação com a prática sobre atos descritos no gráfico anterior. O mesmo quantitativo de votos se aplicam ao item 3 deste gráfico, que trata sobre o ato de estabelecer regras e combinados com a turma. Atitude também louvável descrita anteriormente. O ato de modificar as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos também recebeu o mesmo quantitativo de votos dos dois itens anteriores, respectivamente 6 votos para uma atitude que sempre dá certo e 2 votos para um ato que frequentemente dá certo. Isso comprova acertos relacionados aos atos executados pelos docentes que geraram bons resultados no campo de controle da indisciplina do aluno.

Muito distante dos bons atos praticados pelos professores, a atitude de retirar alunos indisciplinados da sala representa um valor um pouco preocupante. Com vistas ao que foi exposto pelos professores pesquisados sobre esta questão, 3 deles afirmam que esta estratégia sempre dá certo, 2 dizem que raramente dá certo e 3 votaram que nunca dá certo. Porém se somarmos os dois quantitativos iniciais, os 3 votos para sempre e os 2 raramente, obteremos aí uma quantidade maior de pessoas que acreditam na viabilidade dessa estratégia do que os que não acreditam. Decerto, podemos até acreditar que tal atitude se tornou vício e que manter o aluno indisciplinado fora da sala é melhor do que suportar tantos conflitos. Entretanto, o que não se leva em conta nessa situação é que o indisciplinado retornará para a aula no dia seguinte e continuará exercendo as mesmas atitudes e, em muitos casos, aguardando a repetição dessas ações.

Ainda no decorrer dessa explanação, apresentamos aqui o carro-chefe de votos no âmbito da discussão, em que tentar estabelecer uma relação de amizade com a turma é a atitude mais significativa que um profissional deve desenvolver, não só na educação, mas em

todos os campos de trabalho. Essa alternativa teve a representatividade maciça de todos os pesquisados, no qual somando os 8 votos, forma um percentual de 100% dos entrevistados que acreditam que uma relação de amizade pode influenciar positivamente no desenvolvimento comportamental do aluno.

Por outro lado, devemos não somente avaliar as atitudes dos professores e suas relações com os alunos, mas também averiguar a participação da família no acompanhamento da educação dos filhos e sua relação com a escola. E para isso, criamos um quadro de perguntas lançadas para o professor sobre essa participação, as quais apresentamos em forma de alternativas no gráfico seguinte.

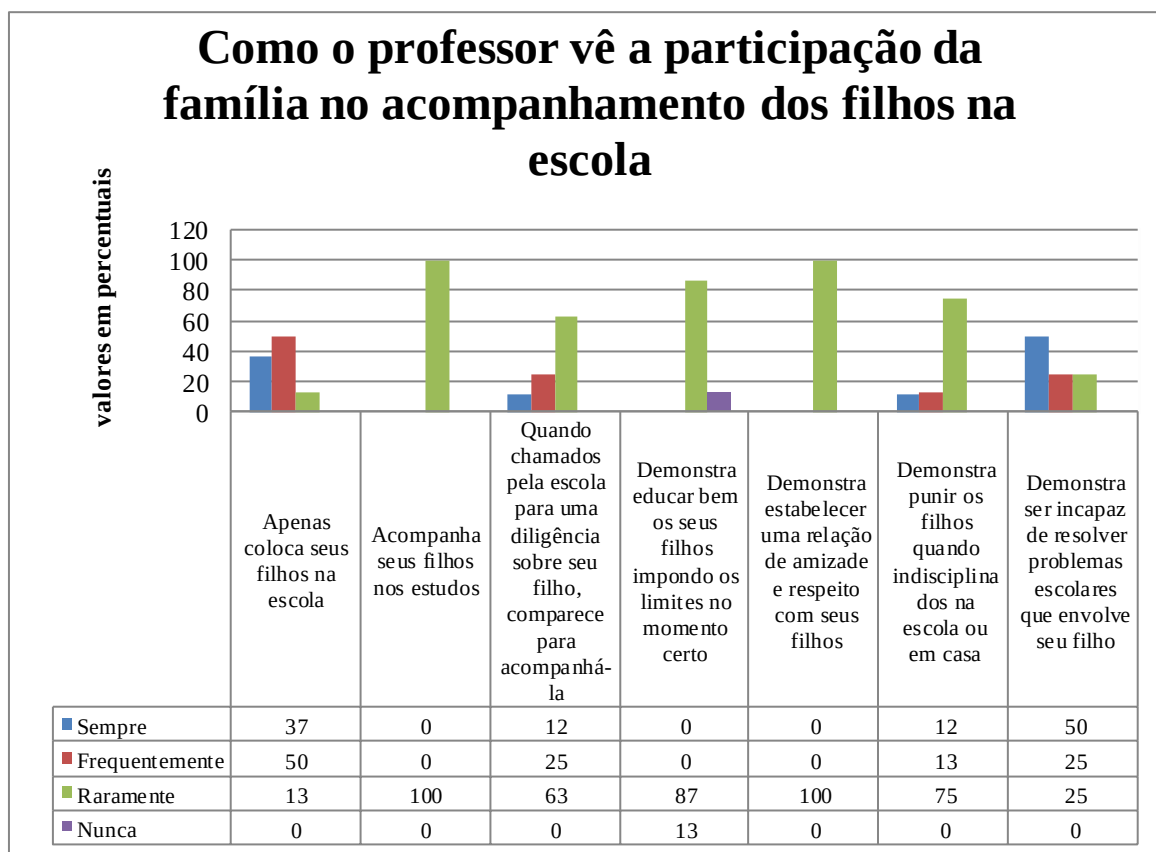


Gráfico 18. Fonte: elaborada pelo autor

No contexto do que se discute, queremos frisar que é na família que se começa todo o processo de educação e que à escola cabe a função de orientar o aluno para a vida e

prepará-lo para o trabalho, conforme trata a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, Título I, Art. 2º. Nessa expectativa, procuramos investigar a participação dos pais na educação dos filhos, levando em consideração a visão do professor sobre o assunto, visto que este é quem recebe no dia a dia os seus alunos e melhor compreende a participação da família na vida escolar dos filhos.

Mediante a primeira colocação explícita no gráfico, quisemos saber se os pais somente colocavam seus filhos na escola e pronto, ou faziam o acompanhamento desses. Para essa colocação, obtivemos os seguintes resultados: 37% dos professores pesquisados disseram que os pais sempre fazem isso; 50% dizem que fazem com frequência; 13% informaram que raramente fazem isso; e nenhum pesquisado respondeu nunca. Se juntarmos os conceitos dos 37% que disseram sempre, aos 50% que assumem que essa atitude é com frequência, obteremos um percentual de 87% dos votos que afirmam geralmente os pais cometerem essa atitude. As respostas desses profissionais ganham mais força a partir da análise do item 2 desse gráfico, quando os 100% dos entrevistados afirmam que os pais raramente acompanham seus filhos na escola e que, quando chamados pela escola para alguma diligência sobre o filho, de acordo com a voz desses professores, 12% afirmam que os pais sempre comparecem para atendê-la, 25% afirmam que eles frequentemente atendem as diligências; e 63% afirmam que os pais raramente atendem ao chamado. Essa situação provoca um certo distanciamento entre escola e família, podendo interferir de modo negativo na educação dos filhos, pois bem sabemos que escola e família devem andar juntas no trabalho pela formação social e educacional dos filhos.

Ainda no decorrer desse debate, procuramos discutir as respostas do professor sobre sua percepção em relação à imposição de limites por parte da família, o que nos levou a um percentual de 87% dos votos dos pesquisados informando que a família raramente demonstra educar bem seus filhos e impor-lhes os limites necessários no momento certo e 13% desses profissionais informaram que a família nunca demonstra educar bem, nem impor os limites necessários no momento devido. Sendo assim, isso afeta ainda mais o processo de desenvolvimento de ensino na escola e na turma referida, o que implica dizer que essa situação é propícia para o sentimento de impunidade e o desenvolvimento da indisciplina. Nessa mesma linha de raciocínio, 100% dos professores afirmam que a família raramente demonstra estabelecer uma relação de amizade e respeito a seus filhos, o que acaba ferindo ainda mais o desenvolvimento da escola, em que pelo critério de não haver respeito em casa,

deduzimos que tampouco haverá na escola. E quando essa falta de respeito passa a ser indisciplina em casa ou na escola, de acordo com a visão do docente em questão, 12% afirmam que a família sempre demonstra punir os seus filhos quando indisciplinados na escola ou em casa; outros 13% afirmam que a família frequentemente toma a atitude, 75% informam que a família raramente cumpre com essa atitude, sendo este último percentual muito alto, tornando essa situação um fator agravante para educadores, diretores e os próprios alunos.

O último item desse gráfico, representa a maior das gravidades relativas a relação família – aluno – escola, no qual os pesquisados nos apresentam opiniões de percentuais bastantes significativos decorrentes da demonstração de incapacidade familiar para resolver problemas escolares que envolvam os filhos que estudam. Nesse mesmo nível de discussão, os professores apresentam um percentual de votos de 50% de suas opiniões voltadas para a família que sempre demonstra essa incapacidade, 25% afirmam que frequentemente a família tem demonstrado isso; e 25% dizem que a família raramente faz essa demonstração. Isso nos preocupa muito, porque sabemos que se não há resolução de problemas, eles permanecerão afetando o desenvolvimento da escola e possivelmente refletirá na sociedade. Com intuito de combater esses problemas, escola e família devem criar situações de apoio mútuo e se organizar para tentar combater problemas oriundos na escola.

Nessa perspectiva, também entrevistamos a diretora da escola abordando essas e outras questões, as quais entram em discussões no bloco de tabelas que seguem.

4.4. Representação do diretor sobre a indisciplina na aula

4.4.1. Fatores/variáveis facilitadoras da indisciplina na aula.

É certo que o regimento escolar e qualquer outro tipo de documentação que vise assegurar direitos e obrigações do aluno devam estar à disposição não só do aluno, mas também de toda a comunidade intra e extraescolar. Porém, a dificuldade observada é a falta desses documentos nos estabelecimentos de ensino e quando os têm muitas vezes não os disponibilizam aos envolvidos. Nessa perspectiva, procuramos sondar a aplicação dessas normas no estabelecimento em estudo e sua especificação de uso ou não na turma em questão. Em vista disso, aplicamos um questionário ao diretor na tentativa de apurar esse e outros fatores referentes a sua organização, utilização e sobre os atos indisciplinados de alunos, muitas vezes decorrentes da não existência ou do mau uso dessas normas, e os planos de incentivo a participação da família na escola, conforme iniciamos a partir da tabela que se apresenta.

Como a direção torna público o regimento ou manuais de normas da instituição para o aluno?	Sim	Não
a) A escola propõe a participação do aluno na construção de normas de conduta	X	
a) A escola disponibiliza os manuais de regras/normas aos alunos para que tomem conhecimento de suas limitações	X	
b) A escola propõe reunião para discutir, avaliar e reavaliar as normas já existentes e contidas em manuais ou regimento escolar, a fim de revisá-las	X	

Tabela 1. Fonte: elaborada pelo autor

Com enfoque no regimento escolar, segundo a diretora do estabelecimento de ensino, a escola ainda não dispõe desse documento, estando o mesmo em processo de construção para ser vigorado no ano posterior. Porém, informa que a participação na construção desse documento acontece de forma aberta, pois há a participação de

representantes de alunos, conforme identificamos na tabela, além da representação dos professores e equipe diretiva. Nessa mesma linha de discussão, a diretora apresenta, conforme vemos na tabela, a existência de manuais de regras e normas, os quais a mesma diz disponibilizá-los aos alunos para que tomem conhecimentos de suas limitações. Porém, essas informações diferem um pouco do que foi informado pelos alunos já que a maioria afirma não ter recebido estes manuais. Ainda nessa mesma expectativa, a diretora informa que reuniões são propostas na tentativa de discutir, avaliar e reavaliar as normas já existentes e contidas em manuais ou regimento escolar, a fim de revisá-las. Essas e outras atividades são fundamentais para a reorganização das normas que em diversos casos sustentam e controlam o desenvolver da escola.

Dentro dessa perspectiva, buscamos analisar os atos de indisciplina considerados cometidos pelos alunos no ambiente escolar que precisam ser controlados pela unidade, os quais estão apresentados e serão discutidos a partir da tabela abaixo:

4.4.2. Dificuldades de gestão e controle da indisciplina na aula.

Principais reclamações de atos de indisciplina que os alunos cometem, segundo a avaliação do diretor	Sempre	Nunca	Às vezes
a) Não entrega trabalho ou tarefas escolares	X		
b) Desrespeita colegas	X		
c) Desrespeita professores	X		
d) Conversa em sala no momento da aula	X		
e) Comparece sem uniforme na escola ou sala	X		
f) Fuma na escola ou sala de aula		X	
g) Danifica o patrimônio do colégio			X
h) Ofende ou briga com outros alunos	X		
i) Ofende ou briga com professor ou demais funcionários	X		
j) Usa celular durante o desenvolvimento das aulas			X

Tabela 2. Fonte: elaborada pelo autor

Não obstante aos termos já discutidos até o momento, conforme observamos na tabela acima, não entregar trabalhos ou tarefas escolares sempre foi considerado um ato de indisciplina pela diretora, desrespeitar colegas e professores também, a conversa em sala no momento da aula também sempre foi considerada indisciplina e comparecer sem uniforme na escola ou sala de aula também. Dentre os mais variados atos de indisciplina escolar, fumar na escola ou na sala é algo que nunca acontece, de acordo informações cedidas pela diretora, danificar o patrimônio do colégio é ato que ocorre às vezes, embora pudemos analisar na voz dos professores uma frequência maior que o colocado pela diretora para esses dois últimos atos. Nessa mesma linha de discussão, ofender ou brigar com outros alunos e ofender e brigar com professores e demais funcionários são atos que sempre acontecem e são considerados indisciplinados e usar celular durante o desenvolvimento das aulas é um ato que não ocorre com frequência, porém, deve ser combatido antes mesmo que se tornem corriqueiros. Essas e outras práticas devem ser controladas no ambiente escolar para que com o passar dos dias não ampliem suas proporções. Com base nessa relação, procuramos investigar as estratégias utilizadas pela diretora para controlar a indisciplina dos alunos, conforme apresentamos e discutimos a partir da tabela que segue.

4.4.3. Estratégias de gestão e controle da indisciplina.

Como o diretor lida com a indisciplina dos alunos	Sempre	Frequen-temente	Rara-mente	Nunca
a) Grita com o aluno				X
b) Conversa sobre a importância de sua participação nas aulas	X			
c) Estabelece regras e combinados com o aluno ou turma	X			

d) Cria estratégias de ocupação - atividades físicas-recreativas para tentar combater o mau comportamento			X	
e) Retira os alunos indisciplinados da escola				X
f) Tenta estabelecer uma relação de amizade com os alunos	X			
g) Dependendo do grau de indisciplina (violência física) emite a transferência do aluno			X	
h) Encaminha o aluno a uma orientação pedagógica ou psicólogo	X			
i) Convoca a família para informar e solicitar decisão de combate sobre o ato de indisciplina do aluno, dependendo do caso.	X			

Tabela 3. Fonte: elaborada pelo autor

Nessa expectativa, mediante o exposto na tabela, gritar com alunos, conforme informou a diretora, é uma das estratégias nunca utilizada por ela para controlar a indisciplina, antes procura conversar sobre a importância da participação do aluno nas aulas e estabelecer regras e combinados com ele ou turma como forma de controlar seus atos. Em relação à criação de estratégias de ocupação, atividades físicas e recreativas para tentar combater o mau comportamento do aluno, isso raramente acontece e retirar alunos indisciplinados da escola nunca foi estratégia de controle utilizada por ela, antes tenta estabelecer uma relação de amizade com os alunos ao invés de utilizar essa via.

Por outro lado, na amplitude de uma visão pedagógica, a diretora afirma encaminhar o aluno a uma orientação pedagógica ou ao psicólogo do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, ou convoca a família para informar e solicitar decisão de combate sobre o ato de indisciplina do aluno dependendo do caso. Em última opção, nos casos incontroláveis, dependendo do grau de indisciplina (violência física), afirma emitir a transferência do aluno.

Mediante toda essa exposição de estratégias utilizadas pela diretora, coube-nos compreender a sua opinião sobre quais estratégias devam ser utilizadas pelos professores para

diminuir a indisciplina nas aulas, e isso só foi possível mediante a criação de um bloco de questões que serão discutidas na tabela seguinte.

Opinião da diretora sobre quais das estratégias apresentam os melhores resultados para diminuir a indisciplina	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
a) Gritar com a turma ou aluno				X
b) Orientar sobre a importância da escola e da concentração nas aulas	X			
c) Estabelecer conjuntamente regras e combinados com a turma	X			
d) Modificar as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos	X			
e) Suspender o aluno das aulas quando indisciplinados			X	
f) Tentar estabelecer uma relação de amizade com os alunos	X			
g) Promover atividades físicas e recreativas para ocupação do aluno	X			

Tabela 4. Fonte: elaborada pelo autor

Ao observarmos a representatividade no gráfico, notamos que de acordo com a opinião da diretora, gritar com o aluno é uma alternativa que nunca dará certo, pois de certo modo, essa atitude pode ser configurada como um ato de indisciplina do sujeito agente para com o sujeito paciente. Nessa mesma lógica de raciocínio, afirma que a orientação sobre a importância da escola e da concentração nas aulas e o estabelecimento conjunto de regras e combinados com a turma, bem como a sofisticação das aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos são estratégias que sempre terão êxito no processo educacional dentro das expectativas de controle do problema. Do mesmo modo, ainda no decorrer da discussão, apresenta as tentativas de estabelecimentos de relações de amizade e a promoção de atividades físicas e recreativas para ocupação do aluno como alternativas que também sempre darão certo e subjuga o fato de suspender o aluno das aulas, quando indisciplinado, como alternativa que raramente apresentará bom resultado.

De todo modo, não obstante as opiniões discutidas até o momento, é necessário entender também que planos de incentivos de participação da família na educação dos filhos são fortalecidos ou criados pela diretora da escola, com vista a tentar controlar a problemática da indisciplina em sala de aula, sendo esta a próxima abordagem descrita e que será discutida de acordo com informações expressas abaixo.

Como o diretor incentiva a participação da família na educação dos filhos	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
a) Promove reuniões de pais e mestres	X			
b) Sempre comunica a família sobre o desenvolvimento dos filhos	X			
c) Encaminha diligência sobre o filho para uma resolução conjunta	X			
d) Incentiva educar bem seus filhos, impondo os limites no momento certo	X			
e) Fomentando estabelecer uma relação de amizade e respeito com seus filhos	X			
f) Orientando punir os filhos quando indisciplinados na escola ou em casa	X			
g) Mostra-se incapaz de resolver problemas escolares que envolvem seu aluno.				X

Tabela 5. Fonte: elaborada pelo autor

Em conformidade com o que se expõe na tabela em discussão, como forma de incentivo a participação da família na educação do filho, a diretora afirma sempre promover reuniões de pais e mestres para discutir todo processo de educação dos filhos, também afirma sempre encaminhar comunicados e diligências sobre o filho para discutir e procurar soluções conjuntas para controlar os problemas de indisciplinas. Ainda no discorrer do assunto, informa que incentiva os pais a educar melhor os seus filhos por meio do estabelecimento de limites no momento devido e diz fomentar na família o desejo pela busca de alternativas que promovam relações de amizade e respeito a seus filhos para melhorar o desenvolvimento do convívio familiar e escolar. Ainda diz que orienta a família a punir os filhos quando

indisciplinados na escola ou em casa, como forma de freá-los em suas más ações e como meio de induzi-los a uma reflexão sobre as consequências que os acompanham sobre os maus atos.

Nesse contexto, em nenhum momento afirma a diretora, ter demonstrado para a família a incapacidade de resolver problemas escolares que envolvessem seus alunos, estabelecendo um grau de confiança entre família e escola, confiança essa que pode ultrapassar limites na busca pelo controle da indisciplina escolar, reduzindo confrontos e contribuindo para o desenvolvimento do processo educacional, ajudando essas crianças a melhor se relacionarem socialmente e preparando-as para o trabalho, conforme defendido pela LDB¹¹.

¹¹ Consultar 1º parágrafo do gráfico 18

Considerações finais

Nas condições que apresentamos toda a discussão em questão, para concluirmos nosso trabalho, cabe-nos lembrar a relação dos problemas que nos conduziram à pesquisa e aos resultados obtidos e que de modo bem claro nos levaram à confirmação do que já prevíamos em hipótese.

Nessa mesma constância, dentro da problemática que nos instigou à pesquisa, procuramos investigar as causas da indisciplina; ainda na mesma sequência também procuramos saber que eventos são suportados pelos professores na sala de aula e que estratégias os professores utilizam para diminuir ou eliminar o problema.

Nessa ocasião, mediante os resultados decorrentes da análise dos dados da pesquisa, pudemos concluir que os principais fatores que levavam esses alunos a serem indisciplinados estão concentrados em duas esferas: escola e família, como já prevíamos.

Mediante essa relação de fatores, pudemos perceber que parte dessa indisciplina é estimulada pela escola quando esta não porta, por exemplo, de estabelecimento de regras oficiais para estabelecer uma condição de ordem de funcionamento e respeito¹² e, quando porta de alguma regra ou norma, seja ela verbal ou documentada, não há a obediência por parte desses alunos. Na mesma lógica conclusiva, consecutivamente, outro fator que se apresenta é o estímulo à indisciplina do aluno por meio da pouca relação afetiva com seus colegas, professores e demais funcionários da escola – conforme descrito no gráfico 11 a partir das análises das informações prestadas em questionários pelos alunos, com exceção da relação de amizade com a diretora, que no mesmo gráfico se apresenta como boa.

Como reflexos aos fatores estimulantes à indisciplina do aluno, conforme análise feita do gráfico 15 – respostas dos professores, e tabela 2 – resposta da diretora, concluímos que os alunos, por sua vez, no que diz respeito ao desenvolvimento interno das salas de aula, como atos de indisciplinas não entregam trabalhos ou tarefas escolares; desrespeitam colegas; desrespeitam professores; conversam em sala no momento da aula; comparecem sem uniforme na escola ou na sala; danificam o patrimônio da escola; ofendem ou brigam com

¹² Consultar gráfico 05 e 14

outros alunos; ofendem ou brigam com professor ou demais funcionários; e usam celulares durante o desenvolvimento das aulas. Esses atos indisciplinados dos alunos propõem ao professor de modo obrigatório ter de suportar o desrespeito, a desordem nas aulas e até mesmo a violência verbal e física que se traduzem entre alunos – alunos e alunos – professores, ou até mesmo que afetam outros envolvidos com a educação interna da escola como serventes, porteiros, diretora e coordenadores.

Além de toda essa problemática apresentada, percebemos um ponto interessante que foi além das nossas expectativas: o fato de os próprios alunos assumirem que são eles os principais responsáveis pela sua indisciplina, colocando em segundo lugar a responsabilidade para professores e demais envolvidos na educação interna da escola. Isso nos faz concluir que os próprios têm consciência de suas atitudes, sejam elas negativas ou não, o que não quer dizer que tendo consciência do reflexo de suas ações negativas, torna-las-ão em boas para tentar amenizar problemas. Acreditamos que para isso deveria haver incentivos e com esse intuito os professores em questão deveriam usar algumas boas estratégias de controle.

Mediante aquelas condições em que se apresentavam a indisciplina na referida escola e especificamente na turma pesquisada, os professores envolvidos na pesquisa utilizaram como estratégias para tentar amenizar o problema – de acordo com informações apuradas no gráfico 16 – *o grito como tentativa de inibir os atos indesejados de seus alunos ou turma* – que a nosso ver não se apresenta como a melhor estratégia; *promoviam conversas sobre a importância da concentração nas aulas* – o que consideramos uma atitude louvável, pelo fato de tentar estabelecer e fortificar a base do diálogo como meio para tentar solucionar problemas; *estabeleciam regras e combinados com a turma* – fator importante para se tentar estabelecer limites de modo aberto, democrático; *tentavam modificar as aulas para que ficassem mais interessantes para os alunos* – a nosso ver, um ponto interessante representado pela flexibilidade do currículo e do planejamento; *promovia a retirada dos alunos indisciplinados de sala e o encaminhamento à direção* – essa atitude acompanhada de uma ação pedagógica orientadora relativamente pode dar certo quando o indisciplinado é estimulado a uma reflexão consciente sobre seus atos e as consequências desses atos para a escola e para todos os seus envolvidos, inclusive, para o próprio aluno, embora ter consciência do que é certo ou errado não implique em ocorrência de mudanças – como já dissemos antes; *tentam estabelecer uma relação de amizade com os alunos* – meio pelo qual pudemos concluir que é a base para solucionar ou amenizar problemas, pois é por meio da boa relação

homem – homem que o entendimento se apresenta por meio do respeito e da confiança entre as partes.

Embora muitas dessas estratégias, por melhor que sejam, não resolvam o problema, cabe a continuidade da busca das mais diversas ações educativas para tentar controlar as dificuldades de comportamentos e atitudes discentes enfrentadas pelos professores. Isso não significa dizer que há por aí algum tipo de receita pedagógica pronta ou até mesmo quando identificada uma boa estratégia, que a problemática será solucionada de imediato. Bem sabemos que o problema é sério, secular e que não há receitas para seu fim.

Desse modo, acreditamos que é necessário tentar colocar em prática uma pedagogia renovada, baseada na busca incessante pelo cultivo do afeto e da confiança como meio eficaz de combate à indisciplina. Porém, isso só será possível quando houver também, de modo eficaz e eficiente, o envolvimento da família na educação do aluno, visto que são estes os principais responsáveis pela educação dos seus filhos e que uma má educação familiar é refletida não só na escola, mas também em toda sociedade.

Dentro dessa perspectiva, aproveitamos o ensejo para aqui apresentarmos nossas considerações sobre o papel da família frente ao processo de controle e acompanhamento do aluno na escola, uma vez que alguns comportamentos indisciplinados podem ter origem no próprio ceio familiar.

Na lógica de nossas considerações, *o fato de a família não estar sempre presente na escola; não acompanhar frequentemente o desenvolvimento escolar de seus filhos e não atender muito bem as diligências encaminhadas pela escola sobre possíveis indisciplinas dos filhos*, propiciaram um aumento dos índices perceptíveis de indisciplina e violências na escola. Nessa constante, um outro ponto crucial nesse trabalho, concentra-se na demonstração *das dificuldades de as famílias não saberem impor limites*, resultando no processo de uma má educação, que leva os alunos a praticarem qualquer ato indisciplinado sem medo de serem punidos. Em consonância a isso, por sua vez, percebemos uma *demonstração de incapacidade de resolver problemas* instaurados no interior da maioria das famílias e consequentemente imaginamos o tipo de relação de amizade e respeito incutido nos lares – que por sinal deve ser cheio de conflitos.

Desse modo, a escola e os professores perderam um pouco sua autoridade quanto à imposição de limites aos alunos, visto que boa parte desses são indisciplinados e não

possuem nenhum tipo de receio em desenvolver determinados comportamentos negativos, gerando verdadeiros conflitos em sala de aula, sem medo de serem punidos.

Nessa linha de pensamento, cabe-nos reportarmos ao já dito e discutido anteriormente sobre os considerados responsáveis pela indisciplina dos alunos.

Desse modo, quando os alunos afirmam serem eles os principais culpados por sua indisciplina, não desacreditamos; porém, refletimos sobre os determinados fatores que os conduziram a isto. Dessa forma, percebemos que escola e família têm seu papel importante tanto para o controle como para gerar a indisciplina. Nessas condições, não nos cabe aqui apresentar a direção que devam tomar, porque não a temos, mas cabe-nos estimular a escola e a família a desenvolverem atividades conjuntas em prol de unir mecanismos de controle da indisciplina dos alunos, visando ao desenvolvimento de uma educação melhor, acolhedora e democrática, onde seus envolvidos percebam que seu direito inicia-se quando termina o dos outros e percebam ainda que para a humanidade o melhor é procurar viver em harmonia, utilizando-se da capacidade que o homem tem de raciocinar para resolver conflitos e manter o bem estar.

Contudo, não podemos deixar de defender que alguns atos considerados como indisciplina são sinônimos de uma revolta interna configurada por grandes períodos de exaustões interiores decorrentes das opressões que a própria sociedade oferece, por meio dos preconceitos gerados, das diferenças sociais e de qualquer tipo de discriminação social historicamente impostos a esses alunos.

Desse modo, concluímos por fim que, o problema da indisciplina escolar tem causa certa, além de na escola e família, também na sociedade. Em virtude disso apresentamos como proposição à investidura no caso em questão, a participação desses alunos na sociedade por meio de processos e programas de inclusão e valorização do indivíduo já que são membros de uma sociedade que, muitas vezes, os excluem.

Nessa lógica, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a escola, no sentido da humanização e do combate a violência e indisciplina, é extremamente cabível e urgente, com o intuito de ajudar família e escola nesta luta de combate à indisciplina. Para isso, contrapondo os processos de exclusão social e dos preconceitos gerados pela sociedade contra muitos cidadãos e o pouco investimento nos processos de orientação nas estruturas familiares por meio de criação de programas de orientação e acompanhamento de saúde e educação familiar, além das exigências de investimentos em capacitações e aperfeiçoamentos

dos professores numa educação continuada, como manda a LDB e outras, a escola deveria criar projetos de inclusão familiar no seio da escola ou até possíveis encaminhamentos dos escolares e familiares a entidades públicas de inclusão social.

Nessa circunstância, teríamos aí o início de um processo de interação entre família, escola e sociedade, marcado pela união de instâncias com o propósito da melhoria dessas três entidades, resultando num respaldo positivo desses alunos na escola e na sociedade a partir dos investimentos de boas políticas públicas que visem a valorização e o respeito e que ataquem, principalmente, o foco de violência e indisciplina geradas e ocorridas na escola e na família. Não queremos afirmar que com isso acabaríamos com o problema, mas acreditamos que com essas estratégias poderíamos reduzir seus índices.

Ainda no mesmo âmbito das discussões que mantivemos ao longo desse contexto, ressaltamos as seguintes inferências que nos foram possíveis a cerca da análise que envolveu as relações entre o tema, o objeto de estudo e sua problematização.

Desse modo, como resultado das discussões que foram feitas no contexto do primeiro capítulo acerca dos variados aspectos que a violência, em nível conceitual, carrega consigo, o qual considerou a análise da questão “Educação e Indisciplina”, ao avaliar as implicações da violência, nos foi permitido afirmar que a tentativa de explicar a violência no ambiente escolar tem levado muitos cientistas a olhar para fora do indivíduo, para o ambiente que o rodeia, ou seja, analisar os aspectos exteriores. Tais aspectos, em última análise, são os geradores da violência estrutural, a qual avilta principalmente o sujeito educando no ambiente escolar e desencadeia outros fatores que levam esse sujeito à prática do ato violento por ele assumido como significativo.

Por sua vez, no que diz respeito às discussões engendradas sobre a indisciplina, essas nos possibilitou concluir que a indisciplina é antes de tudo um processo que se estabelece entre os sujeitos que habitam a escola, processo esse em que o ser humano envolvido na escola (professores, gestor e alunos), com sua própria ação, impulsiona os alunos a atitudes que ora podem ser identificadas como violentas e indisciplinadas, ora como atitudes não violentas e, conseqüentemente, não indisciplinadas.

Nesse contexto, a análise da violência e da indisciplina, pós-aplicação dos instrumentos de pesquisa no campo possibilitou-nos, em nível de resultados, perceber que a indisciplina na escola estudada traduz um processo no qual a violência, – resultante de

exigências estruturais relativas ao autoritarismo e ao abuso no exercício do poder no âmbito da escola – coloca-se como seu fulcro.

Tal realidade, verificada no âmbito do quarto capítulo, pôs de manifesto, por sua vez, um processo favorável à disseminação do medo de represálias e à perda de benefícios dos alunos, que compelem esses a se sentirem subjugados, tolhidos em sua liberdade para falar o que pensam e o que sentem. A pesquisa revelou que, em alguns casos, esses alunos são induzidos à indisciplina. Revelou, ainda, que o abuso do poder (seja por parte do professor, seja por parte da direção, mediado por regras rígidas, embora informais), nesse contexto, deve ser desestimulado de maneira veemente, mesmo quando camuflado, porquanto o efeito se expressa mediante seu contrário: os atos de violência e de indisciplina, e toda sua consequência produzida no âmbito escolar.

Finalmente, cabe observar que entre os desafios enfrentados pelos professores na sala de aula em relação à indisciplina dos alunos, por um lado, coloca-se como urgente a necessidade de formalizar no contexto da legislação pertinente as regras que possibilitem conscientizar a todos os sujeitos envolvidos na escola o conhecimento de seus direitos e deveres e, por outro lado, harmonizar as relações estabelecidas entre esses sujeitos. Tais decisões garantiriam a ordem disciplinar ao ambiente escolar, proporcionando aos sujeitos pesquisados a possibilidade de uma coexistência pacífica e equilibrada, resultando este processo numa transformação radical dos valores morais da humanidade, compartilhados na instituição escolar em prol de um modo de vida mais compatível com a civilização planetária, sem violência nem atos indisciplinados dos alunos.

Referências Bibliográficas

AFONSO, A. J. **O processo disciplinar como meio de controlo social na sala de aula.** Braga: Universidade do Minho. 1991

AMORETTI, Rogério. **Psicanálise e violência.** Petrópolis-RJ: Editora vozes, 1992.

ANTUNES, Seráfin. **Disciplina e convivência na instituição escolar.** Porto Alegre. Artmed. 2002

AQUINO. **A violência escolar e a crise da autoridade docente.** Cad. CEDES. Campinas, v.19, n.47, dezembro/1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em 12 de junho de 2004.

_____ (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** 13ª ed. São Paulo: Summus, 1996.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Trad. de André Duarte. 2ª ed. Rio de Janeiro; Relume Dumará. 1969/2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** São Paulo: Forense Universitária, 2000a.

BRASIL.(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Ministério da Educação, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acessado em 05/07/2010 às 23:48

BRASIL. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm, acessado em 06/07/2010 às 02:44

BRASIL. (1990). Estatuto da criança e do adolescente. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, acessado em 06/07/2010 às 02:51

CANÇADO, Marília Batista. Cadernos da TV escola – Escola Hoje. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria da Educação a Distância. 1996.

CARITA, A., Fernandes, G. (1995). **Estratégias de resolução de conflitos na sala de aula: a do castigo à cooperação.** In Colóquio, Educação e Sociedade, nº 10. P.33-55. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. <http://grupo2cn4006.blogspot.com.br/2009/09/monografia-indisciplina-em-sala-de-aula.html>

CASAMAYOR, Gregório; Aula de innovación nº 40-41. **Reivindicación del pacto y otras componendas** p.43-45. Julho/agosto, 1995. <http://dialnet.unirioja.es>

POSTIC, M. **A relação pedagógica.** Coimbra: Coimbra Ed. Lda. 1990

Aldair de Jesus - A Indisciplina em Sala de Aula. Um Estudo das Causas, Dificuldades de Gestão e Estratégias de Controle na Turma de 5ª série B do Ensino Fundamental.

COLL, César; Álvaro Narchesi, Jesús Palacios e Cols. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ª Ed. Vol. 3. Artmed. 2004.

CUNHA, L. A; **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1980.

DE LA TAILLE, Yves. (1996a) **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO, J. G. (org) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. 13ª Ed. p. 9-24. 1996.

DE LA TAILLE, Yves; **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática – 1998.

_____. **Para um estudo psicológico das virtudes morais. Educação e pesquisa**. vol.26. n.2. jul./dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>, acesso em 02 de julho de 2007.

DEBARBIEUX E, **Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político**. Página 59. In: DEBARBIEUX, E. e BLAYA, C. (Org) *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO. 2002. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>, acessado em 20 de outubro de 2009.

DELORS, Jacques e outros; **Educação: um tesouro a descobrir**. – 10 ed.- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DEVRIES, R. & ZAN, B. (1997) **Uma abordagem construtivista do papel da atmosfera sociomoral na promoção do desenvolvimento das crianças**. In Catherine Twomey Fosnot (org.). *Construtivismo: Teoria, Perspectivas e Prática Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, pp.123-140.

DOMINGUES, I. **Controlo disciplinar na escola, processos e práticas**. Lisboa: Texto Editora Lda. 1995

DOTTRENS, R. **Educar e instruir**. São Paulo: Editorial Estampa. 1974

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Porto Editora. Lda. 1992

FARRINGTON, D.P. **Fatores de risco para a violência juvenil**. In: DEBARBIEUX, E. e BLAYA, C. (Org). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO. 2002.

FERNÁNDEZ, I. **Prevención de la violencia y resolución de conflictos: el clima escolar como factor de calidad**. Madrid: Nancea. 2004.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 1838 p.

Aldair de Jesus - A Indisciplina em Sala de Aula. Um Estudo das Causas, Dificuldades de Gestão e Estratégias de Controle na Turma de 5ª série B do Ensino Fundamental.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 25ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998a.

FREITAS, C. V. (1995). Caminhos para a descentralização curricular. In colóquio, educação e sociedade, nº 10. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FUNES, Jaume. *Aula de innovación nº 40-41, descontrol ou revolta? Os educadores, os alunos e as incompatibilidades mútuas*. p.43-45. Julho/agosto. 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo:Atlas. 1996.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo:Atlas. 1994.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia institucional**. São Paulo: EPU. 1987.

_____. **Poder e indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder**. In: Aquino, Júlio R. G (org).Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus. 1996, p. 57-71

GRAMSCI, Antônio. **II Materialismo Storico**. Roma: Editori Riunit, 1973.

KANT, Emmanuel. **Traité de pedagogie**. Paris: Hachette. 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas. 1991.

LÓPEZ, Mário: **“La Acción Coletiva Noviolenta”**. Bogotá: Ed. Minutos Dios, 2006.

MACEDO, Lino de. **Reflexões sobre o cotidiano na sala de aula**. Pátio: revista pedagógica. Porto Alegre: Artmed. v. 6. n. 22, p. 10-13. jul/ago. 2002

MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Ed.LTC- (Livros técnicos e Científicos) SA, 1999.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os Construtores da paz: Caminhos da prevenção de violência**. São Paulo: Ed.moderna, 1997.

MARTINÉZ Gusmán, Vicent. **Filosofia a investigação para a paz**. in Revista *Crítica de Ciências Sociais*, n.º 71, junho, 2005.

MIELNIK, Isaac. **O Comportamento infantil: técnicas e métodos para entender crianças**. 2.ª edição. São Paulo: Ibrasa. 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1996.

Aldair de Jesus - A Indisciplina em Sala de Aula. Um Estudo das Causas, Dificuldades de Gestão e Estratégias de Controle na Turma de 5ª série B do Ensino Fundamental.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Temas Sociais).

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adolescer: estudos sobre adolescência**. Editora: Artes Médicas. Porto Alegre: RS. 1994

REBELO, Rosana Aparecida Argento. **Indisciplina escolar: causas e sujeitos: a educação problematizadora como proposta real de superação**. Petrópolis. R.J. Vozes. 2002.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia Afetiva**. 2ª ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2002.

SANTOS, Claudevone Ferreira dos e Marinildes Figueredo Nunes: **A indisciplina no cotidiano escolar**. publicado na Revista Virtual Candombá. v. 2, n. 1, p. 14–23. jan – jun 2006. disponível em: www.fja.edu.br/candomba.

SILVA, Marcos Antonio da. **A concepção de criança em Platão e Rousseau**. Universidade e Sociedade. Brasília, ano XIV, nº. 33, jun. 2004, pp. 177-185.

ZANDONATO, Zilda L. **Violência na escola: indicações para programas de prevenção**. Nuances. Presidente Prudente. v 6, 107 – 115. 2000.

_____. **Indisciplina escolar e relação professor-aluno: uma análise sob as perspectivas moral e institucional**. Cipedy – Biblioteca Digital aberta. Disponível em <http://www.cipedy.com/doc/166549>. Acesso em março de 2008.

Apêndices



A aplicação do questionário entre os alunos visa investigar o desenvolvimento de sua conduta escolar e analisar o cumprimento do regimento da escola e a participação dos pais e professores na vida escolar dos seus filhos/alunos.

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO AO DISCENTE

Nome do aluno (opcional)		
Tempo de Estudo na Escola		
Turma que estuda		
Tempo de Estudo na Turma		
Idade		Sexo Masc ☐ Fem ☐

1- Você tem conhecimento sobre as regras da instituição?	Sim	Não
a) Recebeu e conhece as regras		
b) Recebeu e não leu as regras		
c) Não tem acesso as regras		

2- Quando você não concorda com uma norma da escola, o que faz?	Sim	Não	Às vezes
a) Fica calado, não sabe a quem reclamar			
b) Reclama/Conversa com os professores.			
c) Reclama com as coordenadoras			
d) Reclama com os responsáveis e eles conversam com a escola.			
e) Não reclama, mas também não obedece a norma.			
f) Não reclama por medo de ser punido			
g) Fala com todos e ninguém faz nada			

3- Você se acha um aluno problemático, criador de casos? Sim () Não ()

4- Na sua opinião o que é um aluno que cria problemas?	Sim	Não	Às vezes
a) O que briga/ofende os colegas			
b) O que não respeita o professor, a direção e/ou as regras da escola			
c) Não entrega trabalho ou tarefas escolares			
d) Desentende-se com colegas			
e) Desentende-se com professores			

f) Conversa em sala no momento da aula			
g) Namora na escola			
h) Comparece sem uniforme na escola ou sala			
i) Fuma na escola ou sala de aula			
j) Danifica o patrimônio do colégio			
k) Ofende ou briga com outros alunos			
l) Desentende-se com demais funcionários			
m) Usa celular durante o desenvolvimento das aulas			

5- Quem é responsável pela indisciplina dos alunos na escola?	Sim	Não	Às vezes
a) Apenas os professores			
b) Apenas os funcionários			
c) Professores, diretores, auxiliares de disciplina e orientadores			
d) Apenas os alunos			
e) Os pais			
f) A sociedade			

6- Como você acha que o professor lida com a indisciplina de seus colegas?	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
a) Grita com a turma ou aluno				
b) Conversa sobre a importância da concentração nas aulas				
c) Estabelece regras e combinados com a turma				
d) Modifica as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos				
e) Retira os alunos indisciplinados de sala				
f) Estabelece uma relação de amizade com os alunos				

7- Como você atua na sua escola e com os seus colegas?	Sim	Não	Às vezes
a) Vai à escola com frequência			
b) É pontual			
c) Cumpre com suas tarefas escolares			
d) Cumpre com as normas do colégio			
e) Cumpre com as normas da classe			
f) Gosta de estudar			
g) Tem um bom relacionamento com os colegas			
h) Tem um bom relacionamento com seu professor			
i) Tem um bom relacionamento com seu diretor			



A aplicação do questionário entre os professores visa investigar o desenvolvimento de conduta dos alunos e analisar a aplicação do regimento da escola e a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Procurará também, investigar as condutas e comportamentos dos professores em relação aos alunos.

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO AO DOCENTE

Nome do professor (opcional)		
Tempo de Serviço na Escola		
Disciplina que leciona		
Tempo de Ensino da Disciplina		
Idade		Sexo Masc ☐ Fem ☐

1- Segundo seu juízo o aluno conhece as regras/normas escolares?	Sim	Não
a) O aluno recebeu e conhece as regras		
b) O aluno recebeu e não leu as regras		
c) O aluno não tem acesso as regras		
d) O aluno ajudou na elaboração das regras		

2- Segundo seu juízo quais os principais atos de indisciplina que os alunos cometem na escola?	Sim	Não	Às vezes
a) Não entregam trabalhos ou tarefas escolares			
b) Desrespeitam colegas			
c) Desrespeitam professores			
d) Conversa em sala no momento da aula			
e) Comparece sem uniforme na escola ou na sala			
f) Fuma na escola ou sala de aula			
g) Danifica o patrimônio da escola			
h) Ofende ou briga com outros alunos			
i) Ofende ou briga com professor ou demais funcionários			
j) Usa celular durante o desenvolvimento das aulas			

3- Como você lida com a indisciplina de seus alunos?	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
a) Grita com a turma ou aluno				
b) Conversa sobre a importância da concentração nas aulas				
c) Estabelece regras e combinados com a turma				
d) Modifica as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos				
e) Retira os alunos indisciplinados de sala e os encaminha à direção				
f) Tenta estabelecer uma relação de amizade com os alunos				

4- Segundo seu juízo qual das estratégias abaixo apresenta os melhores resultados para diminuir a indisciplina?	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
a) Grita com a turma ou aluno				
b) Conversa sobre a importância da concentração nas aulas				
c) Estabelece regras e combinados com a turma				
d) Modifica as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos				
e) Retira os alunos indisciplinados de sala				
f) Tenta estabelecer uma relação de amizade com os alunos				

5- Como você vê a participação da família no acompanhamento dos seus filhos na escola?	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
a) Apenas coloca seus filhos na escola				
b) Acompanha seus filhos nos estudos				
c) Quando chamados pela escola para uma diligência sobre o filho, comparece para acompanhá-la				
d) Demonstra educar bem seus filhos, impondo os limites no momento certo				
e) Demonstra estabelecer uma relação de amizade e respeito com seus filhos				
f) Demonstra punir os filhos quando indisciplinados na escola ou em casa				
g) Demonstra ser incapaz de resolver problemas escolares que envolve seu filho				



A aplicação deste questionário ao diretor visa investigar sua participação no acompanhamento dos alunos e professores na educação discente e no controle da indisciplina escolar e analisar a aplicação do regimento da escola para tal fim. Procurará também investigar sua conduta e comportamento em relação aos alunos e vice-versa.

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO AO DIRETOR ESCOLAR

Nome do diretor (opcional)			
Tempo de Serviço na Rede			
Tempo de Serviço na Escola			
Idade		Sexo	Masc ☐ Fem ☐

1- Como a direção torna público o regimento ou manuais de normas da instituição para o aluno?	Sim	Não
a) A escola propõe a participação do aluno na construção de normas de conduta		
a) A escola disponibiliza os manuais de regras/normas aos alunos para que tomem conhecimento de suas limitações		
b) A escola propõe reunião para discutir, avaliar e reavaliar as normas já existentes e contidas em manuais ou regimento escolar, afim de revisá-las		

2- Quais as principais reclamações de atos de indisciplina que os alunos cometem, segundo sua avaliação?	Sempre	Nunca	Às vezes
a) Não entrega trabalho ou tarefas escolares			
b) Desrespeita colegas			
c) Desrespeita professores			
d) Conversa em sala no momento da aula			
e) Comparece sem uniforme na escola ou sala			
f) Fuma na escola ou sala de aula			
g) Danifica o patrimônio do colégio			
h) Ofende ou briga com outros alunos			
i) Ofende ou briga com professor ou demais funcionários			
j) Usa celular durante o desenvolvimento das aulas			

3- Como você lida com a indisciplina dos alunos?	Sempre	Frequen- temente	Rara- mente	Nunca
a) Grita com o aluno				
b) Conversa sobre a importância de sua participação nas aulas				
c) Estabelece regras e combinados com o aluno ou turma				
d) Cria estratégias de ocupação - atividades físicas-recreativas para tentar combater o mau comportamento				
e) Retira os alunos indisciplinados da escola				
f) Tenta estabelecer uma relação de amizade com os alunos				
g) Dependendo do grau de indisciplina (violência física) emite a transferência do aluno				
h) Encaminha o aluno a uma orientação pedagógica ou psicólogo				
i) Convoca a família para informar e solicitar decisão de combate sobre o ato de indisciplina do aluno, dependendo do caso.				

4- Segundo sua opinião qual das estratégias abaixo apresenta os melhores resultados para diminuir a indisciplina?	Sempre	Frequen- temente	Rara- mente	Nunca
a) Gritar com a turma ou aluno				
b) Orientar sobre a importância da escola e da concentração nas aulas				
c) Estabelecer conjuntamente regras e combinados com a turma				
d) Modificar as aulas para que fiquem mais interessantes para os alunos				
e) Suspender o aluno das aulas quando indisciplinados				
f) Tentar estabelecer uma relação de amizade com os alunos				
g) Promover atividades físicas e recreativas para ocupação do aluno				

5- Como você incentiva a participação da família na educação dos filhos?	Sempre	Frequen- temente	Rara- mente	Nunca
a) Promove reuniões de pais e mestres				
b) Sempre comunica a família sobre o desenvolvimento dos filhos				
c) Encaminha diligência sobre o filho para uma resolução conjunta				
d) Incentiva educar bem seus filhos, impondo os limites no momento certo				
e) Fomentando estabelecer uma relação de amizade e respeito com seus filhos				
f) Orientando punir os filhos quando indisciplinados na escola ou em casa				
g) Mostra-se incapaz de resolver problemas escolares que envolvem seu aluno.				